

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO – CTC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO –
PósARQ

Elena Maria Duarte de Oliveira

**POR UMA ARQUITETURA SOCIOEDUCATIVA PARA
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI:**
uma abordagem simbólica da relação pessoa-ambiente.

Florianópolis
2008

ELENA MARIA DUARTE DE OLIVEIRA

**POR UMA ARQUITETURA SOCIOEDUCATIVA PARA
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI:**
uma abordagem simbólica da relação pessoa-ambiente.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Carolina Palermo

Florianópolis
2008

Dados de catalogação na fonte:
Aydê Andrade de Oliveira CRB - 10/864

O48p Oliveira, Elena Maria Duarte de.
Por uma arquitetura socioeducativa para
adolescentes em conflito com a lei: uma abordagem
simbólica da relação pessoa-ambiente / Elena Maria
Duarte de Oliveira. - Florianópolis, 2008.
149f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e
Urbanismo) – Universidade Federal de Santa
Catarina.

ELENA MARIA DUARTE DE OLIVEIRA

**POR UMA ARQUITETURA SOCIOEDUCATIVA PARA ADOLESCENTES EM
CONFLITO COM A LEI:** uma abordagem simbólica da relação pessoa-ambiente.

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção de grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 30 de junho de 2008

Prof^a Carolina Palermo, Dr^a
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Prof^a Carolina Palermo, Dr^a
Orientadora

Prof^a Maristela Moraes de Almeida, Dr^a
Avaliadora Externa – UNISUL

Prof^a Vera Helena Moro Bins Ely, Dr^a
Avaliadora Interna – PósARQ / UFSC

Prof. Roberto de Oliveira, PhD.
Avaliador Interno – PósARQ / UFSC

À minha querida mãe.

Durante essa jornada de dois anos muitas pessoas entraram, saíram e permaneceram na minha vida, ajudando cada uma de sua forma na concretização do meu sonho. Agradeço a Deus por ter colocado cada uma delas no meu caminho e por ter sempre olhado por mim nos momentos mais difíceis.

Agradeço à minha mãe, sem a qual não teria conseguido chegar tão longe, por sempre apoiar meus sonhos e me incentivar a buscar a melhor forma de torná-los reais.

À minha família que lá de Minas Gerais sempre me apoiou e vibrou com cada conquista.

As minhas amigas Karla e Lívia que antes mesmo de chegar a Florianópolis já deram indícios que estariam sempre presentes, por todos os momentos de divertimento e papos sérios, pela família de três gurias longe de casa que formamos durante esses dois anos e pela amizade sincera e duradoura que surgiu!

Aos novos amigos que preencheram minha vida de bons momentos. Em especial ao Eduardo, Juliana, Marcus, Virgínia, Roberto Carlos, Alex, Carla (Xai), pelos excelentes momentos compartilhados.

Aos Amigos Espetáculo e todos aqueles que deixei em Minas, que mesmo de longe, sempre se mostraram presentes ao meu lado.

À minha orientadora Carolina Palermo por me guiar com sabedoria, sempre me incentivando a seguir em frente; e ao GHab por ter me acolhido nesses anos de pesquisa.

Aos professores Vera Helena e Roberto de Oliveira que acompanharam meu trabalho nesses dois anos, sempre com palavras e gestos de incentivo.

Aos professores que aceitaram participar da banca avaliadora engrandecendo o trabalho com as observações compartilhadas.

Aos demais professores do programa de pós-graduação pelo conhecimento trocado durante esses anos de convivência, e à Ivonete, secretária do curso, por toda ajuda prestada.

A CAPES, pelo apoio dado a minha pesquisa durante o último ano.

Ao Governo do Estado de Minas Gerais, em especial a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas, por ter aberto as portas de suas instituições tornando possível assim a realização desta pesquisa. Aos funcionários de cada instituição visitada por terem me recebido com enorme boa vontade e colaborado de forma ímpar para o resultado alcançado e aos adolescentes entrevistados por terem aceitado participar do trabalho direcionado a eles, possibilitando assim a concretização do foco principal da pesquisa.

E a todas as pessoas especiais que participaram de diferentes formas em diferentes momentos dessa caminhada.

"We give shape to our buildings, and they, in turn, shape us."

Winston Churchill

OLIVEIRA, Elena Maria Duarte de. **Por uma Arquitetura Socioeducativa para Adolescentes em Conflito com a Lei: uma abordagem simbólica da relação pessoa-ambiente.** Florianópolis, SC, 30 de Junho de 2008. 149p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação, UFSC, 2008.

É fato que os ambientes vivenciados diariamente têm efeito direto no comportamento e na estruturação dos valores sociais e podem ser determinantes do sucesso ou não das atividades que ocorrem em seu interior. No que se refere às instituições de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei, a importância de se considerar os efeitos da relação Pessoa-Ambiente se torna ainda maior devido à intensa vivência do espaço institucional pelo adolescente internado. O atendimento desses adolescentes vem sendo alvo de diversas discussões buscando a sua remodelação em direção ao tratamento mais humano e voltado para ressocialização, abrangendo não apenas o conteúdo das medidas socioeducativas, mas principalmente, a qualidade dos locais destinados ao cumprimento das medidas de internação e semi-liberdade. Dessa forma, a presente pesquisa procura avançar nos estudos da relação Adolescente-Espaço institucional no sentido de construir conhecimento sobre estratégias que podem atuar no sentido de criar um espaço que facilite o trabalho de ressocialização. A fundamentação teórica criada permitiu o melhor entendimento das relações Pessoa-Ambiente, indo buscar na psicologia ambiental aspectos dessa relação, como privacidade, territorialidade, identidade e ambiência, que pudessem ser utilizados como parâmetros para delinear a construção de um ambiente mais voltado para a socialização. Através do desenvolvimento de estudos de caso em três unidades de ressocialização, procurou-se delinear a relação que o adolescente desenvolvia com o espaço dessas instituições, bem como a adequação das instalações às atividades propostas nos programas pedagógicos adotados. Através da análise fenomenológica dos resultados obtidos, pode-se equacionar os principais pontos da estrutura física que devem ser alterados de forma a possibilitar o maior sucesso das medidas socioeducativas. Como resultado apresenta-se alguns pontos que devem ser observados nos projetos de instituições de ressocialização, procurando assim contribuir para a revisão do modelo adotado atualmente.

Palavras-chave: Adolescente em conflito com a Lei, Arquitetura socioeducativa, Psicologia Ambiental

OLIVEIRA, Elena Maria Duarte de. **A Socio-educative Architecture for Adolescents in Conflict with the Law: a symbolic approach to the relation person-environment.** Florianópolis, SC, June 30Th, 2008. 149p. Dissertation (MA in Architecture and Urbanism). Programa de Pós-Graduação, UFSC, 2008.

It is a matter of fact that the Human behavior and the social values structure are directly affected by the physical environments, which can determine the success or failure of the activities they house. The importance to consider the People-Environment relations effect become more important due to intense experience of the institutional space where adolescents live. The process of support of these adolescents comes as the focal point of many discussions looking for the remodeling and direction of the physical space to become a place with better human re-socialization conditions. It involves not only the educative process, but mainly the quality of the physical space where this process takes place. In this sense, this master thesis intends to go deep in the studies of Adolescent-Institutional Space relation, in order to build knowledge about the strategies to create a kind of physical space that helps the re-socialization process. The theoretical bases developed help to understand the Person-Environment relations. To the Environmental Psychology were related the environment aspects of privacy, territoriality, personal space, identity and ambience, that could be useful as parameters to delineate a construction of a more adequate environment for the re-socialization process. The workfield study was made in three re-socializations units, in order to understand the interaction in between the adolescents and the environment of these institutions, and also verify the adequacy between space and activities that are proposed by the pedagogic programs adopted. Through a phenomenological analysis of the data, were possible to delineate the mainly point in the build structure that should be modified to make possible the success of the re-socialization program. As a result, some point were presented which should be observed at re-socialization institutions design, in order to help a revision of the model that are currently accepted.

Key words: Adolescent in conflict with the Law, Social-educative Architecture, Environmental Psychology

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Procedimentos Metodológicos	55
Tabela 2 - Categorias relacionadas à pergunta 1.....	62
Tabela 3 - Categorias relacionadas à pergunta 2.....	63
Tabela 4 - Síntese da caracterização, conjunto dormitório e banheiro	69
Tabela 5 - Síntese da caracterização, conjunto dormitório e banheiro (continuação).....	70
Tabela 6 - Síntese da caracterização, conjunto dormitório e banheiro (continuação).....	71
Tabela 7 - Síntese caracterização, conjunto Sala de TV/Atividades.....	72
Tabela 8 - Síntese caracterização, conjunto Salas de Aula/Oficinas.....	73
Tabela 9: Síntese dos aspectos estudados.....	85
Tabela 10: Características arquitetônicas geradoras de conflitos.....	91
Tabela 11 - Características arquitetônicas geradoras de potencial	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Unidade de Parelheiros _FEBEM-SP.....	23
Figura 2: Unidade de Araçatuba - FEBEM-SP	23
Figura 3: Lotação nas celas de Tatuapé	27
Figura 4: Pátio da Unidade de Tatuapé.....	27
Figura 5: Diagrama conceitual	34
Figura 6: Diagrama Conceitual.....	40
Figura 7: Diagrama Conceitual.....	41
Figura 8: esquema da tabela síntese das características das instituições analisadas.....	58
Figura 9: esquema de construção das tabelas de Caracterização Física	60
Figura 10: exemplo da configuração da tabela de síntese do grupo-focal.....	63
Figura 11: territórios existentes e criados pelos internos.....	87
Figura 12: corte ilustrativo da relação janela do banheiro / corredor de circulação.....	97
Figura 13: Ilustração da ocupação do conjunto STV4, simulando a pior situação	100
Figura 14: gradação dos níveis de contenção ideais.....	113

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Recorrência dos sentimentos expressados	77
Gráfico 2- Recorrência de associações negativas e positivas.....	80

Quadro 1: Características apreendidas das instituições.....	66
Quadro 2: Programa das instituições	67
Quadro 3: Imagens recorrentes na instituição A	75
Quadro 4: Imagens recorrentes na Instituição B	76
Quadro 5: Imagens recorrentes na Instituição C	77
Quadro 6: Imagens recorrentes na Instituição A	78
Quadro 7: Imagens recorrentes na Instituição B	79
Quadro 8: Imagens recorrentes na Instituição C	79

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	13
1.1 – PROBLEMÁTICA ENCONTRADA	13
1.2 – QUESTÃO DE PESQUISA	17
1.3 – OBJETIVOS:	17
1.3.1 – Geral	17
1.3.2 – Específicos.....	18
1.4 – MÉTODOS E TÉCNICAS	18
1.5 – ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1 – A EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DO JOVEM EM CONFLITO COM A LEI	22
2.2 – ENTENDENDO O ESPAÇO INSTITUCIONAL:	28
2.3 – ENTENDENDO A RELAÇÃO PESSOA – AMBIENTE:	31
2.4 – INFLUÊNCIAS ADVINDAS DA RELAÇÃO COM O ESPAÇO	34
2.4.1 – Apropriação e apego	35
2.4.2 – Estresse Ambiental.....	38
2.5 – HABITABILIDADE	39
2.6 – ASPECTOS AMBIENTAIS	41
2.6.1 – Privacidade.....	42
2.6.2 – Territorialidade.....	43
2.6.3 – Identidade:.....	49
2.6.4 – Ambiência.....	50
2.7 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O MODELO ADOTADO:	51
3 – ESTUDO DE CASO	52
3.1 – APRESENTAÇÃO:	52
3.1.1 – Critérios de escolha:.....	52
3.1.2 – Dificuldades encontradas:	54
3.1.3 – Rotina de pesquisa:	54
3.2 – PROCEDIMENTOS DE PESQUISA:	54
3.2.1 – Visita Exploratória.....	55
3.2.2 – Entrevista semi-estruturada.....	56
3.2.3 – Observação Sistemática: Caracterização Física	58
3.2.4 – Entrevista com Grupo Focal	60
3.3 – RESULTADOS	64
3.3.1 – DIMENSÃO INSTITUCIONAL:	64
3.3.2 – DIMENSÃO FÍSICA:	68

3.3.3 – DIMENSÃO VIVENCIAL:.....	74
CAPÍTULO 4 – ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA DOS RESULTADOS	84
4.1 – SOBRE A RELAÇÃO ADOLESCENTE X AMBIENTE INSTITUCIONAL.....	85
4.2 – SOBRE CONFLITOS ARQUITETÔNICOS:	90
4.3 – SOBRE POTENCIAIS ARQUITETÔNICOS.....	101
4.4 – SOBRE ADAPTAÇÕES AMBIENTAIS:.....	105
4.5 – SOBRE OS SISTEMAS DE SEGURANÇA.....	106
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES	109
5.1 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:	115
5.2 – RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....	116
BIBLIOGRAFIA	118
APÊNDICE 01 – IMAGENS GRUPO FOCAL.....	122
APÊNDICE 02 – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM GRUPO FOCAL	126
APÊNDICE 03 – SINTESE DO RESULTADO DOS GRUPOS FOCALIS:	
SENTIMENTO DO ADOLESCENTE.....	127
APÊNDICE 04 – SINTESE DOS RESULTADOS GRUPO FOCAL: IMAGEM DA	
INSTITUIÇÃO	133
APÊNDICE 05 – TABELAS DOS CROQUIS DOS AMBIENTES.....	136
APÊNDICE 06 – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM SOCIOEDUCADORES.....	143
APÊNDICE 07 – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A EQUIPE TÉCNICA.....	145
APÊNDICE 08 – SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DAS ENTREVISTAS SEMI-	
ESTRUTURADAS.....	146
APÊNDICE 09 – PLANILHA DE CARACTERIZAÇÃO	149

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO

As relações estabelecidas entre as pessoas e o ambiente no qual interagem são de grande importância para a estruturação da forma como se relacionam com o mundo e consigo mesmas. Existe uma reciprocidade nessa relação Pessoa-Ambiente que torna evidente a influência que os lugares vivenciados durante a vida possuem sobre essa estruturação do indivíduo.

Ambientes de longa permanência designados a abrigar processos socioeducativos, como instituições de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei, merecem uma atenção especial por se tratarem de locais que deixarão marcas profundas nos seus usuários sejam eles os adolescentes internados ou o corpo de funcionários.

Como forma de retroalimentação, um olhar mais atento sobre os efeitos que a estrutura física oferecida por estas instituições exercem sobre os seus usuários pode ser a chave para o sucesso dos projetos futuros de ressocialização.

O reconhecimento da importância do ambiente no processo socioeducativo tem gerado diversas discussões referentes à qualidade e à eficiência do tratamento dispensado aos adolescentes em instituições de ressocialização. Estão em jogo não apenas os procedimentos de atendimento mas principalmente os espaços físicos destinados à internação.

1.1 – PROBLEMÁTICA ENCONTRADA

A infração juvenil é uma questão complexa e pode ser desencadeada por diversas razões: sociais, culturais, simbólicas, de distribuição de renda, de vida familiar, saúde mental, uso de drogas, entre outras.

O perfil dos adolescentes internados não varia muito sendo a grande maioria oriunda de classe de renda baixa, com sérios problemas de estruturação do núcleo familiar, já tendo experienciado a vivência nas ruas onde acabaram sofrendo forte influência de outras pessoas, adolescentes ou não, já comprometidas com a marginalidade. Junta-se a isso a falha na escolarização dificultando a construção de um indivíduo capaz de se inserir de forma produtiva e participante da sociedade tida como “Legal”.

Crescidos à margem de uma socialização sadia, esses adolescentes acabam estabelecendo estratégias de sobrevivência de acordo com o contexto em que eles vivem, aprendendo então a agir no mundo pela “ética da malandragem”, dentro de um universo paralelo, com suas próprias leis e códigos morais, geralmente conflitantes com os cultivados pela sociedade “Legal”. Aprendem que a marginalidade é a forma que a vida lhes ofereceu para alcançar bens e respeito dentro da comunidade (QUEIROZ, 1964).

Fischer (1994) define que a influência do meio-ambiente sobre o comportamento humano atua precisamente em razão da existência dos valores nele inscritos servindo como elementos normativos sobre os comportamentos e as representações. Quando são flagrados em ato infracional e designados a cumprir medida socioeducativa de internação em instituições de ressocialização, começa a tentativa da equipe técnica responsável de agregar novos valores a esses adolescentes, de forma a substituir os valores com os quais eles provavelmente cresceram e que resultou na marginalidade.

É aí que começa o trabalho das instituições de internação, porém o maior problema na recuperação de adolescentes em conflito com a lei é transformar valores e comportamentos negativos já sedimentados em positivos. Para tal se faz necessária a atuação de uma equipe de funcionários muito bem preparada, bem como a disponibilidade de um ambiente físico adequado para o trabalho pedagógico visando a ressocialização. Entretanto, por diferentes motivos, os ambientes hoje encontrados para realizar este trabalho, em sua maioria, não estão adequados para o processo pedagógico a ser desenvolvido dificultando e mesmo impedindo a esperada recuperação e reinserção dos internos na sociedade dita “Legal”.

1.2 – JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA:

O propósito do processo de ressocialização de jovens infratores é promover a mudança de comportamento e o resgate de valores sociais necessitando portanto, de espaços adequados, preparados para receber e trabalhar o interno por uma ótica essencialmente pedagógica.

As instituições atuais ainda possuem muita dificuldade em atender a esses propósitos. Os problemas enfrentados são diversos passando por dificuldade de cunho administrativo, financeiro, e de infra-estrutura.

Geralmente se encontram instaladas em edificações originalmente destinadas a outras funções e adaptadas para este uso institucional, configurando ambientes em geral inadequados a um trabalho educativo, dificultando o processo de ressocialização. Há um visível distanciamento entre esses espaços e o projeto pedagógico adotado que pode ser evidenciado, em parte, pela lacuna existente entre as características físicas da edificação e as necessidades espaciais advindas do programa pedagógico.

São espaços criados para abrigar indivíduos em fase de formação moral, social e psicológica por longos períodos de tempo, mas que desconsideram completamente a perspectiva dos usuários na sua construção. Sabe-se hoje que as pessoas estabelecem o tempo todo, as mais variadas relações de troca com o ambiente em que vivem, recebendo influência de diversos fatores, de forma que, segundo Fischer (1994), o espaço pode condicionar tanto as relações entre interpessoais como as relações delas com o ambiente, o que torna importante o estudo sistemático dessa rede de interações.

O modelo arquitetônico adotado atualmente no Brasil vem passando por mudanças fruto de um entendimento por parte dos órgãos competentes de que o espaço é sim, fator importante para o sucesso dos programas de ressocialização. Porém as mudanças ainda são poucas havendo muito a ser discutido e pensado para se alcançar a condição ideal de funcionamento.

Atualmente o sistema de internação de adolescentes em conflito com a lei passa por uma fase de transição entre um modelo que visava à punição pura e simples do adolescente, apenas afastando-o do convívio social, para um modelo cujo propósito é baseado na educação através do diálogo e capacitação profissional. Desta forma, a maioria das instituições encontradas no país ainda adotam uma organização espacial que em nada contribui para a criação de uma relação construtiva entre os internos, os socioeducadores¹ e o espaço institucional. Os ambientes são degradados, opressivos, limitadores, inexpressivos, não contribuindo para o processo de reeducação desses adolescentes.

Já existe no Brasil legislação que esboça solução para a questão espacial dessas instituições: o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2006). O Estatuto define normas² para trabalhar com adolescentes em conflito com a lei, fornecendo parâmetros que devem ser observados ao se projetar edificações para este fim; o SINASE avança um pouco mais sobre as questões

¹ - Funcionário responsável pela integridade física e psicológica dos adolescentes e dos demais funcionários, devendo monitorar os adolescentes vinte e quatro horas por dia. (SINASE, 2006, pp.50)

² - Artigos 124 (Direitos do Adolescente Privado de Liberdade), 94 (Obrigações das Instituições Destinadas à Internação), e 185 (que proíbe a permanência de adolescentes em instituições de caráter prisional).

de estrutura física trazendo o programa arquitetônico mínimo e outros parâmetros correlatos.

Porém apenas definir parâmetros dimensionais não garante a qualidade do ambiente. Existe ainda uma gama de fatores que influenciam a relação Pessoa-Ambiente que ultrapassam as questões dimensionais e sobre os quais ainda não se tem conhecimento científico aprofundado. Dificilmente se encontram estudos na área de arquitetura sobre a relação do usuário e o ambiente em instituições com o propósito das que serão analisadas nessa dissertação.

Estudos sobre como esses ambientes influenciam nas relações de privacidade, territorialidade, espaço pessoal e apego, são necessários para o sucesso dos processos de ressocialização, uma vez que este é centrado em um indivíduo que passa por um momento significativo na vida que pode conduzi-lo para uma revisão de valores direcionando-o para um futuro longe da marginalidade ou afundá-lo ainda mais na revolta e na conduta marginal. Dessa forma ele, o adolescente internado, com todos os seus anseios, medos, inseguranças, crenças e percurso de vida, não pode ser desconsiderado no momento do projeto.

O maior entendimento dessas componentes intrínsecas à relação Pessoa-Ambiente servirá de complemento aos instrumentos existentes que ainda são insuficientes para o controle da qualidade do espaço edificado, pois em momento algum estabelece um direcionamento projetual que indique o que deve ser considerado, em termos qualitativos, na definição das características dos ambientes de unidades de internação.

Além da falta de estudos aprofundados nessa área, o Brasil ainda mantém em funcionamento modelos originados do Serviço de Atendimento ao Menor (SAM – 1941) e da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM – 1964)³, considerados ultrapassados por apresentarem forte caráter repressivo e prisional, proibido expressamente pelo Estatuto. Essas características ainda presentes nessas instalações só fazem reforçar o preconceito contra a instituição e seus internos, dificultando ainda mais o trabalho dos educadores e a reintegração dos adolescentes na sociedade. Estas instituições ainda se assemelham a presídios com “características plásticas bastante austeras e pesadas, semelhantes a fortalezas, frias e opressivas, propiciando uma segregação com fim em si mesma, impossibilitando qualquer iniciativa de recuperação ou tratamento do homem preso” (LIMA, 2005).

³ - Essas políticas de atendimento serão tratadas mais detalhadamente no capítulo 2.

Sabendo-se que o ambiente influi no comportamento do usuário exercendo impacto sobre o seu estado emocional, a estruturação das relações sociais, a auto-imagem e a imagem que a sociedade tem desses internos, percebe-se que é necessário produzir conhecimento que, tendo como principal foco o adolescente internado, identifique as características físicas que mais prejudicam ou favorecem a ressocialização dos mesmos.

É necessário encontrar respostas para a questão do que pode ser feito para melhorar as condições espaciais das instituições de internação, visando o maior êxito dos programas de ressocialização eventualmente adotados.

1.2 – QUESTÃO DE PESQUISA

A problemática explicitada anteriormente evidencia a necessidade de se analisar a relação do adolescente com o espaço físico destinado à internação e a influência deste no processo de ressocialização. Dessa forma esta pesquisa procura responder as seguintes perguntas:

1. De que forma uma arquitetura socioeducativa pode influenciar na adequabilidade das instituições ao processo de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei?
2. O que pode ser feito em termos de arquitetura socioeducativa para potencializar o sucesso do funcionamento dessas instituições?

1.3 – OBJETIVOS:

1.3.1 – Geral

Identificar estratégias de adequação dos ambientes destinados à ressocialização de adolescentes em conflito com a lei através do entendimento de como os fatores ambientais podem atuar sobre um processo baseado na construção de novos comportamentos e valores sociais.

1.3.2 – Específicos

- a. Compreender a dimensão fenomenológica do espaço construído voltado para instituições de ressocialização;
- b. Verificar a forma de apropriação do espaço institucional pelos adolescentes nas dimensões de uso individual e coletivo;
- c. Identificar os elementos arquitetônicos que melhorem o ambiente e possam favorecer o processo de recuperação;
- d. Identificar os conflitos arquitetônicos eventualmente existentes e que dificultam este processo;
- e. Identificar os elementos de projeto mais apropriados à qualificação desses espaços de ressocialização;
- f. Propor estratégias que qualifiquem esta arquitetura como socioeducativa.

1.4 – MÉTODOS E TÉCNICAS

Para o desenvolvimento do presente trabalho será necessário a construção de uma fundamentação teórica que envolva as seguintes questões:

- **Legislação existente** – visa compreender as restrições legais consideradas na construção e uso desses espaços.
- **Relação Pessoa-Ambiente** – visa o entendimento de como ocorrem as relações de privacidade, territorialidade, espaço pessoal, estresse ambiental, apego, apropriação, aglomeração, convívio forçado, e relações sociais, dentro de ambientes institucionais de privação de liberdade;
- **Paralelo ambiente institucional X a casa:** o que significa a aproximação simbólica desses dois ambientes em termos de vivência dentro das instituições de ressocialização, em função da estruturação das relações sociais.

Para o conhecimento da realidade das instituições será necessário o entendimento do ambiente físico oferecido e da relação que os adolescentes estabelecem com o ambiente vivenciado. Para tal serão realizados estudos de caso⁴ em três instituições de internação, que representem a diversidade de tipologias existente no país. Para esta fase da pesquisa serão utilizados os seguintes procedimentos:

- **Visitas exploratórias**, com vistas a buscar o conhecimento da espacialidade das instituições que serão analisadas;
- **Entrevista semi-estruturada**, para colher informações sobre a vivência institucional dos adolescentes segundo a ótica dos funcionários que realizam seu monitoramento diário e dos profissionais que realizam as demais atividades de ressocialização;
- **Observação sistemática**, com o objetivo de coordenar um olhar mais criterioso sobre os ambientes a serem analisados;
- **Entrevista com grupos focais**, como forma de entender como os adolescentes se sentem e identificam o ambiente institucional.

Por fim será feita a sistematização e análise dos dados levantados sob a luz da fundamentação teórica apresentada com vistas ao entendimento de como os elementos arquitetônicos encontrados afetam o processo de socialização em questão.

1.5 – ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

No **Capítulo 1 – Introdução**, serão apresentados o tema, a justificativa e relevância do estudo proposto, os objetivos a serem alcançados, bem como a apresentação sucinta dos procedimentos de pesquisa que serão utilizados.

O **Capítulo 2 – Fundamentação Teórica** apresentará um breve histórico do atendimento ao adolescente em conflito com a lei, apresentando a legislação pertinente. Discorrerá também sobre a relação Pessoa-Ambiente, percorrendo os aspectos da territorialidade, privacidade, espaço pessoal, ambiência, apego e estresse ambiental.

⁴ - O detalhamento desta etapa constitui o capítulo 3.

Já o **Capítulo 3 – Estudo de Caso** é destinado a apresentar a conceituação, elaboração, aplicação dos procedimentos utilizados, bem como os resultados obtidos.

No **Capítulo 4 – Abordagem Fenomenológica dos Resultados** serão apresentados os resultados obtidos com o estudo de caso discutidos segundo o viés fenomenológico considerando a influência dos aspectos ambientais explicitados nos capítulos anteriores.

O **Capítulo 5 – Conclusões**, traz as conclusões da pesquisa baseadas no cruzamento dos resultados do estudo de caso e a fundamentação teórica, bem como a proposição de futuros estudos.

Em seguida apresentam-se as Referências Bibliográficas utilizadas no desenvolvimento do trabalho e os apêndices produzidos.

2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa se desenvolve na direção de avaliar a adequação dos ambientes destinados à ressocialização de adolescentes em conflito com a lei aos projetos pedagógicos adotados tendo como base as necessidades dos usuários, identificados como os internos e todo o quadro de funcionários.

Além da compreensão das razões para a criação e transformação dessas instituições é preciso compreender o impacto desses espaços no processo de ressocialização em si. Isso significa investigar as relações entre os internos e a arquitetura dessas instituições.

Isto posto cinco grandes temas serão considerados no embasamento teórico deste trabalho, quais sejam:

1. Evolução institucional do atendimento ao jovem em conflito com a Lei no Brasil e as mudanças já previstas em termos de legislação e pedagogia voltadas para estes espaços;
2. As características específicas dos ambientes institucionais e o que elas implicam na vivência de seus usuários;
3. Entendimento e caracterização da relação Pessoa-Ambiente;
4. As principais influências positivas (apropriação) e negativas (estresse ambiental) advindas dessa relação;
5. Dimensões fenomenológicas da arquitetura, aplicadas a espaços de ressocialização.

2.1 – A EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DO JOVEM EM CONFLITO COM A LEI

As instituições de internação de adolescentes em conflito com a Lei surgiram da necessidade de separar estes adolescentes do convívio com os adultos nas cadeias. Até o início do século XX não existiam instituições especializadas para esta função. A criança era vista como um pequeno adulto e sofria os mesmo tipos de penalidades. O atendimento específico à infância era voltado para a assistência aos abandonados e aos que se encontravam em situação de risco social⁵, sendo o atendimento realizado por instituições religiosas, hospitais ou abrigos.

Com a evolução do pensamento social e jurídico relacionado aos menores, criou-se em 1902 a primeira instituição para abrigar jovens com desvios de comportamento: o Instituto Disciplinar em São Paulo. Esta instituição tinha por objetivo corrigir e punir a criança e o adolescente que cometesse atos não condizentes ao bom convívio social, apresentando um tratamento de caráter repressivo, correccional e punitivo, como instrumento de recuperação que se via refletido na edificação.

Alguns anos mais tarde surge no Rio de Janeiro o Sistema de Atendimento do Menor (SAM), baseado no Código de Menores de 1927 que regulamentava a necessidade de educar, disciplinar física, moral e civicamente os menores em conflito com a Lei e em situação de risco social. Esse sistema ainda mantém o agrupamento de jovens que passam por situações de exclusão diferentes. Seu modelo, semelhante ao sistema penitenciário, se expandiu país afora estimulando iniciativas de mesma natureza seguindo o caráter correccional e repressivo que condenava à miséria e a maus tratos aqueles que dele precisavam. Com a instauração do regime militar, nos anos 60 o SAM caiu em decadência e o estilo repressivo e humilhante revelou-se à opinião pública resultando no seu reconhecimento como “Universidade do Crime” e “Sucursal do Inferno” (FEBEM, 1964).

Houve então uma nova tentativa de estruturar o atendimento ao adolescente em conflito com a Lei através da criação, em 1964, da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), e da Fundação Estadual de Bem Estar do Menor (FEBEM). Este novo modelo introduziu a disciplina militar dentro do internato e separou efetivamente as instalações destinadas a adolescentes com desvio de comportamento daquelas destinadas ao abrigo de adolescentes em situação de risco social.

⁵ Menores oriundos de família desajustadas, abandonados ou órfãos.

Apesar da mudança na abordagem pedagógica não houve alteração efetiva da estrutura física das unidades, tendo a FEBEM herdado as instalações do SAM, mantendo as características opressoras e de difícil visibilidade dos acontecimentos em seu interior, como pode ser visto nas Figuras 1 e 2, sendo este um dos fatores que contribuiu para a série de abusos cometidos por funcionários responsáveis pelo tratamento e bem estar dos adolescentes. É caracterizada por uma instituição fechada, cuja real função era apenas isolar do convívio social aqueles que não se comportavam de acordo com os valores estabelecidos pela sociedade legal.



Figura 1: Unidade de Parelheiros - FEBEM-SP
Fonte: www1.folha.uol.com.br



Figura 2: Unidade de Araçatuba - FEBEM-SP
Fonte: www.cpos.com.br

O que se percebe desde a implantação das FEBEMs até hoje é uma desconexão entre o pensamento pedagógico e o modelo arquitetônico adotado, resultando na falência destes planos que passaram a ser implantados já em 1964. Claro que os modelos dessa época ainda carregavam fortes características punitivas, porém, não houve grandes mudanças estruturais ao longo dos anos que se seguiram.

Vinte anos depois desse início de um pensamento diferenciado sobre a infração juvenil a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu uma série de seminários em diferentes países para discutir não apenas os direitos e a segurança das crianças mas também assuntos referentes aos adolescentes em conflito com a lei.

Desses seminários surgiram três documentos que marcaram definitivamente o tratamento destinado a esses jovens, sendo que os dois últimos podem ser considerados uma evolução do primeiro:

- **Regras de Beijing** – Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e Juventude (1985);

- **Diretrizes de Riyadh** – Princípios das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil (1990);
- **JDL Rules**⁶ – Regras das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade (1990).

A criação desses documentos mostra a grande evolução ocorrida no pensamento social e pedagógico voltado ao tratamento do adolescente em conflito com a Lei. Houve a determinação de uma série de deveres das instituições e direitos dos adolescentes; assim como a clara definição do conceito de jovem em conflito com a Lei: “aquele a quem se tenha imputado o cometimento de uma infração ou que seja considerado culpado do cometimento de uma infração” (Beijing Rules item 2-2, parágrafo c, 1985). Este é o primeiro documento que declara a necessidade de um tratamento diferenciado daquele dado ao adulto, sendo reafirmado posteriormente pelas Diretrizes de Riyadh (1990) que considera que o comportamento ou conduta dos jovens, que divergem das normas e valores sociais gerais faz muitas vezes parte do processo de maturação e crescimento tendendo a desaparecer espontaneamente na maioria dos indivíduos na transição para a idade adulta (item 5, parágrafo e).

Essa nova visão que aceita a infração juvenil como um comportamento social inadequado que pode ser alterado quando se adotam as medidas corretas, provocou uma mudança completa no paradigma do tratamento destes adolescentes. Ao se encarar a infração juvenil como um ato advindo de um comportamento social negativo passa-se a aceitar a possibilidade de uma reeducação desse indivíduo através do ensino de comportamentos socialmente aceitos. Isso altera a característica meramente punitiva e excludente dessas instituições que passaram a figurar como espaços de reconstrução de valores sociais perdidos ou deturpados.

Com isso aumentou a complexidade do sistema de atendimento que começou a olhar mais para o indivíduo e sua história de vida considerando esta primordial para o entendimento das alterações comportamentais e de valores sociais apresentadas pelos internos.

A partir deste momento, mais do que nunca, mostrou-se necessária a criação de instituições que trabalhassem em função da modificação do comportamento e dos valores sociais. Os documentos apresentados relacionam uma série de estratégias pedagógicas

⁶ United Nations Rules for the Protection of Juveniles Deprived of their Liberty

para se alcançar o objetivo de ressocializar o jovem possibilitando a sua inclusão na sociedade como indivíduo produtivo e capaz de estabelecer relações sadias com o outro.

Dos três documentos o *JDL Rules* é o mais focado nas questões referentes à qualificação do ambiente físico dessas instituições. Porém seu conteúdo se limita a designar o programa das unidades e assegurar a necessidade de tratamento humanizado, personalizado, visando o bem estar físico e mental dos jovens e a satisfação de suas necessidades básicas e requerimentos especiais de acordo com a idade, sexo, tipo de infração, ressaltando a importância da proteção contra qualquer tipo de ofensa ou situação de risco, sem entrar em maiores detalhes sobre as formas de se alcançar suas determinações. Este avanço do pensamento mundial teve reflexos no contexto brasileiro resultando em 1990 na instauração do Estatuto da Criança e Adolescente e em 2006 na criação do Sistema Nacional de Atendimento às Medidas Sócio-Educativas (SINASE).

O Estatuto vem regulamentar uma série de normas que visam “a proteção integral à criança e ao adolescente.” (Art. 1º). Trata de questões referentes aos direitos da criança e do adolescente desde antes do nascimento, como acompanhamento pré e perinatal, à convivência familiar e social, incluindo o direito ao lazer, à educação, à liberdade, ao respeito e à dignidade, chegando até as questões referentes ao abandono e àqueles que cometeram algum tipo de ato infracional.

No que diz respeito à infração juvenil, o Estatuto formalizou o novo pensamento desenvolvido pelos documentos da ONU através de uma série de medidas socioeducativas que seriam adotadas como forma de promover a ressocialização do adolescente, por meio de estratégias que evitassem ao máximo a sua internação. A partir do Estatuto, o adolescente passou não mais a cumprir pena, mas sim, Medidas Socioeducativas definidas pelo Artigo 112 como:

a) Advertência: constitui admoestação verbal que posteriormente será reduzida a termo e assinada;

b) Obrigação de Reparo do Dano: aplicada no caso de infração que resulte em perdas patrimoniais; a autoridade pode então determinar que o jovem adolescente restitua, promova o ressarcimento do dano, ou compense o prejuízo da vítima;

c) Prestação de Serviços à Comunidade, cabe ao jovem, dentro de suas aptidões, a “realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.” (Art. 117);

d) Regime de Semi-Liberdade: pode ser adotado desde o início ou como transição da internação para o meio aberto, e consiste na realização de atividades externas de escolarização e profissionalização, devendo o semi-interno voltar para dormir na instituição;

e) Liberdade Assistida: o adolescente já fica com a sua família, porém tem que prestar contas semanalmente de suas atividades e de sua conduta;

f) Internação: consiste em “medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.” (Art. 121). O interno pode realizar atividades externas a critério da equipe técnica da entidade, desde que não haja medida judicial contrária a isso. O prazo de internação deve ser avaliado a cada 6 meses e o período de internação não poderá ultrapassar 3 anos. Ao fim desse período, ou por determinação jurídica, o interno “deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida.” (Art. 121, §4º). O interno tem liberdade compulsória ao completar 21 anos. Essa medida deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto do destinado ao abrigo, devendo obedecer a uma rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e tipo de infração cometida, como especifica o art 123.

g) Remissão: pode ser concedida pelo representante do Ministério Público, “como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e conseqüências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.” (Art. 126).

O documento estabelece no art. 124 os direitos dos adolescentes internados no que se refere à escolarização, tratamento humanizado, assegurando a saúde, educação regular, profissionalização, tratamentos físicos e psicológicos necessários, assim com elenca o quadro de funcionários e suas funções. Ressalta ainda que somente em casos extremos podem ser aplicadas medidas que retiram o jovem do convívio social, determinando que nestes casos ao Estado compete “zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.” (ECA, Art. 125). Enfatiza que “a internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, não poderá ser cumprida em estabelecimento prisional.” (ECA, Art. 185), sem, no entanto, especificar o que caracterizaria uma edificação como tal.

Essa imprecisão com relação à tipologia que deveria ser adotada dificultou a aplicação da pedagogia proposta, uma vez que as medidas socioeducativas vão de encontro às condições físicas das unidades já existentes. Grandes complexos de internação, como o de Tatuapé (Figuras 3 e 4) em São Paulo, que abrigam grande número

de internos em edificações de característica tipicamente prisionais, tornam impossível a aplicação do programa de ressocialização preconizado pela legislação.



Figura 3: Lotação nas celas de Tatuapé
Fonte: www.folhaonline.com.br



Figura 4: Pátio da Unidade de Tatuapé
Fonte: www.folhaonline.com.br

Somente após dezesseis anos de criação do Estatuto, o governo lança o SINASE que, tratando apenas do atendimento às medidas socioeducativas, esboça um maior detalhamento das características físicas das instituições de internação. Configura-se no “conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida sócio-educativa.” (SINASE, pp.23). Orientou-se pela Constituição Federal e os demais documentos apresentados anteriormente.

O texto do SINASE figura como um grande avanço em relação ao Estatuto porque deixa clara a importância do ambiente institucional para o sucesso do processo de ressocialização. Ressalta que este deve promover o desenvolvimento pessoal e social do jovem sendo necessária para isso a adequação do espaço físico e da organização espacial, funcional, assim como dos materiais e equipamentos utilizados, ao projeto pedagógico. Entende que as características físicas do espaço interferem “na forma e no modo de as pessoas circularem no ambiente, no processo de convivência e na forma de as pessoas interagirem, refletindo, sobretudo, a concepção pedagógica, tendo em vista que a não observância poderá inviabilizar a proposta pedagógica.” (SINASE, 2006, pp.58).

É o primeiro documento a falar em *Arquitetura Socioeducativa*, sendo esta concebida como um espaço que permite a visão de um processo indicativo de liberdade.

Apesar de trazer um aprofundamento sobre a conceituação do ambiente de internação as diretrizes indicadas pelo documento apenas resvalam nas questões relativas à relação do usuário com a edificação. É definido claramente o programa de necessidades para cada tipo de instituição de atendimento às medidas sócio-educativas, assim como o

pré-dimensionamento de cada ambiente, elaborado com bases que não foram identificadas no documento.

Entretanto, para o esperado sucesso dos procedimentos pedagógicos se faz necessário mais do que determinar quais ambientes e dimensões mínimas devem existir. É preciso avançar sobre a relação que os jovens vão estabelecer com esses ambientes e com os demais usuários tendo em vista que o processo de ressocialização está baseado em trocas sociais visando à construção de novos valores e comportamentos. O espaço destinado à ressocialização é um espaço institucional e como tal, pode receber todas as influências que tal espacialidade exerce sobre o indivíduo e as atividades que desenrolam no seu interior.

2.2 – ENTENDENDO O ESPAÇO INSTITUCIONAL:

Não se pode avançar sobre a temática do espaço de ressocialização sem considerar as peculiaridades existentes em ambientes institucionais. Por mais que seja pregado um tratamento humanizado e individualizado os centros socioeducativos não perderam as características inerentes a espaços institucionalizados. Portanto é importante que se entenda um pouco mais sobre as questões que envolvem este tipo de ambiente.

Os ambientes institucionais constituem um universo particular onde se reúne, por tempo determinado, um conjunto de indivíduos e onde se desenrolam atividades definidas. Uma “instituição corresponde à visibilidade de um lugar, de um edifício e manifesta-se por um conjunto de características materiais que acolhem tal ou tal actividade.” (FISCHER, 1994).

Ambientes institucionais podem ser de diversos tipos e abranger inúmeras atividades. Porém o tipo de instituição analisada nessa pesquisa se enquadra na definição de *instituição total*, onde as atividades desenvolvidas por seus usuários se desenrolam em um mesmo local durante um tempo prolongado. (FISCHER op.cit). É definida também por Goffman (2001, pp.11) como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.”

Esses tipos de espaços exercem influência no estado psicológico de seus usuários definido até alterações nas formas de se relacionar socialmente. Segundo Goffman (op.cit.

p.24), o caráter fechado dessas instituições promove uma ruptura profunda com os papéis desempenhados anteriormente na sociedade, havendo então uma reavaliação dessa perda de papel. Por isso o autor as chama de “estufa para mudar pessoas”, um local que, segundo ele, funcionaria como um experimento sobre o que se pode fazer com o eu tanto positiva quanto negativamente.

Essa definição de Goffman (op.cit.) mostra o potencial de influência que esses espaços podem ter na vida de seus usuários. A ruptura citada por ele pode ser utilizada positivamente para afastar o adolescente do padrão marginalizado com o qual estava acostumado a agir na sociedade abrindo espaço para, através de uma reavaliação do seu eu, poder assimilar padrões comportamentais e psicológicos positivos.

Porém os ambientes das chamadas instituições totais geralmente não levam em conta os anseios dos seus usuários diretos, aqueles que permanecem o tempo todo dentro da instituição. É importante ressaltar que os internos possuem uma vivência diferente desse espaço uma vez que é rigidamente regulado ou até negado qualquer contato com o mundo fora da instituição. Já os demais usuários, funcionários, corpo técnico e administrativo, experienciam outra vivência institucional, uma vez que a sua estrutura psicológica se encontra fixada em ambientes externos à instituição, através dos quais mantêm laços fortes com o mundo exterior.

Para Fischer (1994, pp.139) os ambientes institucionais se apresentam efetivamente como um espaço separado, definido por um *fora* e um *dentro*, com eficientes sistemas de regulação dessa relação com o mundo exterior. O *dentro* se apresenta como um conjunto de espaços pré-estabelecidos que desconsideram completamente quem será seu usuário, estando aí, a maior causa de dificuldade em se obter os resultados esperados junto ao usuário principal. São espaços “previamente dispostos e organizados segundo um conjunto de regras: sobre certas superfícies definidas vai ser distribuído um número determinado de indivíduos a quem serão fixadas atividades definidas.” (FISCHER, op.cit. pp. 139).

Em se tratando de instituições de ressocialização essa relação *dentro/fora* e a sensação de controle total por parte da instituição fica mais evidente. Por abrigar uma população que se encontra internada contra a vontade esses locais acabam seguindo uma lógica estrutural muito semelhante a dos presídios, que são definidos por Goffman (2001 pp. 17) como “instituições organizadas para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e garantir o bem-estar das pessoas”, cumprindo a mesma função. Mesmo tendo o Estatuto se atentado para garantir o máximo de diferenças para com o ambiente prisional, apenas o

fato do indivíduo não ter domínio do ato de ir e vir dessa relação *dentro/fora* já acarreta todos os “males” que uma *instituição total* como esta pode fazer a um indivíduo.

Ambientes institucionais fazem com que o indivíduo passe a desempenhar o papel definido pela instituição se vendo obrigado a conformar-se com os espaços nos quais está instalado. Fischer afirma ainda que são lugares de “modelagem onde o indivíduo tem de se adaptar ao cumprimento do seu contrato, quer dizer, não deve sair do molde e tem de respeitar a ordem tal como foi fixada.”. Isso pode levar a uma sensação de impotência e de falta de perspectiva gerando o chamado “Mal do Institucionalizado” definido por Sommer (1974) como a falta de capacidade de julgar qualitativamente o ambiente no qual está inserido. É causado pelo embotamento sensorial gerado por ambientes sem estímulos ou por demais engessados.

Apesar de existir uma ordem física pré-estabelecida os indivíduos institucionalizados tendem a organizar os espaços institucionais também de forma subjetiva, “em termos de zonas psicológicas” (Fischer, op.cit. pp. 146). Isso acontece pela necessidade de alguma forma experienciar esse espaço do qual passou a fazer parte e que, devido à longa permanência, passa a ser interpretado como espaço vivido e não apenas como uma simples adequação espaço/atividades determinadas. Isso resulta na criação de diversos tipos de lugares que respondem não mais as delimitações rígidas das instituições, mas sim uma lógica pessoal e subjetiva de seus usuários voltada para atender às suas necessidades psicológicas.

Fischer (1994) define três tipos de espaços geralmente criados em instituições:

- **Espaços de socialização:** lugares que comportam agrupamentos sociais diversos;
- **Espaços intersticiais:** espaços “fluidos”, deixados à deriva pela instituição, sem um propósito específico visível; disponíveis para atividades não inteiramente programadas;
- **Espaços-refúgios:** zonas de isolamento criadas pelo próprio indivíduo, como forma de manifestar reivindicações pessoais. É uma forma de conseguir se distanciar da constante invasão criada pela situação na qual se encontram através da criação de locais que não são partilhados com mais ninguém.

Finalmente, Fischer (op.cit.) conclui que quanto mais inadaptados forem os espaços às necessidades expressas pelos seus usuários, mais esses espaços serão foco de

investimentos fortes e variados no sentido de criar um espaço para si, do qual se reconheça como parte, ou que supra suas necessidades psicológicas essenciais. Da mesma forma, quanto maior for o sentimento de frustração advindo do sentimento de não pertencimento ou desapropriação, maiores serão as chances dos usuários criarem espaços de isolamento.

Esse tipo de comportamento não é o mais adequado para as instituições de ressocialização. O propósito é socializar, portanto é primordial que exista uma relação de troca aberta entre os adolescentes e toda a equipe de socioeducadores. Vemos, através da fala dos autores citados acima, que espaços institucionais em sua maioria, não promovem um ambiente adequado para trocas sociais uma vez que trabalham em função de um comportamento estandarizado que desconsidera as peculiaridades de cada indivíduo.

No aspecto pedagógico foi grande o avanço na direção de propor estratégias que visem essa aproximação adolescente – funcionários, porém as estruturas físicas ainda obedecem à visão fechada das instituições totais.

Claro que não se pode negar o fato de que por criar esse necessário afastamento e isolamento da sociedade livre esse tipo de espaço sempre se enquadrará nos moldes institucionais, sofrendo de seus males. A questão é: o que se pode fazer para tornar o ambiente institucional mais humano e menos agressivo ao indivíduo?

Para responder essa pergunta buscou-se auxílio no entendimento da relação entre a pessoa e o ambiente construído, temática que será explorada nos itens seguintes.

2.3 – ENTENDENDO A RELAÇÃO PESSOA – AMBIENTE:

Para identificar quais características devem ser observadas na elaboração dos espaços de ressocialização é preciso antes compreender melhor a relação existente entre a pessoa e o ambiente.

Essas relações são estabelecidas no espaço vivenciado diariamente pelo indivíduo que tem grande importância para a estruturação da relação da pessoa com o mundo. Para Fischer (1994) o Espaço é a matriz ambiental que informa as relações humanas na sua complexidade ao mesmo tempo que é, como elas, o resultado de fatores culturais, sociais e institucionais.

Fica evidente então que a relação de troca existente entre a pessoa e o meio físico vivenciado é bilateral havendo mútua influência, resultando em um sistema onde o ambiente atua sobre a pessoa que por sua vez, age sobre os fatores espaciais que o determinam. Dessa forma, pode-se afirmar que os alicerces da natureza da relação Pessoa-Ambiente permitem explicar o valor do espaço e a orientação da conduta individual ou social. (FISCHER, op.cit.).

Para este mesmo autor os lugares em que vivemos e trabalhamos moldam de alguma forma as nossas maneiras de ser e os nossos comportamentos, dado que nós nos constituímos nas relações que com eles mantemos. Dessa forma, o meio-ambiente exerce real influência sobre o comportamento humano precisamente em razão da existência dos valores nele inscritos, que atuam como elementos normativos sobre os comportamentos e as representações sociais.

Com base nestas afirmações entendemos que é possível alterar padrões de comportamento e de valores sociais através de modificações nas configurações espaciais vivenciadas por um grupo ou um indivíduo tomando para o desenvolvimento deste trabalho, Espaço como:

Espaço - ambiente da edificação reconhecido como facilitador de um processo de ressocialização baseado em alterações de comportamento e valores sociais.

Mas para descobrir quais alterações no espaço vivenciado são necessárias deve-se entender como acontecem esses processos de troca Pessoa-Ambiente para então, identificar quais são os fatores que atuam sobre esse sistema, como se dá essa influência e quais são as repercussões no meio físico, levando em conta para esta pesquisa tudo o que implica a vivência em um ambiente institucional.

Este trabalho será conduzido então à luz da psicologia ambiental, que se ocupa de tentar elucidar essas questões, sendo definida por Moser (1994) como o estudo das inter-relações entre o indivíduo e seu ambiente físico e social, nas suas dimensões espaciais e temporais.

Segundo Ittelson, Proshansky, Rivlin, e Winkel (1974), a psicologia ambiental tem caráter multidisciplinar envolvendo várias áreas do conhecimento como geografia, psicologia, sociologia e arquitetura. Encara o homem não como um produto passivo do ambiente, mas como um ser atuante que age sobre este ambiente e que é influenciado por ele seguindo o princípio da interação dinâmica. O principal interesse desta área é estudar o ser humano como parte de seu espaço, assim como a série de comportamentos e relações sociais advindas dessa interação.

E que espaço seria esse ocupado pelo ser humano? Como já foi dito anteriormente, é o espaço definidor das relações sociais, definidor de comportamentos, mas também conformado pelos fatores que ele define. Este elo entre espaço e comportamento é conceituado por Hall (apud Fischer, 1994) como a existência de ‘esquemas internos de espaço’ que o indivíduo adquire, apreende e transporta consigo ao longo de sua experiência de vida, presente e futura.

Pode-se compreender o espaço através da idéia de que por meio dele é possível organizar a vida das pessoas concebendo para elas tipos de ambiente baseados em critérios funcionais que correspondam às suas necessidades elementares definidas a partir de modelos de necessidades pretensamente válidos em toda a parte. Esta é uma visão determinista que encara apenas o espaço como fator determinante de comportamento.

Outra forma de compreender o espaço é a partir da maneira como a pessoa utiliza um lugar, como o trata afetivamente e cognitivamente, passando então a se falar de um *Espaço Vivido* onde existe uma experiência sensori-motora, táctil, visual, afetiva e social, que produz, através das relações estabelecidas, um conjunto de significações carregadas de valores culturais próprios. Essa visão já reconhece que a forma de agir em um espaço depende da maneira como cada indivíduo apreende as informações passadas pelo meio. Reconhece que não existe um padrão a ser seguido, pois fatores como cultura, gênero, idade, condições físicas e psíquicas do indivíduo influenciarão seu comportamento.

Deve-se levar em conta que a experiencição de um ambiente é uma via de mão dupla onde tanto a pessoa é afetada pelas condições do espaço como o espaço será forçosamente alterado para se adequar às necessidades da pessoa. O conflito se dá principalmente quando não existe possibilidade de uma adequação satisfatória, bem como quando o espaço não consegue atender minimamente o propósito para o qual foi pensado.

Porém, ambas as abordagens são importantes para o desenvolvimento deste trabalho, pois primeiramente será compreendida a forma como são utilizados os espaços de

ressocialização para, munido das informações sobre como esses espaços organizam as relações pessoais e que laços ele permite que sejam criados, possam ser estabelecidos novos padrões espaciais mais condizentes com as atividades sócio-educativas.

Como se intenciona trabalhar sobre uma proposta socioeducativa cuja função é ressocializar esse jovem promovendo mudanças comportamentais e de valores sociais através da reorganização do espaço físico das instituições, devemos entender quais são e como atuam os aspectos ambientais que compõe a relação Pessoa-Ambiente.

2.4 – INFLUÊNCIAS ADVINDAS DA RELAÇÃO COM O ESPAÇO

Esses aspectos ambientais exercem influência nas relações que as pessoas estabelecem com os espaços, podendo definir relações positivas ou negativas, conforme mostra o esquema da Figura 5.

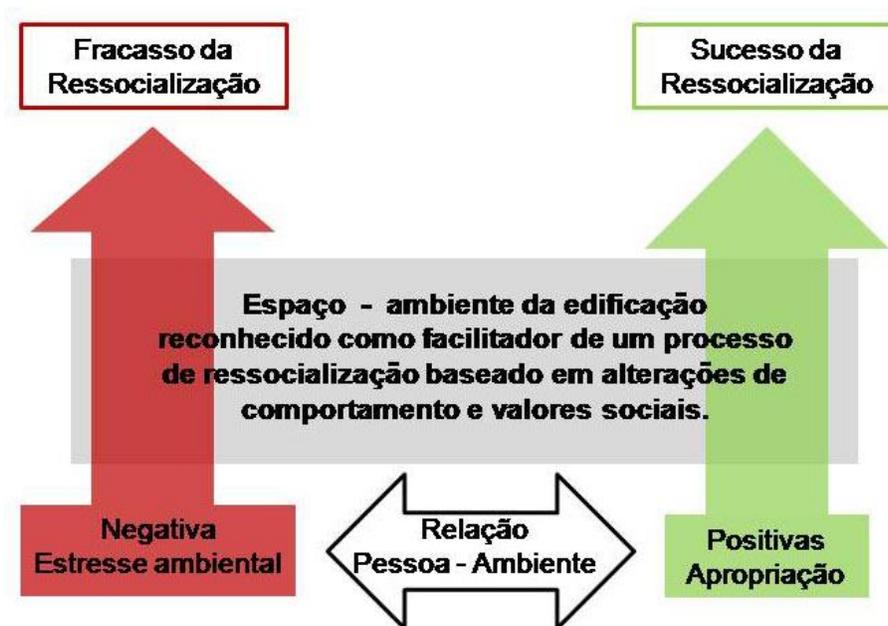


Figura 5: Diagrama conceitual

Neste diagrama fica explícito o entendimento de que no contexto analisado as interações positivas, entendidas aqui como a apropriação do espaço pelo usuário, poderiam favorecer o processo de ressocialização. Em contrapartida as relações negativas, elencadas

aqui como as que resultam no Estresse Ambiental, dificultariam tal processo, uma vez que causam grande impacto nas esferas física, mental e comportamental do usuário.

2.4.1 – Apropriação e apego

A apropriação pode ser entendida como o ato de tornar próprio ou conveniente, de adaptar, adequar algo ou algum lugar às necessidades pessoais ou de um grupo, ou ainda apoderar-se de alguma coisa como própria. Segundo Proshansky (1970, *apud* Bins Ely, 1997) a apropriação se manifesta na forma do exercício de um controle, de um poder físico ou psicológico.

Bins Ely (1997) afirma que a apropriação se exprime através de diferentes níveis indo do coletivo ao privado. Nos espaços privados a apropriação física esta muito ligada à idéia de um território. Ela compreende principalmente duas etapas sucessivas e simultâneas: a organização do espaço, que segue as referências dos modelos culturais de sociabilidade; e o uso.

O estudo do uso de um espaço envolve a análise de todas as atividades realizadas no seu interior, os equipamentos necessários para realizar essas atividades, o espaço para o acionamento desses equipamentos, e principalmente se esse conjunto está adequado à função do espaço e às pessoas que irão utilizá-lo.

Já o estudo da apropriação leva em conta a forma como os usuários de um determinado espaço se identificam com o mesmo, como conseguem alterá-lo para que se torne mais adequado aos seus gostos pessoais, à sua rotina de uso. Quanto maior o nível de apropriação, maior é o nível de identificação do usuário com o espaço. Mais ele reconhece aquele lugar como seu, e como algo importante para estruturar a sua relação com o mundo.

Da apropriação de um espaço ou território surgem as relações de apego entre o indivíduo e o espaço no qual ele se encontra. Este apego pode ser definido pelo laço afetivo estabelecido entre um indivíduo e um lugar, sendo a qualidade destes laços importante para caracterizar a existência de um indivíduo ou grupo como positiva ou negativa (GIULLIANI, 2004). Relph (1976) entende ainda que o apego a um lugar é uma necessidade humana fundamental, sendo esses laços afetivos universais e necessários para um relacionamento autêntico com o ambiente.

Giulliani (2004) afirma que o sentimento de apego com relação a um lugar pode surgir de três maneiras:

- **Apego Funcional:** surge da avaliação positiva da qualidade do local, face às necessidades do indivíduo, resultando de um apego mais intenso na razão direta do número e importância das necessidades satisfeitas;
- **Apego Simbólico:** advém dos significados que o lugar tem para a identidade da pessoa ou grupo, sendo importante justamente por definir o “eu” de um indivíduo em determinada fase da vida tendo, portanto uma representação histórica;
- **Apego emocional:** deriva de um longo período de vivência onde passa a existir grande familiaridade com o espaço.

As pessoas desenvolvem no decorrer de suas vidas relações de apego com os diversos locais vivenciados. Existem locais que serão para sempre lembrados estando ligados à primeira infância, a um longo período de permanência ou à experiências curtas, porém com grande significado em algum momento de suas vidas. A mobilidade do mundo contemporâneo abriu espaço para questionamentos sobre a criação dos laços de apego. Segundo Giulliani (op.cit.) não existem pesquisas que revelem como novos laços são estabelecidos ou até que ponto um lugar de afeto pode ser substituído por outro, bem como se múltiplos laços podem coexistir. Porém Brown e Perkins (apud Giulliani, 2004) acreditam que, durante a vida de um indivíduo os laços existentes podem desaparecer gradativamente e novos laços podem ser estabelecidos.

Essa afirmação se torna importante para a pesquisa em questão porque quando os adolescentes são internados experimentam um afastamento de uma vivência espacial e de grupo social com a qual já estavam acostumados e, pode-se dizer apegados, pois consistia em uma rede de laços de identidade e pertencimento já interiorizados. A transferência forçada para outro local causa uma interrupção no sentido de continuidade de vivência social desses indivíduos. Interrupção essa que promove uma fragmentação da identidade espacial e grupal que pode ter uma projeção negativa se não for dada a possibilidade de encontrar novos locais de apego.

É necessário que o adolescente crie uma espécie de “apego temporário” ao ambiente da instituição, com a intensidade exata para fazer com que ele se reconheça como parte desse novo ambiente e se torne receptivo aos novos valores e comportamentos que

serão ensinados, mas que não deixe de reconhecer que estar internado é uma condição temporária em sua vida.

A capacidade de gerar apego advindo da facilidade de se apropriar de parcelas espaciais a eles designadas passa a ser algo que qualificará positivamente o ambiente para um processo de ressocialização, pois trabalha a favor do estabelecimento de fatores psicossociais positivos como conforto e segurança, sendo extremamente necessário para promover a aceitação do processo socioeducativo.

Essa capacidade de gerar apego está diretamente ligada facilidade de apropriação do espaço por parte do indivíduo. Fischer (1994) considera a apropriação como um processo psicológico fundamental de ação sobre um espaço com a finalidade de transformar e personalizar, exprimindo-se através de um estilo de ocupação próprio refletindo características de um indivíduo ou grupo. Almeida (1995) afirma que a apropriação do espaço envolve a interação usuário/espaço, onde o usuário atua moldando o espaço que, em contrapartida, torna-se receptivo aos seus anseios.

Funciona como um mecanismo de adaptação que implica que a relação com o espaço nunca é completamente pré-determinada podendo o indivíduo agir sobre ele de forma a modificá-lo caracterizando-o através de símbolos e valores que para ele estavam ausentes. Quando não existem possibilidades de apropriação ou são insatisfatórias, os indivíduos passam a tentar exprimi-la “de forma selvagem, transgressiva e sempre através de uma modalidade física particular: o deslocamento.” (FISCHER, op.cit., pp. 87). Deve ser observada mais cuidadosamente quando se trata de locais onde a chance de deslocamento e procura por ambientes que permitam a apropriação é negada por completo, como é o caso das instituições de internação.

A capacidade de um lugar em gerar apego determina o potencial de apropriação ideal para que sejam estabelecidas relações de territorialidade e espaço pessoal que promovam relações de privacidade positivas. Assim como o apego, a possibilidade de se apropriar de determinado espaço favorece o processo de ressocialização.

As possibilidades de beneficiar o apego, relacionadas com as dimensões fenomenológicas do espaço, serão tratadas mais a frente neste documento.

2.4.2 – Estresse Ambiental

Quando as informações do ambiente não condizem com o propósito das atividades e não favorecem a interação Pessoa-Ambiente descrita anteriormente, os efeitos no comportamento e no estado psicológico do indivíduo podem ser negativos gerando o estresse ambiental.

Esse estresse pode ocorrer tanto pelo excesso de informações do ambiente, como pela sua completa ausência. Segundo Abarca (1991) durante as inevitáveis relações que a pessoa estabelece com o ambiente, seja ele natural, construído ou social, este pode sobrecarregar o indivíduo de tal forma que dele seja exigido um grande esforço para a leitura, compreensão e interação. Este esforço pode ser de tal forma intenso que chegue a superar as possibilidades e forças que o indivíduo dispõe resultando num estado de estresse com conseqüências negativas para a saúde física e mental deste indivíduo.

O estresse ambiental passa também pela maior ou menor dificuldade em processar adequadamente as informações captadas variando de acordo com a cultura, as opiniões, e crenças em relação às características apresentadas pelo ambiente, assim como, com a personalidade de cada indivíduo. (WEITZ apud ABARCA, 1991).

Abarca (1991) classifica os fatores que causam estresse ambiental em quatro tipos, de acordo com o meio do qual se origina:

- a) **Ambiente Natural:** desastres naturais, climáticos, de saúde, que apresentam situações que fogem do controle do homem, destruindo os marcos de referência do indivíduo, colocando em jogo sua capacidade de adaptação;
- b) **Ambientes Construídos:** desenho arquitetônico, sobrecarga informativa, contaminação, existindo a possibilidade de a pessoa controlar a intensidade do dano causado. Eles atuam nos processos mediadores (atitudes, percepção e percepção de risco, etc.) e parecem colaborar com a natureza cognitiva do estresse. Quando o contato com esses fatores estressores é prolongado pode acarretar os mesmos efeitos causados pelo primeiro grupo;
- c) **Ambiente Social:** isolamento social, pressão do grupo, conflitos familiares. A natureza é a mesma do grupo anterior, havendo a possibilidade de controle por parte do homem e seu efeito depende da duração e constância da perturbação;

- d) **Eventos da Vida:** morte de um ente querido, confinamento ou enfermidade prolongados; ou seja, fatores de diversas naturezas, súbitos ou de efeito prolongado, que afetam negativamente o ser humano devido à pequena ou quase nula possibilidade de controle por parte do indivíduo. Como o primeiro, trata de acontecimentos que mudam profundamente a vida do indivíduo e exigem um considerável esforço para serem enfrentados.

Cada um desses fatores estressores gera uma resposta do indivíduo chamada de “estratégia de enfrentamento” que são comportamentos, atitudes, reações, tomadas individualmente ou pelo grupo para sair ou enfrentar a situação de estresse na qual se encontram. Essas estratégias podem ser tanto de luta ou fuga como de reação adaptativa frente ao fator gerador do estresse.

Nos ambientes institucionais os três últimos tipos de estressores são mais atuantes, sendo o ambiente construído e o social os que causam mais efeitos sobre os internos. Porém, devido à condição de internação existe uma grande dificuldade em estabelecer as formas de enfrentamento, uma vez que as opções de atuação sobre os causadores do estresse são inexistentes.

Contrapondo a esses dois tipos, o conceito de espaço apresentado no início do capítulo, percebemos que eles podem ser facilmente relacionados de forma que existindo um, provavelmente existirá o outro. Dessa forma, combatendo os fatores estressores oriundos do ambiente construído, será possível também, regular o ambiente social.

2.5 – HABITABILIDADE

A Habitabilidade é definida por Malard (1992) como as características de uma habitação que permitem que seus usuários se apropriem e experienciem a totalidade do espaço. Se algum aspecto da habitabilidade está errado, toda a experiência é afetada negativamente.

Dessa forma, as condições de habitabilidade apresentadas por uma edificação são fatores preponderantes na qualificação das relações que seus usuários estabelecem com e dentro dela. Malard (1992) entende ainda a Habitabilidade como uma característica importante para a estruturação psíquica da pessoa, sendo fundamental para a vida. Desta forma coloca-se que as condições de habitabilidade oferecidas pelas edificações destinadas

à internação dos adolescentes, ao influenciar as relações Pessoa-Ambiente, exercem efeito sobre o sucesso ou fracasso do processo de ressocialização (Figura 6).

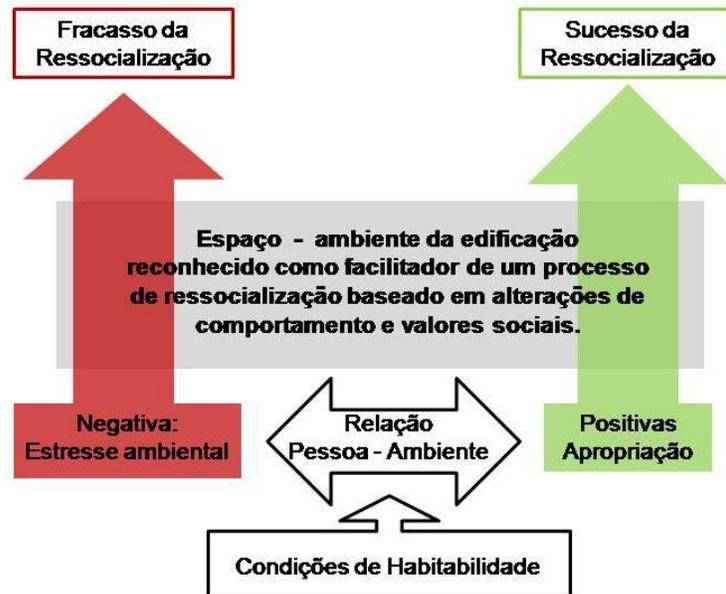


Figura 6: Diagrama Conceitual

O conceito de habitabilidade está relacionado com o espaço doméstico, a casa. Bachelard (1988, pp. 112), afirma que “Todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa”. Essa conexão com a casa é tão forte que na sua ausência, a pessoa procura diversas formas de reprodução da noção de casa. Por menos concreta que esta noção seja, ela é “essencial para a integridade psíquica do indivíduo, que a reproduz na tentativa de manter os nexos simbólicos que ordenam a vida social, rompidos com a situação de exclusão.” (SANTOS, DUARTE in DEL RIO, 2002 pp. 281).

Bachelard (1988, pp. 113) afirma ainda que a casa é o local que abriga os devaneios do homem, que protege o sonhador “(...) a casa nos permite sonhar em paz.”. Deixa marcas profundas nos seus habitantes, representando a extensão de seus corpos e de suas existências, guardando dentro de suas paredes toda a história daqueles que a habitam. É onde a pessoa vive, não apenas sua realidade, mas reforça sua capacidade de sonhar novas vidas para si.

Falar em habitabilidade para ambientes de internação de jovens em conflito com a Lei pode soar estranho já que o conceito tem ligação com a dimensão do Habitar, relacionado com a casa, local de moradia e permanência. Presume uma experiência, como

define Malard (1992), de caráter definitivo, diferente da experiência tida naqueles ambientes, a priori temporária.

Contudo os novos programas pedagógicos entendem que os centros de internação devem ser constituídos de espaços “residenciais” (SINASE, 2006, pp. 59). Apesar de a internação ser uma situação temporária presume um período de longa permanência, deixando marcas definitivas na vida do jovem.

2.6 – ASPECTOS AMBIENTAIS

O conceito de habitabilidade exposto acima abrange o entendimento de uma série de outros conceitos que ajudam a determinar o quanto um espaço é ou não habitável. São segundo Valera e Vidal (1991), chamados de aspectos ambientais (Figura 7) e incidem e determinam se a interação Pessoa-Ambiente ocorre de forma positiva ou não.

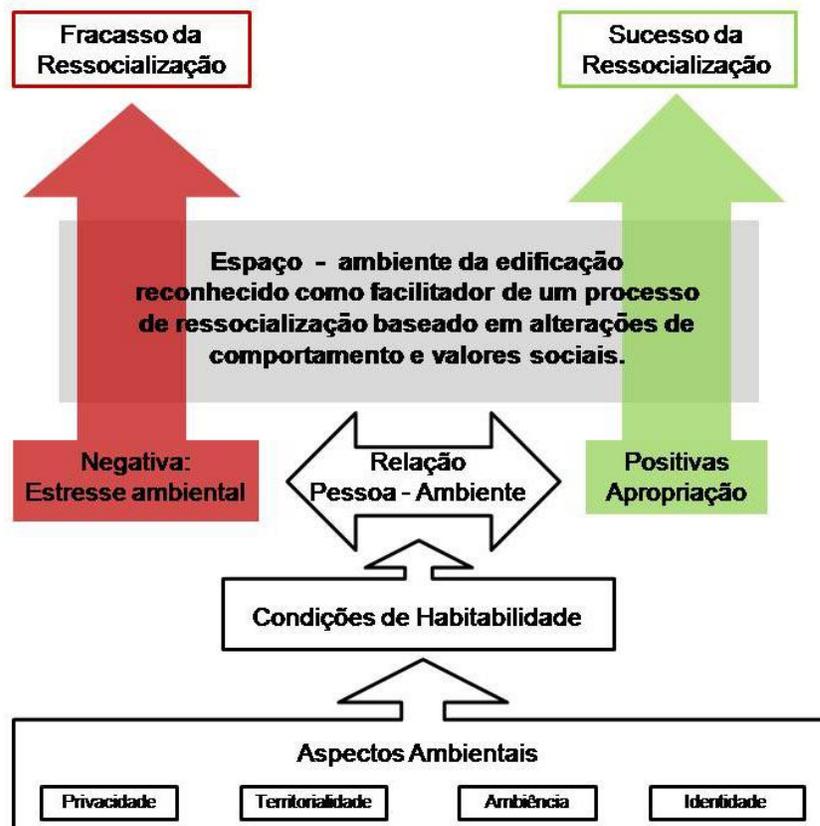


Figura 7: Diagrama Conceitual

Para os efeitos desta pesquisa, serão considerados como principais aspectos ambientais, a Privacidade, a Territorialidade, a Ambiência e a Identidade.

2.6.1 – Privacidade

A privacidade é tida como uma das condições mais importantes para o ser humano interagir e se situar no mundo em que vive.

Altman (Valera e Vidal 1991) define privacidade como o controle seletivo do acesso a si mesmo ou ao grupo no qual se encontra inserido através da regulação dos níveis de interação social e de informação oferecida aos outros. Pode ser alcançada dentro de cinco dimensões que são definidas por Westing (apud Valera e Vidal 1991) como:

- **Solidão:** estar só, em situação em que os outros não têm como saber o que faz ou diz;
- **Isolamento:** afastar-se intencionalmente do contato com outras pessoas;
- **Anonimato:** estar num contexto social, mas sem ser identificado;
- **Reserva:** controlar as informações pessoais durante uma interação;
- **Intimidade:** estar só com um grupo afetivo (família, amigos, companheiro).

Estas dimensões ainda podem ser agrupadas em dois níveis de controle, onde solidão, isolamento e intimidade são mecanismos utilizados para regular as interações, e o anonimato e a reserva para controlar as informações transmitidas.

A necessidade desse controle se explica porque o ser humano tem a necessidade de regular os complexos processos de interação e organização social do qual faz parte, para poder estabelecer uma identidade pessoal e/ou grupal que irá refletir a sua forma de interagir com o mundo.

Segundo Valera e Vidal (1991) a possibilidade de regular os níveis de interação permite o planejamento desta interação, das estratégias mais corretas e a verificação do êxito ou não. Permite também, através da regulação das informações divulgadas, a promoção de vínculos de confiança. Além disso, a privacidade fornece recursos para manter pessoas dentro de grupos fundamentais para seu desenvolvimento.

Nos ambientes estudados nesta pesquisa, onde o adolescente se encontra vigiado todo o tempo, bem como deve se submeter às condições espaciais existentes, a privacidade é um aspecto que fica potencialmente prejudicado. O jovem passa a não ter acesso aos mecanismos de controle dos níveis de interação, fato que pode gerar reações de agressividade, alheamento e mudança no comportamento. Essas reações podem prejudicar o andamento do processo socioeducativo uma vez que favorecem conflitos na relação dos adolescentes com as pessoas envolvidas neste processo de ressocialização.

Por ser a privacidade entendida como este mecanismo regulador de interação, os demais aspectos ambientais estão relacionados a ela de forma que é através deles que é possível obter o grau de privacidade desejado.

À privacidade estão “ligados os seguintes elementos arquitetônicos: paredes, aberturas, disposição dos espaços e equipamentos, arranjo da mobília, acústica, quantidade de espaço, dimensões das salas, etc.” (ALMEIDA, 1995 pp.28)

2.6.2 – Territorialidade

Ao definir territórios a pessoa está limitando e controlando a interação com o outro e com o mundo, bem como definindo sua identidade e seu papel na sociedade.

Altman (apud Gifford, 1987) define territorialidade como o padrão de conduta associado com a ocupação de um lugar ou área geográfica por um indivíduo ou grupo que resulta na personalização e defesa contra invasores.

Uma definição mais complexa afirma que a territorialidade pode ser entendida como a conduta ou atitude de um indivíduo ou grupo baseado no controle percebido, intencional ou real de um espaço físico definido, um objeto ou uma idéia e que pode resultar na ocupação habitual, defesa, personalização e sinalização deste (GIFFORD, 1987).

Para melhor compreender como a territorialidade funciona, é preciso ter em mente as classificações feitas por Altman (apud GIFFORD, 1987) onde ele agrupa os territórios de acordo com o grau de privacidade, apego ou acesso permitido em cada caso, resultando nos seguintes tipos:



- **Primário:** pertencente a uma pessoa ou um grupo primário, demarcado claramente. Possui forte importância psicológica para seus ocupantes. É uma extensão do “eu”, da auto-identidade e da auto-estima;



- **Secundário:** ocupação não exclusiva, compartilhada com estranhos, mas ainda assim percebida. Possui menor significado para os ocupantes;



- **Público:** Área de acesso livre a todos, a não ser que haja uma condição de conflito pela presença de pessoa com conduta anti-social ou discriminatória;



- **Interacional:** controlada temporariamente por grupos de pessoas que interagem;



- **Corporal:** limite da pele, diferente de espaço pessoal; é controlado, defendido e personalizado.

Existem ainda mais dois tipos de territórios que não são universalmente reconhecidos, mas são de grande importância para o ser humano uma vez que se baseiam em processos cognitivos da relação com o mundo. São os territórios do objeto, justificados pela forma como nos apropriamos, marcamos e defendemos objetos de uso pessoal; e o território das idéias, que são protegidos contra plágios através de direitos autorais, este último sem qualquer relação com o espaço arquitetural ou geograficamente estabelecido.

O ser humano estabelece esses territórios naturalmente uma vez que existe uma necessidade original de utilizar esse recurso para se relacionar com o mundo. Qualquer invasão desses territórios resultará em uma reação de defesa que varia de acordo com o grau de intromissão e com a importância simbólica que o território invadido tem para o indivíduo. Dessa forma, segundo Gifford (1987), são três os tipos de intrusão:



- **Invasão:** quando um desconhecido entra fisicamente no território, normalmente com a intenção de tomar posse ou controle do mesmo.



- **Violação:** se caracteriza por uma invasão temporária do território de outra pessoa, normalmente com o objetivo de irritar ou prejudicar.



- **Contaminação:** consiste em sujar ou estragar o território de outro, deixando algo desagradável no local, ou estragando permanentemente algo.

A forma e o grau de agressividade com o qual o território violado será defendido dependem de quem o violou, do motivo da violação e principalmente do tipo de território que foi invadido, de forma que territórios primários e corporais geram uma reação mais forte do que os demais tipos. Ainda deve-se levar em conta a forma como a violação aconteceu, a sua dimensão e o local onde ela ocorreu, pois existindo outras opções de território, a reação será mais branda do que em casos onde esta oferta é menor, ou inexistente.

Gifford (1987) define ainda, duas estratégias de defesa:



- **Prevenção** que atua através da marcação do território com elementos que o personifiquem e façam reconhecer a existência de um dono, antecipando assim o ato de violação com o intuito de impedir que ele aconteça;



- **Reação**, que é a resposta, muitas vezes violenta, a uma violação efetiva;

Além dessas, Cashdan (apud Gifford, 1987) define ainda as **Fronteiras Sociais**, que servem para separar, através de interações sociais, aqueles que são bem-vindos dos que não o são.

A importância da territorialidade fica evidente quando se analisa os benefícios psicológicos que promove para os indivíduos ou grupo que possuem um território, seja ele qual for. Ela facilita a ligação com o lugar, o desenvolvimento de sentimentos de apego, segurança e pertencimento. A ausência de possibilidades de estabelecer territórios pode ser desastrosa para as relações Pessoa-Ambiente e as relações interpessoais.

Em ambientes institucionais deve-se atentar para a quase ausência de territórios primários definidos claramente. Quando existem, a dificuldade em demarcar e o constante perigo de invasão tornam a convivência entre os internos instável e limítrofe. Tanto a ausência quanto a dificuldade de delimitação desses territórios primários podem provocar reações agressivas, inclusive relações hierárquicas indesejáveis entre eles.

O território corporal é outro que é constantemente violado por atitudes violentas ou mesmo pela superlotação. Deve-se atentar ainda que para situações onde a territorialidade é negada ao extremo, o território corporal passa a ser o limite mais crítico de interação com o meio, aumentando a chance de conflitos por questões pequenas que seriam facilmente evitadas existindo condições adequadas de delimitação territorial.

Além deste mecanismo de regulação de interação que age sobre o espaço propriamente dito, através de delimitações, na maioria das vezes, visíveis e facilmente perceptíveis, deve-se considerar ainda as influências advindas do espaço pessoal.

Gifford (1987) define espaço pessoal como uma das componentes das relações interpessoais. É tanto um indicador, como parte integrante do crescimento, manutenção e declínio dessas relações. Já Sommer (1973, pp.33) define como “uma área com limites invisíveis que cerca o corpo da pessoa, e na qual, estranhos não podem entrar.”, exemplificado como uma “bolha” que envolve a pessoa e a acompanha onde quer que ela vá.

As duas definições se completam, uma vez que ambos os autores reconhecem este como um espaço individual, o espaço mais íntimo e íntegro de um indivíduo, que funciona como um mecanismo que regula ou determina quais pessoas podem ou não ter acesso ao seu território corporal. Atua sobre as relações mais íntimas e sua dimensão varia de acordo com os hábitos sociais e culturais da pessoa, assim como com a situação e o ambiente no qual ela se encontra.

Porém não se pode confundir, como ressalta Sommer (1973), espaço pessoal com a distância individual, uma vez que esta existe apenas quando duas ou mais pessoas estão

presentes em um mesmo local, e sofre influência da densidade da população e do comportamento territorial. A violação da distância individual funciona como uma violação das expectativas da sociedade, ou seja, das regras sociais e culturais, enquanto a violação do espaço pessoal é uma intrusão nas fronteiras do “eu” da pessoa.

Deve-se atentar ainda para o fato de que o espaço pessoal não possui limites claramente definidos, e seu tamanho varia de acordo com a cultura na qual a pessoa está inserida. Não é um elemento estável e de fácil mensuração. Sua variabilidade depende também do contexto ambiental, sendo este o maior indicador de alteração do nível de invasão. O espaço pessoal, assim como todo território demarcado pela pessoa, pode sofrer invasões de diversas maneiras, originando também reações que serão proporcionais ao grau de intrusão sentido pela pessoa.

Um alto grau de intrusão, ocasionado por situações de aglomeração, pode fazer com que o espaço pessoal desapareça, levando as pessoas a se ignorarem mutuamente para poder suportar os incômodos causados pela invasão. Essa atitude, conforme indica o autor, provoca o distanciamento ou afastamento psicológico da situação, fazendo com que as pessoas encarem umas as outras como ‘não-pessoas’, sem humanidade nem direitos territoriais (SOMMER,1973). Mais uma vez a superlotação das instituições de internação se revela um fator preocupante, podendo levar a despersonalização dos internos.

Essa desvalorização do outro como pessoa facilita o aumento da agressividade entre os internos. Não se pode exigir desses adolescentes um comportamento adequado aos padrões sociais reconhecidos, quando eles mesmos são levados a condições de se encararem como não-pessoas, ausentes de qualquer direito ou perspectiva de futuro.

Os ambientes institucionais devem levar em conta a individualidade humana e ter características que permitam que essas convenções territoriais silenciosas sejam claramente definidas.

Os elementos arquitetônicos destacados por Almeida (1995, pp.27) são os diretamente envolvidos nas demarcações como: muros limítrofes, grades, peitoris, portas, portões, paredes divisórias, cercas, marcas no chão, soleiras, e outros.

2.6.3 – Identidade:

Para Malard (1992), Identidade pode ser entendida como todas as qualidades, crenças e idéias que fazem com que uma pessoa se sinta pertencente a um grupo social ou se reconheça como indivíduo. Envolve dois domínios, um mais pessoal, ligado à afirmação do *eu*; e outro ligado à comunicação de padrões para o meio externo. Está ligada à possibilidade de personalizar o espaço utilizado, dando para eles características próprias que se façam reconhecer pelos outros e que transmitam mensagens sobre seu usuário. Figura como uma estratégia de marcação do espaço, como foi visto no sub-ítem que trata de territorialidade.

O processo de comunicar e preservar a identidade envolve tanto elementos ambientais (marcações, edificações) como os não-ambientais (linguagem, normas de comportamento social, maneiras de vestir, rituais). À medida que envolve elementos ambientais a arquitetura passa a ter um papel importante no fortalecimento ou não do senso de identidade. Almeida (1995) relaciona o fenômeno de preservação da identidade com o que deve ser mostrado e com a imagem que se quer transmitir para expressar os valores de um indivíduo ou de um grupo.

Os espaços de internação estudados aqui podem tanto expressar identidades pessoais, devido ao longo período de uso e sua proximidade com um espaço habitacional; bem como expressar identidades que representem seu grupo de usuários. Porém esses locais já vêm carregados por uma forte identidade própria, negativa, que faz com que o restante da sociedade já enquadre seus usuários dentro de uma ótica que corresponde às imagens já arraigadas no seu inconsciente.

Reconhecendo a identidade como a expressão de uma auto-imagem ou da imagem de um grupo, pode-se dizer que as instituições de ressocialização possuem um grave problema. Se por um lado elas, institucionalmente, se reconhecem com um espaço de aprendizado, reintegração, que trabalha com jovens através da política de segunda-chance, por outro existe um reconhecimento maior, por parte dos adolescentes, de um ambiente de exclusão, marginalizado, feito para pessoas perigosas e que devem ser mantidas fora do convívio social. Esse reconhecimento só contribui para afirmar a auto-imagem negativa do adolescente internado, bem como a imagem grupal negativa por parte da sociedade.

Almeida (1995) relaciona com a identidade todas as características que definem a aparência externa e interna de uma edificação: acabamentos, textura, adornos, configuração formal, arranjo da mobília, quantidade de espaço, e outros.

2.6.4 – Ambiência

Além dos aspectos ambientais descritos acima, existe outro, definido por Malard (1992): a Ambiência. Para a autora Ambiência pode ser entendida como a necessidade de se sentir confortável para agir e cuidar do ambiente. Acredita que antes de tudo a pessoa modifica o meio natural para torná-lo mais adequado às necessidades de habitar, sendo estas entendidas como:

- **Funcionalidade:** o ambiente deve preencher todas as características necessárias para a realização das atividades que lhes são afetas;
- **Significado:** o ambiente precisa comunicar valores e preferências, assim como proporcionar pistas para o comportamento social;
- **Durabilidade e segurança da construção:** a edificação precisa ser duradoura e proporcionar segurança e proteção.

Malard (1992) entende Ambiência como as qualidades do ambiente interior das edificações e está relacionada diretamente com o processo de habitar um espaço assim como com a capacidade de gerar apropriação. Possui uma dimensão física, relacionada com o conforto térmico, acústico e lumínico; de onde ressalta que o interior confortável é regra fundamental para a satisfação do usuário.

Possui também uma dimensão psicológica, mais complexa, relacionada com questões comportamentais. Esta dimensão é explicada pela autora, através da teoria de Baudrillard (1968) de que todas as sociedades sempre estruturaram suas vidas diárias através da produção, organização e uso de objetos, que refletem diretamente características culturais, comportamentais, organizacionais e preferenciais dos habitantes de determinado espaço.

No caso de instituições de ressocialização os conflitos com este aspecto ambiental existem tanto na dimensão física como na dimensão simbólica devido ao fato da personalização dos ambientes ser algo completamente negado aos adolescentes.

A dificuldade de prover ambiência nessas instituições não possibilita o apego necessário para que ocorra a apropriação dos espaços institucionais pelos internos. Essa falta de ligação neutraliza a responsabilidade de cuidar e respeitar o espaço individual e coletivo, contribuindo para a desvalorização não apenas da edificação, como de todo o processo de ressocialização que nela é realizado.

Os elementos arquitetônicos relacionados à Ambiência por Almeida (1995) são os ligados ao conforto ambiental: acústico, térmico, visual e antropométrico, além dos materiais, texturas, cores, etc.

2.7 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O MODELO ADOTADO:

Com base no quadro teórico elaborado para esta pesquisa, fica evidente que a arquitetura pode ter implicações no resultado do processo socioeducativo. Entendendo o espaço como conformador de valores sociais e comportamento e sabendo que ele recebe influência direta da relação Pessoa-Ambiente, pode-se dizer que através dos aspectos ambientais que incidem sobre ela, bem como das condições de habitabilidade encontradas no ambiente, são estabelecidas relações positivas (apropriação) ou negativas (estresse ambiental). A qualidade dessas relações é condicionante para o sucesso ou não do processo socioeducativo.

Dessa forma entende-se que é possível trabalhar os fatores que incidem sobre a relação Pessoa-Ambiente de modo que eles promovam muito mais relações positivas que negativas. Porém ainda não existem estudos que identifiquem estratégias para atuar sobre esses fatores, tornando-se necessário seu levantamento e sua caracterização, o que foi realizado através do estudo de caso que será apresentado no próximo capítulo.

3 – ESTUDO DE CASO

O estudo de caso no universo das ciências sociais, segundo Becker (1997), tem um duplo propósito de chegar a uma compreensão abrangente do grupo social estudado. No âmbito desta pesquisa busca abranger diferentes esferas de avaliação visando um entendimento global das relações estabelecidas entre a edificação e seus usuários, identificados neste trabalho como os jovens em processo de ressocialização e a equipe de técnicos responsáveis pelo processo socioeducativo e pela segurança.

3.1 – APRESENTAÇÃO:

Tendo como base as relações Pessoa-Ambiente o estudo buscou identificar, dentro do universo analisado, a forma como a configuração arquitetônica dessas instituições pode facilitar ou dificultar o processo de ressocialização. Para isso foi preciso:

- Caracterizar as instituições selecionadas através do levantamento físico e da compreensão do projeto pedagógico de ressocialização como indutor do programa de necessidades e de uso dos espaços;
- Investigar qual o significado da instituição no presente momento na vida do adolescente.

Por se tratar de locais onde a segurança é fator importante os dados sobre os adolescentes bem como o nome das instituições e a sua localização não foram divulgados neste estudo.

3.1.1 – Critérios de escolha:

As instituições de ressocialização possuem grande variação quanto à forma de atendimento e a qualidade do ambiente oferecido. Dessa forma, para esta pesquisa foram selecionadas instituições que possuíssem diferentes características, dentro do universo oferecido pelo sistema socioeducativo. Essas características estão definidas abaixo:

- Devem acolher em regime de internação, adolescentes do sexo masculino, sendo este o maior público atendido;

- Devem contemplar a diversidade de tipologias existentes, relativamente aos preceitos do SINASE: edificação construída sem levar em conta tais preceitos; edificação adaptada para o uso e edificação construída para esse uso segundo tais preceitos.

Após esta delimitação todos os procedimentos pertinentes ao processo de autorização foram encaminhados, junto aos órgãos competentes, após o que a etapa de trabalho correspondente teve andamento.

As instituições escolhidas foram:

Instituição A: gerida pelo Estado, encontra-se instalada desde 1999 em uma edificação inicialmente destinada a abrigar uma penitenciária, sendo adaptada para o uso socioeducativo. A reforma realizada tentou atender ao Estatuto, vigente desde 1990. Tem capacidade para receber até 30 adolescentes, entre 13 e 18 anos.

Instituição B: também gerida pelo Estado, foi inaugurada em 2006. A concepção da unidade foi baseada no SINASE e principalmente nos ideais de socioeducação da congregação religiosa co-gestora do projeto junto ao Estado. Os espaços remetiam-se ao ambiente doméstico com o mínimo de contenção interna e apenas a contenção externa julgada necessária. Atualmente a gestão é do Estado. Foi projetada para atender até 55 adolescentes, entre 15 e 19 anos.

Instituição C: é gerenciada por um grupo Espírita, em parceira com o Governo do Estado. Foi inaugurada em 2004 para acolhimento emergencial de adolescentes internados irregularmente em um presídio. Os adolescentes ocuparam provisoriamente uma ala da edificação que abriga outros trabalhos sociais do mesmo grupo. Mas devido à demora na execução de um centro definitivo, a instituição continuou, até a data da pesquisa, recebendo adolescentes. Tem capacidade para atender 18 adolescentes, entre 13 e 18 anos.

Cabe ressaltar que neste estudo de caso, não se pretende fazer juízo de valor sobre as instituições e seus procedimentos que, de início, sabe-se que apresentarão realidades diferentes. O que se pretende é descobrir efetivamente como essas realidades afetam o adolescente internado.

3.1.2 – Dificuldades encontradas:

Antes de prosseguir na descrição dos procedimentos de pesquisa, é preciso ressaltar que algumas dificuldades foram encontradas no decorrer do estudo.

Por se tratar de locais cujo fator segurança é preponderante, materiais como plantas-baixas e imagens não foram disponibilizados, dificultando a ilustração das análises para compreensão de detalhes estruturais e organizacionais dos espaços.

Ainda por razões de segurança, um período maior de permanência da pesquisadora nos ambientes de maior vivência dos internos, também não foi autorizado, impossibilitando, por exemplo, a observação comportamental dos adolescentes. Desta forma, optou-se por realizar uma análise da vivência do adolescente baseada nos relatos dos socioeducadores e eventuais depoimentos dos próprios internos.

3.1.3 – Rotina de pesquisa:

Foram feitas duas visitas em cada instituição. A primeira, mais curta, visava ao reconhecimento inicial do local, entendimento da dinâmica institucional e para o levantamento físico preliminar dos ambientes a serem estudados. A segunda foi mais longa e destinada à realização das entrevistas, aplicação dos grupos focais e conferência de dados, sendo também uma oportunidade de vivenciar a rotina da instituição e do processo de ressocialização dos adolescentes.

3.2 – PROCEDIMENTOS DE PESQUISA:

O levantamento dos dados foi conduzido numa abordagem estruturada em duas direções, avaliando a instituição tendo em vista três dimensões: Vivencial, Institucional e Física conforme sintetizado na Tabela 1.

Roteiro de Pesquisa				
	Dimensão Institucional	Dimensão Física	Dimensão Vivencial	
			Simbólica	Vivencial
Público alvo	Diretores e equipe técnica.	Preenchimento de ficha. Elaboração de croquis.	Adolescentes internados.	Socioeducadores, professores e instrutores de atividades.
Objetivo	Compreensão da dinâmica institucional de atendimento ao interno.	Caracterização dos ambientes selecionados	Imagem da instituição; Relação com o espaço institucional.	Compreensão da vivência do adolescente na instituição.
Métodos e Técnicas	Visitas exploratórias; Entrevista semi-estruturada.	Observação sistemática com preenchimento de Ficha de Caracterização Elaboração de croquis.	Entrevista com Grupos Focais; Jogo de imagens e palavras.	Entrevista semi-estruturada;
Crítérios	Projeto sócio-pedagógico; Rotina de atividades; Equipe de atendimento; Ambientes utilizados pelos adolescentes.	Ocupantes; Uso; Mobiliário; Segurança; Conforto; Legislação	Recorrência das imagens selecionadas; classificadas como positivas ou negativas.	Existência de conflitos; Tipos e locais de ocorrência.
Produto esperado	Seleção dos ambientes para caracterização	Tabela Síntese de Caracterização dos ambientes.	Tabelas Síntese das imagens recorrentes	Relato sobre o comportamento dos adolescentes,

Tabela 1: Procedimentos Metodológicos

Nos próximos sub-itens serão detalhados os procedimentos de utilizados no estudo de caso:

3.2.1 – Visita Exploratória

As visitas exploratórias tiveram a função de promover o conhecimento inicial sobre o espaço a ser analisado e foi o primeiro contato com o ambiente institucional. Permitiu o levantamento dos dados sobre:

- a) quais ambientes, como e quando são utilizados pelos adolescentes;
- b) qual foi a percepção inicial da pesquisadora sobre os espaços visitados.

A visita foi conduzida através da Observação Assistemática, que consiste “em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas.” (LAKATOS e MARCONI, 1990, pp. 81), sendo o conhecimento obtido através de experiência casual, sem antecipação dos aspectos a serem identificados como relevantes.

As visitas duraram em média 3 horas e foram conduzidas geralmente pelo coordenador de segurança, com o qual a pesquisadora conversou sobre a rotina da instituição, os principais problemas, o funcionamento dos ambientes e o comportamento dos adolescentes. Como não foi permitido fazer o registro fotográfico dos ambientes, os dados observados e inquiridos foram registrados logo após a realização das visitas, em caderno próprio, através de texto, croquis⁷ (Apêndice 05) e outros dados relevantes. Esse primeiro contato permitiu a compreensão sobre o funcionamento geral e a seleção dos ambientes a serem detalhados.

3.2.2 – Entrevista semi-estruturada

A entrevista, segundo Neto (1994), é o procedimento mais usual para a obtenção de informações verbais sobre determinado assunto, mediante uma conversa com propósitos bem definidos.

Para esta pesquisa optou-se pela adoção da entrevista semi-estruturada, que consiste na utilização de um roteiro com perguntas abertas previamente estabelecidas, envolvendo os principais assuntos que desejam ser abordados, visando a melhor condução da conversa. Marconi e Lakatos (1990) consideram esse tipo de entrevista como uma forma de explorar mais amplamente uma questão, pois com ela, o entrevistador tem a liberdade de fazer ou reformular perguntas de acordo com o andamento do processo. No estudo, as entrevistas foram aplicadas junto à equipe técnica e aos socioeducadores. Foi utilizada em diferentes momentos do estudo e com diferentes objetivos:

⁷ Por questão de segurança não foi permitida a entrada com material de levantamento no interior das unidades, desta forma, os croquis foram produzidos posteriormente às visitas, por observação da pesquisadora, possuindo as medidas aproximadas dos ambientes, e buscou representar apenas o ambiente de interesse da observação, se abstendo de informações que indicassem fluxos, ou uma implantação geral do conjunto edificado.

Primeiro Momento: direcionada aos socioeducadores e instrutores das oficinas, buscou informações sobre os espaços de vivência do adolescente e principalmente sobre o comportamento deles na realização das atividades diárias. (Apêndice 06).

Segundo Momento: utilizada para extrair da equipe técnica⁸ sobre o trabalho com os adolescentes, a rotina da instituição, a qualidade física dos ambientes, eventuais sugestões de melhoria e sobre a possível influência do ambiente institucional no sucesso das atividades socioeducativas. (Apêndice 07)

As questões colocadas tinham como objetivo:

- *Caracterizar o entrevistado* quanto à escolaridade, trabalho desenvolvido, contato com o adolescente e tempo na instituição;
- *Caracterizar as atividades* desenvolvidas junto aos adolescentes quanto a tipo e periodicidade;
- *Identificar a visão* dos entrevistados quanto aos *espaços disponíveis* para as atividades quanto a sua adequação, principais pontos negativos e positivos, dificuldades encontradas e sobre a contribuição desses espaços no processo socioeducativo;
- *Verificar a existência ou não de conflito* entre os adolescentes relacionados a determinados ambientes ou atividades. Este bloco de perguntas foi direcionado apenas aos socioeducadores, uma vez que eles acompanham os adolescentes durante as atividades diárias, podendo notar alterações no comportamento.

Para a realização das entrevistas foi determinado que o entrevistado deveria trabalhar há no mínimo três meses na instituição, uma vez que um maior tempo de vivência era condição preliminar para a confiabilidade das respostas. Apenas os socioeducadores que concordaram em participar do estudo, foram abordados.

As entrevistas foram realizadas em local indicado pela instituição e perdurou por período de tempo entre 25 minutos e 1 hora e 20 minutos. O registro dos dados foi feito em planilha própria ou por gravação de voz, quando autorizado.

⁸ Advogados, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, diretores, dentistas, médicos, enfermeiros.

Os dados de ambas entrevistas foram sistematizados e agrupados em três categorias:

- **Espaço físico:** respostas que qualificavam o ambiente analisado, sugestões de mudança, pontos negativos e positivos;
- **Imagem da instituição:** identificando a imagem que se têm da instituição;
- **Comportamento:** referente à visão sobre o comportamento dos adolescentes, associado aos ambientes utilizados.

Esses dados deram origem a três tabelas (Apêndice 08) como a esquematizada abaixo (Figura 8):

CABEÇALHO			
CATEGORIAS	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS	OBSERVAÇÕES

Figura 8: esquema da tabela síntese das características das instituições analisadas.

3.2.3 – Observação Sistemática: Caracterização Física

A observação sistemática utiliza instrumentos pré-determinados para a coleta dos dados ou fenômenos observados. Segundo Lakatos e Marconi (1990), este tipo de observação é realizado em situações controladas, devendo o observador saber o que procura e o que é realmente importante ser observado.

No estudo, esta técnica foi adotada no levantamento das características físicas dos ambientes pré-selecionados após a visita exploratória. Consistiu na elaboração e aplicação de planilha de caracterização (Apêndice 09) onde constavam os seguintes itens:

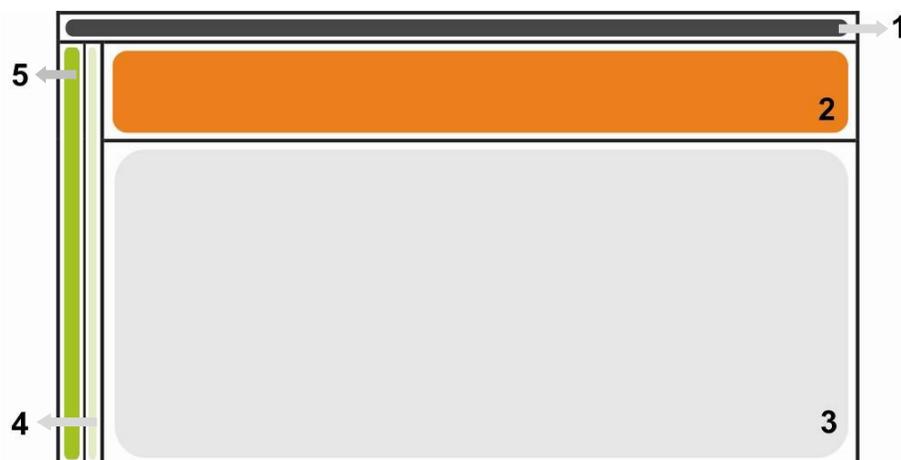
1. **Ocupantes:** quem utiliza o ambiente e quantos são;
2. **Uso/Atividade:** quais são as atividades desenvolvidas, duração e outras especificidades;

3. **Mobiliário:** como o ambiente está equipado, estado de conservação e adequação funcional;
4. **Dispositivos de segurança:** a existência ou não de dispositivos visíveis, entendendo como dispositivos de segurança qualquer equipamento, objeto ou elemento arquitetônico que possa garantir o controle ou vigilância sobre os adolescentes por parte da equipe de segurança;
5. **Dispositivos de controle térmico e lumínico:** a existência ou não de dispositivos, sejam eles equipamentos ou elementos arquitetônicos, que permitam o controle térmico e lumínico do ambiente;
6. **Conflitos arquitetônicos visíveis:** os principais elementos da configuração arquitetônica que poderiam ser considerados como causadores de algum desconforto ou dificultar a utilização plena do ambiente;
7. **Impacto preliminar sobre o/os aspectos:** uma avaliação preliminar dos principais aspectos ambientais que se encontram prejudicados no ambiente analisado;
8. **Observações complementares:** informações relevantes que não se enquadram em nenhum dos itens anteriores.

Como não foi possível a entrada nos ambientes de internação com o material de levantamento, as fichas de caracterização foram preenchidas logo após a visita. O tempo de permanência nos ambientes variou, sendo o necessário para analisar os elementos requeridos na ficha.

Com base na ficha preenchida para cada ambiente selecionado, foram criadas as tabelas de caracterização que agrupavam os dados levantados por tipo de ambiente. Essas tabelas permitiram analisar os grupos de características ambientais encontrados em todo o conjunto estudado. Dessa forma, foram criados três grupos de tabelas, um por conjunto de ambientes, e os exemplares levantados foram agrupados por semelhanças físicas.

Cada item da planilha corresponde a uma coluna da tabela, sendo que os itens 7 e 8 foram agrupados na coluna de Observações complementares por não figurarem em todos os ambientes da mesma forma, devido às dificuldades encontradas para realizar o levantamento. As tabelas foram construídas conforme mostra a Figura 9.



- 1 – Cabeçalho
 2 – Quesito observado: ocupantes, atividade, mobiliário...,
 3 – Listagem do que foi encontrado nos ambientes;
 4 – Código para identificação dos ambientes na tabela de croquis (Apêndice 05);
 5 – Identificação do conjunto de ambientes analisados.

Figura 9: esquema de construção das tabelas de Caracterização Física

3.2.4 – Entrevista com Grupo Focal

O método consiste na aplicação de entrevista a grupos de pessoas de mesmas características, possibilitando uma abordagem direta do problema estudado. Neste caso, o método permitiu maior flexibilidade na condução das perguntas, adaptando-se melhor ao contexto. Os objetivos da entrevista foram:

- a) Identificar como os adolescentes se sentiam dentro do espaço institucional, verificando de que forma essa vivência influencia na esfera emocional;
- b) Descobrir a imagem que o adolescente faz da instituição.

Por se tratar de informações subjetivas, referentes a sentimentos e a formas de compreender e se relacionar com o espaço vivenciado, foi utilizada a técnica do Jogo de Imagens e Palavras, como estratégia para facilitar a abordagem e criar uma atmosfera mais descontraída. Esta técnica é definida por Rehal (2002) como o uso de associação de imagens para enriquecer a comunicação. Consiste na apresentação de diversas imagens que servirão de apoio à discussão, ajudando os envolvidos a se expressarem melhor sobre questões subjetivas ou difíceis de serem explicadas através da linguagem direta.

A atividade foi conduzida por seus dois objetivos e as imagens utilizadas foram selecionadas em bancos de imagens da internet, buscando abranger correlações negativas

e positivas que poderiam ser citadas. Para cada momento da entrevista foram selecionados grupos distintos de imagens, sendo o grupo da primeira pergunta composto por 48, e o da segunda por 12 (Apêndice 01). O número de imagens escolhidas estava de acordo com a quantidade de imagens que o adolescente deveria selecionar durante a atividade.

O procedimento consistiu na apresentação da pesquisadora aos adolescentes, feita geralmente pelos socioeducadores ou pela direção do centro. Em seguida foi feita uma breve explicação sobre a pesquisa e sobre a atividade que será desenvolvida. Passou-se então à distribuição das imagens⁹ sobre uma mesa, preferencialmente com a ajuda dos adolescentes. Esse procedimento visou captar a atenção para as imagens e já iniciar uma conversa informal como forma de “quebrar o gelo”. Foi pedido então que cada adolescente selecionasse no mínimo TRÊS imagens que representassem como eles se sentiam dentro da instituição. Após terem selecionado as imagens foi pedido que cada um falasse de suas escolhas. Os dados foram registrados em formulário próprio. A segunda etapa transcorreu da mesma forma. Após a distribuição das imagens foi pedido para que o adolescente escolhesse UMA imagem que representasse a instituição ou o significado de sua permanência ali.

As entrevistas foram realizadas exclusivamente pela pesquisadora, acompanhadas sempre por um agente socioeducativo, em local indicado pelos socioeducadores e tiveram duração média de 35min, sendo os depoimentos registrados em formulário próprio, (Apêndice 02) juntamente com as imagens selecionadas, identificadas pelo código alfanumérico escrito no verso do cartão. Foram realizados 3 grupos focais em cada instituição, com variação de 4 a 6 participantes por grupo, totalizando de 13 a 15 adolescentes por instituição. Os dados obtidos foram separados por adolescente, tendo o cuidado de não identificá-los pelo nome.

Numa abordagem como esta, o volume de dados é grande e variado. Para uma melhor sistematização, optou-se pelo agrupamento por categorias. A análise por categoria é definida por Gomes (1994) como o estabelecimento de classificações de forma a agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger todo o significado de um conjunto de informações. Elas podem ser definidas em qualquer fase do trabalho de campo, tendo sido adotado neste caso a opção de criá-las após a coleta dos dados, obtendo assim categorias mais concretas e específicas para o universo estudado. Com base nas respostas obtidas foram criados então grupos de categorias positivas e negativas referentes à cada pergunta realizada, explicitado nas Tabelas 2 e 3:

⁹ As imagens foram apresentadas sem as respectivas consignas apresentadas no Apêndice 7

PERGUNTA 1 – Sentimento do adolescente		
	Categoria	Interpretação
POSITIVAS	Sentimento de pertencimento	Se reconhecer como parte de um grupo social que o acolhe e apóia como se fosse uma família.
	Reflexão	Reconhecimento dessa fase na instituição como momento de refletir sobre os atos que o levaram a estar internado.
	Perspectiva de Futuro	Desejo e o planejamento de uma vida futura fora da instituição seguindo novos caminhos diferentes dos que os levaram para onde estão hoje.
	Desejo de liberdade	Manifestação de um desejo de liberdade positivo, entendido como a aceitação do presente momento na instituição, sabendo reconhecer o valor da liberdade que alcançará futuramente.
	Apego	Manifestação de ligação positiva com algum ambiente específico da instituição.
NEGATIVAS	Aprisionado	Sentimentos relacionados diretamente com o fato de estarem privados de liberdade;
	Imobilidade	Relacionado com a limitação de circulação dentro da instituição.
	Revolta	Falta de aceitação da condição de internado, gerando sentimentos de auto-agressão e de agressão contra o meio físico e social no qual está inserido.
	Falta de perspectiva	Incapacidade de vislumbrar um futuro melhor, apatia, depressão, inércia.
	Ausência de Autonomia	Sentimento de ser manipulado pelo sistema ou pela vida, de não ter controle do próprio destino.
	Saudade	Saudade da vida que levava fora da instituição, encarada como negativa pois não reflete uma reavaliação das atitudes passadas.
	Ausência de Privacidade	Sentimento de ser observado 24 horas por dia, não conseguindo estabelecer momentos ou locais de isolamento.

Tabela 2: Categorias relacionadas à pergunta 1

PERGUNTA 2 – Imagem da instituição		
	Categoria	Interpretação
POSITIVAS	Escola	Associação ao espaço da instituição com ambiente escolar, cuja a finalidade é o aprendizado social.
	Casa	Associação com o ambiente doméstico, com sentimento de estar em família.
	Local de ajuda	Percepção da instituição como um local onde encontrou a ajuda que precisava para mudar de vida.
NEGATIVAS	Inferno	Associação com um local onde passa por experiências desagradáveis.
	Prisão	Associação direta com o ambiente prisional
	Rejeição	Nenhuma associação foi realizada, houve apenas a expressão do sentimento de que espaços como os que eles estão não deveriam existir.

Tabela 3 - Categorias relacionadas à pergunta 2

Os dados levantados foram sistematizados em forma de tabelas, uma para cada instituição, separadas de acordo com as perguntas realizadas (Apêndices 03 e 04). As tabelas seguem a organização apresentada no esquema abaixo (Figura 10):

TÍTULO DA TABELA			
	CATEGORIAS	DADOS DO GRUPO FOCAL	IMAGENS
POSITIVAS	Categorias estabelecidas acima.	Sentimentos expressos pelos adolescentes.	Imagens selecionadas por eles.
NEGATIVAS			

Figura 10: exemplo da configuração da tabela de síntese do grupo-focal.

3.3 – RESULTADOS

O conjunto de dados obtidos representa um universo de informações que não fornece respostas diretas às questões colocadas na pesquisa, de maneira que foram reagrupados e analisados dentro da dimensão à qual estão subordinados. Desta forma, os resultados são apresentados na seqüência, de acordo com a etapa a que se referem. Para cada etapa foi desenvolvida uma análise comparativa dos dados levantados, com destaque para as diferenças ou semelhanças mais relevantes dentro do universo pesquisado.

3.3.1 – DIMENSÃO INSTITUCIONAL:

Além de compreender a relação dos adolescentes com o espaço institucional é preciso compreender como se organizam esses locais. Essas informações foram obtidas através da visita exploratória e as entrevistas realizadas junto ao corpo técnico, possibilitando formar uma primeira impressão da espacialidade que estava sendo estudada.

Por se tratar de local para o qual já existe uma série de normas direcionando seu uso, a forma como este deve ocorrer, as atividades a serem realizadas, foram encontradas semelhanças principalmente nos aspectos de proposta socioeducativa e recursos humanos. Os dados então foram agrupados por item analisado, fazendo a diferenciação entre uma instituição e outra apenas nos casos necessários.

3.3.1.1 – Projeto sócio-pedagógico:

O projeto sócio-pedagógico define qual é a estratégia adotada para promover a ressocialização dos adolescentes. É imprescindível para a aprovação dos trabalhos propostos e serve também como uma forma de controle da qualidade do atendimento realizado. Este documento se baseia nas exigências do Estatuto, referentes ao direito do adolescente internado, e por isso eles acabam sendo muito semelhantes no que diz respeito às atividades essenciais de socialização, mudando às vezes as atividades complementares.

Desta forma, como já era esperado, as três instituições apresentaram o projeto sócio-pedagógico semelhante, já inserido dentro do contexto de ressocialização e da promoção de novos valores sociais. Os projetos se propõem a realizar um trabalho conjunto entre adolescente, familiares e sociedade, entendendo que a ressocialização é uma tarefa complexa que envolve fatores internos e externos à instituição. Determina também a capacitação do quadro de funcionários, principalmente dos socioeducadores, para lidar com

o adolescente dentro dessa visão de tratamento humanizado, individual e voltado para educação em detrimento da punição pura e simples.

Atendem às exigências do Estatuto quanto à realização de escolarização regular, atendimento médico, odontológico, psicológico, jurídico e de assistência social. Além disso, existe a proposta de oficinas profissionalizantes ou terapêuticas, como forma de ocupar e disciplinar o adolescente. Todas as instituições possuem parceria com programas que complementam o processo de socialização, trazendo atividades diversas, sempre com cunho educativo.

3.3.1.2 – Rotinas e atividades:

O dia-a-dia nessas instituições é muito semelhante. Existe uma rotina estabelecida em função de evitar a ociosidade do adolescente tentando promover o máximo de atividades fora dos alojamentos.

A rotina consiste geralmente em levantar, tomar café, participar da escolarização, das oficinas regulares e das atividades extras, almoço, prática de atividades esportivas, pequenos momentos de descanso durante o dia, banho, hora para jantar e dormir.

Além das atividades diárias, existe também uma rotina de atendimentos junto aos técnicos, havendo a possibilidade de atendimento extra quando necessário. Existe um dia específico para cada adolescente ligar para casa, bem como receber visita dos familiares.

As atividades propostas são de acordo com espaços físicos oferecidos, existindo um maior número de atividades ao ar livre nas instituições que possuem infra-estrutura para tal, como quadra poliesportiva, campo de futebol, áreas verdes.

3.3.1.3 – Equipe de atendimento

A equipe de atendimento deveria ser composta basicamente por:

- **Quadro Técnico:** psicólogo, assistente social, advogado, médico, dentista, professores e oficinais, em número suficiente para o atendimento regular dos internos;
- **Quadro de segurança:** socioeducadores em número suficiente para acompanhar os adolescentes durante todas as atividades;
- **Quadro administrativo:** Diretores geral, de atendimento, de segurança, e coordenador de segurança.

Em todas as instituições visitadas o quadro de funcionários não estava completo, faltando sempre funcionários do quadro técnico e de segurança. Isso foi indicado pelos entrevistados como um dos principais fatores que dificultam o sucesso do atendimento do

adolescente, sendo agravado pela rotatividade dos funcionários, que muitas vezes não agüentam a rotina de trabalho.

3.3.1.4 – Estrutura física:

Se nos aspectos apresentados anteriormente, as instituições estudadas se mostravam muito semelhantes, no aspecto do ambiente físico elas possuem grandes diferenças. De certo, avaliar ambientes diferentes já era a intenção desta pesquisa. Segue-se então um quadro onde se encontram listadas as principais características físicas apreendidas durante a visita exploratória:

CARACTERÍSTICAS APREENDIDAS		
Instituição A	Instituição B	Instituição C
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Guarda semelhança à ambientes prisionais, principalmente nos locais destinados à maior permanência do adolescente: alojamentos, salas de aula/atividades e sala de televisão; ▪ Espaço físico restrito; ▪ Áreas verdes quase inexistentes; ▪ Ambiente opressor; ▪ Escuro; ▪ Barulhento; ▪ Mal ventilado; ▪ Algumas paredes já pintadas com cores alegres na área administrativa; ▪ Área de internação com paredes em tons de verde acinzentado, creme, ocre; ▪ Edificação muito fechada, não possui uma ligação direta com as áreas externas nos locais de maior permanência dos adolescentes; ▪ Muita depredação causada pelos próprios adolescentes na tentativa de fugir, criar “armas” brancas, ou mesmo da intenção de apenas danificar o ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O aspecto externo das edificações não se assemelha a presídios; ▪ Abundância de espaço físico, com muita área verde, ▪ Não possui características opressoras; ▪ Uso intensivo de cores vivas nas paredes externas de todas as unidades da instituição, ▪ Belas perspectivas de qualquer ponto da instituição; ▪ Ambiente calmo, relaxante; ▪ O adolescente tem a possibilidade de manter uma relação exterior x interior em todos os ambientes da instituição; ▪ Inadequação dos materiais escolhidos para a construção do centro – cobertura em telha cerâmica dos módulos de alojamento, acessíveis aos adolescentes por meio da grade colocada nas janelas, que possuem seus componentes soldados facilitando a quebra da mesma pelos adolescentes. ▪ Depredação de algumas áreas; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não se assemelha à ambientes prisionais nas áreas comuns ▪ Alojamentos com presença de grades, sendo o único ambiente com caráter relativamente opressor; ▪ Demais ambientes não criam sensação de opressão; ▪ Possui relação entre exterior x interior de qualidade em todos os ambientes; ▪ Área externa que possibilita o desenvolvimento de atividades; ▪ Ambientes bem iluminados, pintados com cores vivas; ▪ Não apresenta depredação do espaço físico;

Quadro 1: Características apreendidas das instituições.

Além das informações qualitativas, foi levantado também o programa arquitetônico básico de cada instituição, apresentado no quadro abaixo:

PROGRAMA		
Instituição A	Instituição B	Instituição C
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sala diretores; ▪ Sala reunião; ▪ Sala dos técnicos; ▪ Sala professores; ▪ Sala de segurança; ▪ Salas de atendimento técnico; ▪ Consultório de dentista; ▪ Alojamentos para três adolescentes, com banheiro; ▪ Quarto individual, com banheiro; ▪ Salas de TV/atividades; ▪ Salas de Aula/oficinas; ▪ Salas dos socioeducadores; ▪ Refeitório; ▪ Quadra poliesportiva; ▪ Salão para palestras; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Salas diretores; ▪ Sala reuniões; ▪ Sala dos técnicos, professores e oficinistas; ▪ Sala da segurança; ▪ Lavanderia; ▪ Refeitório; ▪ Escola: salas de aula, banheiros e pátio interno; ▪ Oficinaria: salas para oficinas, banheiros e pátio interno; ▪ Capela ecumênica; ▪ Alojamentos: quarto para dois ou quatro adolescentes, sala de TV/Atividades, banheiro externo; ▪ Quadra poliesportiva. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Salas diretores; ▪ Salas de atendimento técnico; ▪ Salão para aulas/ atividades/ palestras, visitas; ▪ Sala para oficina de culinária; ▪ Sala para oficina de padaria; ▪ Área para oficina de jardinagem e educação ambiental; ▪ Alojamentos para 4 à 7 adolescentes, com banheiro, ▪ Sala de TV; ▪ Sala dos socioeducadores; ▪ Quadra poliesportiva

Quadro 2: Programa das instituições

3.3.1.5 – Definição dos ambientes:

Com base neste primeiro olhar, pôde-se perceber que os adolescentes ficam restritos a alguns ambientes dentro das instituições. O espaço destinado é maior ou menor de acordo com tamanho do terreno no qual a instituição está inserida, mas representa sempre a maior parte das instalações.

Com base no entendimento de que os espaços de vivência diária exercem efeito sobre o comportamento, podendo incitar modificações no mesmo, como foi explicado no referencial teórico, foram estabelecidos os seguintes critérios para a definição dos ambientes a serem estudados mais profundamente:

1º - Devem ser ambientes utilizados pelos adolescentes diariamente;

2º - Deve-se observar um maior tempo de permanência nesses ambientes;

3º - Devem existir ambientes equivalentes nas três instituições.

Assim, os seguintes ambientes foram selecionados: dormitórios; banheiros; salas de aula/oficinas e salas de televisão.

3.3.2 – DIMENSÃO FÍSICA:

Com o levantamento das características físicas dos ambientes de maior permanência foi possível compreender melhor as diferenças físicas existentes nos padrões ambientais encontrados. Dessa forma, para cada grupo de ambientes definidos, encontraram-se os seguintes resultados:

3.3.2.1 – Conjunto Dormitórios/Banheiros:

Verificou-se a existência de uma ligação entre esses dois ambientes, havendo então a necessidade de análise conjunta. Foram identificados três tipos de organização física-espacial:

- Banheiro inserido no quarto, tendo sua área limitada por paredes de meia altura, identificado na tabela por “DB”¹⁰; seguido de uma numeração apenas ordenatória, não figurando referência à instituição na qual o modelo foi encontrado.
- Banheiro acessado por dentro do quarto, porém dividido por parede altas, identificado na tabela por “DBC”; também numerado da mesma forma.
- Banheiro e quarto separados, identificados na tabela por “B” e “D” respectivamente, numerados como os demais.

¹⁰ Essas mesmas siglas foram usadas para identificar os croquis feitos, sendo a numeração apenas um elemento ordenador dos tipos encontrados, não tendo nenhuma relação com a instituição da qual fazem parte.

TABELA SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO FÍSICA						
Quesito observado						
Referência	Atividades	Mobiliário	Dispositivos de segurança	Dispositivos de controle térmico e luminoso	Observações complementares	Ambiente
DB1	Três adolescentes Dormir, Ler, conversar, Fazer artesanato, Guardar objetos de uso pessoal,	Três camas de concreto fixas; Três colchões; Três mesas de cabeceira em concreto, fixas; Bacia turca; Chuveiro embutido na laje; Pia de concreto com cano de metal como torneira.	Porta de grade de ferro, com tranca de segurança externa ao quarto; Mobiliário fixo de concreto; Luminárias e chuveiros embutidos nas paredes ou lajes e protegidos com tela de aço; Janelas voltadas para o corredor de circulação; Chuveiro embutido na laje; Acionamento dos equipamentos externo ao ambiente.	Janelas altas externas, fechadas por grades; Janelas baixas internas, fechadas por grade de ferro; Um ponto de luz localizado acima da porta do quarto; Acionamento da luz externo ao quarto; Impossibilidade de controle térmico do ambiente.	Acesso para corredor de circulação; Sem visibilidade dos outros quartos; Banheiro interno ao quarto; delimitado por mureta de 90 cm de altura; Janelas internas voltadas para circulação; O banheiro não possui paredes, nem porta; Janela próxima ao banheiro sem possibilidade de vedação; Sobreposição de uso como quarto no qual está inserido; Uso coletivo.	Dormitório com banheiro
DB2	Um adolescente Estender roupas; Higiene pessoal; Necessidades fisiológicas.	Uma cama de concreto fixa; Um colchão; Bacia turca; Chuveiro embutido na laje; Pia de concreto com cano de metal como torneira.	Porta de grade de ferro, com tranca de segurança externa ao quarto; Mobiliário fixo de concreto; Luminárias e chuveiros embutidos nas paredes ou lajes e protegidos com tela de aço; Chuveiro embutido na laje; Acionamento dos equipamentos externo ao ambiente.	Janelas altas externas, fechadas por grades; Um ponto de luz localizado acima da porta do quarto; Acionamento da luz externo ao quarto; Impossibilidade de controle térmico do ambiente.	Acesso para um pátio central; Visibilidade dos outros quartos; Banheiro no fundo do ambiente se parado por meia parede (aprox 1,50); Uso individualizado.	Dormitório

Tabela 4 - Síntese da caracterização, conjunto dormitório e banheiro

TABELA SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO FÍSICA						
Quesito observado						
Referência	Ocupantes	Atividades	Mobiliário	Dispositivos de segurança	Dispositivos de controle térmico e luminoso	Observações complementares
Ambiente	Dormitório e banheiro separados	Dormir; Ler, conversar, fazer artesanato; Guardar objetos de uso pessoal; Estender roupas.	Um beliche de concreto; Uma mesa de estudos com banco, em concreto.	Porta de grade de ferro, com tranca de segurança externa ao quarto; Mobiliário fixo de concreto; Luminárias embutidas nas paredes ou lajes e protegidos com tela de aço.	Janelas de abrir, duas folhas, localizadas no centro da parede; (aprox. 1,20m x 1,00m); Porta de grade, dificultando o controle térmico e luminoso.	Acesso voltado para a sala de TV; Banheiro externo ao quarto.
			Dois adolescentes	Dois chuveiros embutidos na laje; Duas pias de louça encapadas com concreto; Duas superfícies reflexivas de aço escovado, chumbadas na parede; Duas bacias turcas.	Chuveiros embutidos na laje; Equipamentos de louça encapados com concreto; Luminária embutida na laje e protegida por grades.	Janelas altas tipo básica, protegidas por grade, com fechamento acrílico canalado; Possibilidade de controle do acionamento dos dispositivos.
Ambiente	Dormitório com banheiro compartilhado	Três adolescentes Dormir, ler, conversar; Fazer artesanato; Guardar objetos de uso pessoal; Estender roupas.	Três camas de concreto fixas; Três colchões; Três mesas de cabeceira em concreto, fixas.	Porta de grade de ferro, com tranca de segurança externa ao quarto; Mobiliário fixo de concreto; Luminárias embutidas nas paredes ou lajes e protegidas com tela de aço.	Janelas altas externas, fechadas por grades; Um ponto de luz localizado acima da porta do quarto; Acionamento da luz externo ao quarto; Impossibilidade de controle térmico do ambiente.	Acesso para um pátio central; Visibilidade dos outros quartos; Acesso ao banheiro pelo quarto, mas este é fisicamente isolado.
			Um a dois adolescentes	Vaso sanitário encapado com concreto; Chuveiro embutido na laje; Pia de concreto com cano de metal como torneira.	Chuveiro embutido na laje; Luminária embutida na parede e protegida por grade; Acionamento dos equipamentos externo ao ambiente.	Ausência de aberturas; Ausência de porta, dificultando o controle térmico.

Tabela 5 - Síntese da caracterização, conjunto dormitório e banheiro (continuação)

TABELA SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO FÍSICA						
Quesito observado						
Referência	Ocupantes	Atividades	Mobiliário	Dispositivos de segurança	Dispositivos de controle térmico e luminoso	Observações complementares
Ambiente Dormitório com banheiro compartimentado	Até quatro adolescentes	Dormir; Ler, conversar; Fazer artesanato; Guardar objetos de uso pessoal; Estender roupas.	Em madeira, solto do chão; Quatro camas, Quatro colchões, Varal de corda de nylon; Espaço para guardar objetos pessoais delimitado por caixas ou painos.	Porta de grade de ferro, trancada por cadeado; Janela isolada internamente por tela de aço.	Janela tipo veneziana com acionamento interno; Dois pontos de iluminação distribuídos uniformemente no ambiente; Acionamento da iluminação interno ao quarto.	Paredes limpas e sem pichações; Presença de roupas e objetos pessoais "organizados" sobre as camas; Piso de madeira; Acesso para hall de circulação e TV; Acesso ao banheiro pelo quarto, mas este é fisicamente isolado.
	Dormitório		Em madeira, solto do chão; Seis camas, Seis colchões, Varal de corda de nylon; Espaço para guardar objetos pessoais delimitado por caixas ou painos.			
	Até sete adolescentes	Higienização pessoal; Necessidades fisiológicas.	Chuveiro; Vaso sanitário de louça; Pia de louça.	Não possui.	Luminária central ao ambiente, protegida por grade; Ausência de janelas.	Os equipamentos não são encapados com concreto.
	Dormitório					
DBC 2, 3 e 4	Banheiro	De um a dois adolescentes				
DBC 2						
DBC 3						
DBC 4						

Tabela 6 - Síntese da caracterização, conjunto dormitório e banheiro (continuação)

3.3.2.2 – Conjunto Salas de TV/Atividades

Foram encontrados quatro tipos de ambientes destinados à sala de TV e atividades, conforme lista a tabela que segue:

TABELA SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO FÍSICA						
Quesito observado						
Referência	Ocupantes	Atividades	Mobiliário	Dispositivos de segurança	Dispositivos de controle térmico e lumínico	Observações complementares
STV1	Até quinze adolescentes; De quatro a seis educadores.	Ver televisão; Ler; Conversar; Jogar.	Um armário de madeira para TV; Uma televisão; Um banco de concreto em uma das laterais.	Mobiliário de concreto; Isolamento por grade das demais áreas da unidade.	A sala é iluminada e ventilada pela porta de entrada da unidade que se encontra no hall adjacente.	Quantidade de mobiliário inferior ao número de usuários. Mal iluminada; Por ser central à unidade o barulho se expande facilmente.
STV2	Até quinze adolescentes; De quatro a seis educadores.	Ver televisão; Ler; Conversar; Jogar.	Um suporte para TV; Uma televisão; Bancos de concreto nas laterais da sala; Três mesas com quatro bancos cada, todos em concreto.	Mobiliário de concreto; Isolada por grade do restante da unidade; Janelas altas protegidas por grades.	Janelas de aço com fechamento em material translúcido, sem possibilidade de acionamento; Luminárias protegidas por grade com acionamento interno à sala.	Tamanho suficiente para atender todos os adolescentes; Bem iluminada durante o dia.
STV3	Até doze adolescentes De dois a quatro educadores.	Ver televisão; Ler; Conversar; Jogar; Fazer artesanato.	Um banco de concreto; Um móvel para TV em concreto; Uma televisão.	Mobiliário em concreto; Grades nas janelas; Luminárias embutidas na laje e protegidas por grades; Televisão protegida por grade.	Janela de abrir, com duas folhas e fechamento em policarbonato camêlido translúcido.	Ambiente que articula a circulação do núcleo; Promove visibilidade dos quartos e do banheiro.
STV4	Até deztoito adolescentes; De uma a dois agentes.	Ver televisão.	Um móvel de madeira para TV; Uma televisão.	Porrão de grade separando da ante-sala de acesso aos quartos; Grade nas janelas.	Janelas tipo bácia com acionamento interno; Ausência de dispositivos de controle da luz natural.	Espaço muito pequeno para a atividade e para o número de usuários; Não possui mobiliário e infraestrutura para a atividade Articula circulação para os quartos.

Tabela 7 - Síntese caracterização, conjunto Sala de TV/Atividades

3.3.2.3 – Conjunto Salas de Aula/Oficinas

As salas de aula e oficinas foram ambientes onde se encontrou grande variação quanto à tipologia por existir em grande número das instituições. Optou-se então por escolher um exemplar significativo (o de uso mais recorrente) para se fazer a análise.

TABELA SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO FÍSICA							
Quesito observado							
Ambiente	Referência	Ocupantes	Atividades	Mobiliário	Dispositivos de segurança	Dispositivos de controle térmico e luminoso	Observações complementares
Salas de aula/oficinas	SA1	De quatro a seis adolescentes; De uma a dois socioeducadores; Oficinalista/professora.	Escolarização regular, Atividades extras para pequenos grupos.	Quadro negro pintado na parede; Mesas e cadeiras de madeira, dispostas de acordo com a quantidade de adolescentes.	Fechamento das aberturas por grade; Porta de aço, com tranca externa e visor; Luminária embutida na parede, sobre a porta.	A janela existente está sempre fechada; Luminária embutida na parede; uso diurno.	Sala utilizada com dimensões pequenas; Mal iluminada, mal ventilada, muito ruidosa; Mobiliário em estado de manutenção precário.
	SA2	De dois a seis adolescentes; De um a três socioeducadores; Oficinalista/professora	Escolarização regular; Oficinas de pintura, artesanato;	Duas a três mesas de fórmica com cadeiras de madeira; Duas cadeiras de braço lateral em madeira e ferro; Quadro negro;	Porta de aço, com fechamento externo e visor; Janelas gradeadas; Luminária embutida na laje;	Janela de abrir, com duas folhas e fechamento em poli-carbonato canalado translúcido.	Tamanho compatível com a atividade; Bem iluminada e ventilada; Boa relação interior x exterior;
	SA3	Grupos de seis a quinze adolescentes; Professora/oficinalista; De três a cinco socioeducadores;	Escolarização regular; Palestras; Atividades extras; Visitas familiares; Atendimentos individuais.	Quadro negro; Mesa e cadeira para o professor; Cadeiras de braço lateral de madeira e ferro para os alunos; Dois bancos longos de madeira para os socioeducadores;	Grades nas janelas	Janelas tipo bácia com vidro e acionamento interno; Ausência de cortinas; Luminárias distribuídas uniformemente pelo ambiente; com acionamento interno;	Local bem iluminado e bem ventilado; Ponto central da instituição; Eixo de circulação para as salas de atendimento e direção; Espaço muito aberto.

Tabela 8 - Síntese caracterização, conjunto Salas de Aula/Oficinas

3.3.3 – DIMENSÃO VIVENCIAL:

Um dos principais questionamentos feitos nesta pesquisa advém da relação que o adolescente estabelece com o espaço institucional. Entende-se que quanto mais positiva for essa relação, maiores serão as chances do processo socioeducativo obter sucesso. Portanto, foi necessária a caracterização da relação Adolescente – Espaço Institucional. Os resultados dessa caracterização serão apresentados a seguir.

3.3.3.1 – Caracterização Simbólica

PERGUNTA 1: Como os adolescentes se sentem dentro do ambiente da instituição?

De maneira geral, os adolescentes das três instituições manifestaram basicamente os mesmos tipos de sentimento, variando de positivos, como acolhimento e incentivo, a negativos como aprisionamento, depressão e revolta.

Os adolescentes da *Instituição A – adaptada para o uso* foram os que mais relataram sentimentos negativos, associados à solidão, depressão e saudade da família e do mundo fora da instituição, relatando sentirem-se assim principalmente dentro dos quartos. Relataram ainda que se sentem presos, que estar naquela instituição é como estar numa prisão, não apenas pela presença das grades, mas também e talvez, principalmente, pela constante vigilância e a obrigação de cumprimento de rotina, coisas que não tinham na vida que levavam fora da instituição.

Manifestaram também o sentimento de falta de controle da própria vida uma vez que não são eles que decidem seu dia-a-dia, e sim a instituição. Reclamaram muito da questão temporal, dizendo que os dias passam devagar e que a falta de atividades faz com que eles tenham tempo para ficar “*pensando besteira*” e se entristecendo dentro dos alojamentos. Alguns disseram que pela presença de grades, “*eles se sentiam como um bicho*”.

Os sentimentos positivos são relacionados principalmente com o desejo de liberdade e de não retornar mais para a instituição, mostrando motivação em mudar de vida. Muitos encaram a passagem pela instituição como momento de aprendizagem que deve ser aproveitado, por ser uma chance não só de mudar de vida, mas de estar vivo.

As figuras mais representativas escolhidas por este grupo de adolescentes estão no Quadro 3.



Quadro 3: Imagens recorrentes na instituição A

Na *Instituição B – construída para o uso*, observou-se uma maior recorrência de sentimentos positivos, contando inclusive com manifestação de aprovação em relação ao ambiente, qualificando-o como bonito, com muito verde, trazendo calma para eles. Porém não deixaram de relatar sentimentos negativos relacionados com o aprisionamento, a constante vigilância, falta de privacidade, e principalmente monotonia, com um forte sentimento de demora no passar dos dias. O sentimento positivo que mais se destacou nessa instituição foram os relacionados à perspectiva de futuro. Os adolescentes se sentem incentivados a aproveitar a nova chance de sair da vida errada que levavam no passado.

Ainda nesta instituição, os adolescentes não declararam sentimentos de revolta com relação ao fato de estarem internados, nem das condições físicas da instituição. Bem como não relataram nada referente à ausência de autonomia ou saudade do mundo fora da instituição.

As imagens mais recorrentes se encontram no Quadro 4



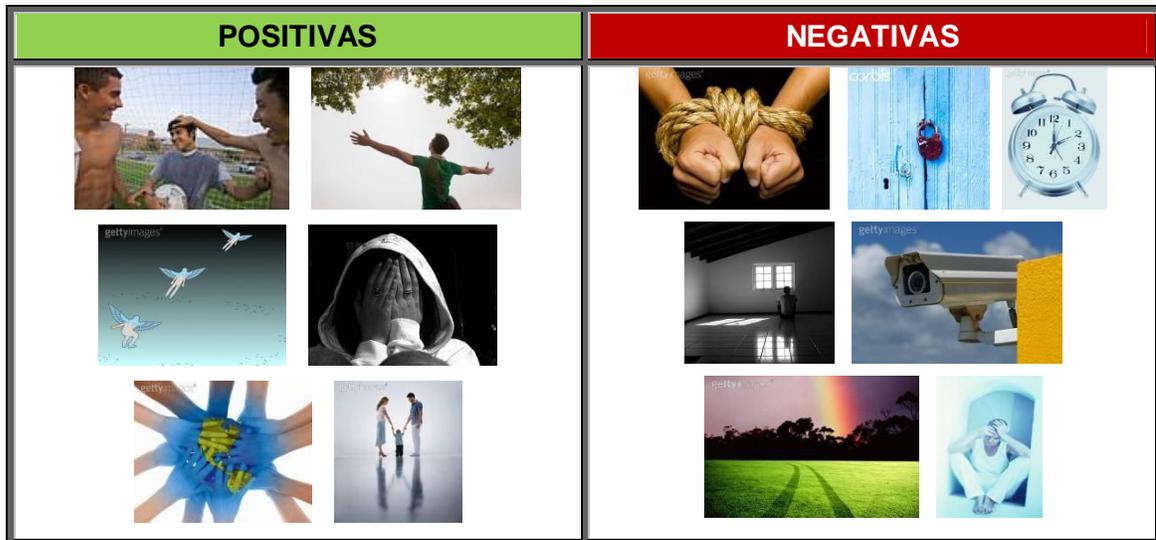
Quadro 4: Imagens recorrentes na Instituição B

A *Instituição C – uso provisório* se posiciona como um meio termo entre as duas anteriores, apresentando menos referência a sentimentos negativos que a Instituição A, mas ainda com uma incidência maior que a da Instituição B. Os principais sentimentos negativos relatados fazem referência ao sentimento de estar preso, da imobilidade referente ao tempo que passam nos alojamentos e à falta de perspectiva, associada a sentimentos de depressão, lentidão no passar do tempo, e a sensação de ter um longo caminho a percorrer em direção à liberdade.

Os sentimentos positivos mais recorrentes estão relacionados ao sentimento de pertencimento a um grupo, expressado através de sentimentos de amizade para com os funcionários e demais internos; e de reflexão, analisando os atos do passado, expressando a vontade de mudar de vida, de vergonha dos atos cometidos.

Os adolescentes dessa instituição, apesar de se sentirem presos, reconhecem que o local não se assemelha a um presídio, observando que, tirando as grades dos quartos, encontraram o ambiente esperado de uma instituição de ressocialização. Vale ressaltar que os adolescentes que manifestaram essa opinião já haviam passados por outros centros do Estado, não necessariamente os visitados para esta pesquisa, tendo assim uma base comparativa para fazer tal afirmação.

As principais imagens selecionadas pelos adolescentes se encontram no Quadro 5.



Quadro 5: Imagens recorrentes na Instituição C

Como o propósito deste procedimento era verificar a recorrência dos sentimentos positivos e negativos nas instituições, os dados foram quantificados a partir das tabelas geradas, (Apêndices 03) para verificar o numero de manifestações de cada tipo. Como o número total de respostas variou de instituição para instituição, devido à diversidade natural da forma de expressão dos participantes, os resultados encontrados foram transformados em dados percentuais. Essa sistematização deu origem ao gráfico abaixo que tem como objetivo deixar clara a diferença da recorrência dos sentimentos relatados em cada instituição.

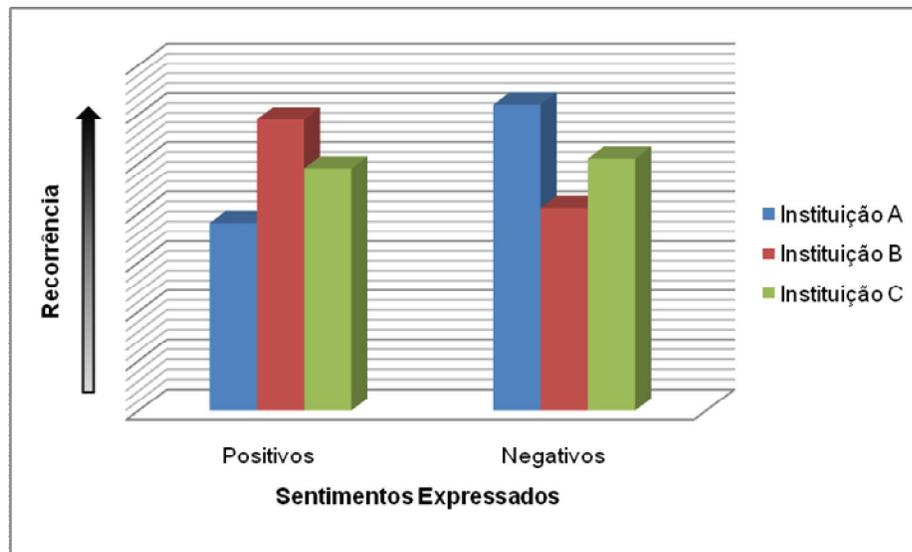
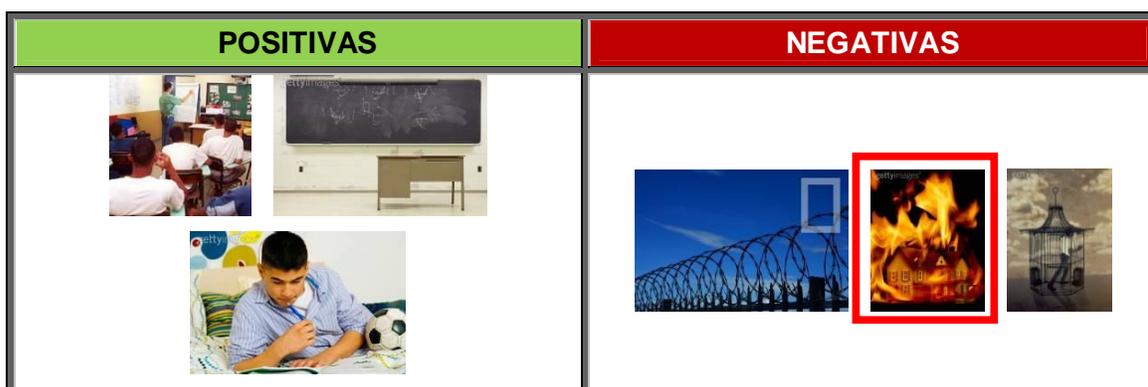


Gráfico 1 - Recorrência dos sentimentos expressados

PERGUNTA 2: qual é a imagem que o adolescente faz da instituição?

Nesta questão houve uma grande semelhança das respostas das instituições A e C, diferindo ambas das obtidas na Instituição B.

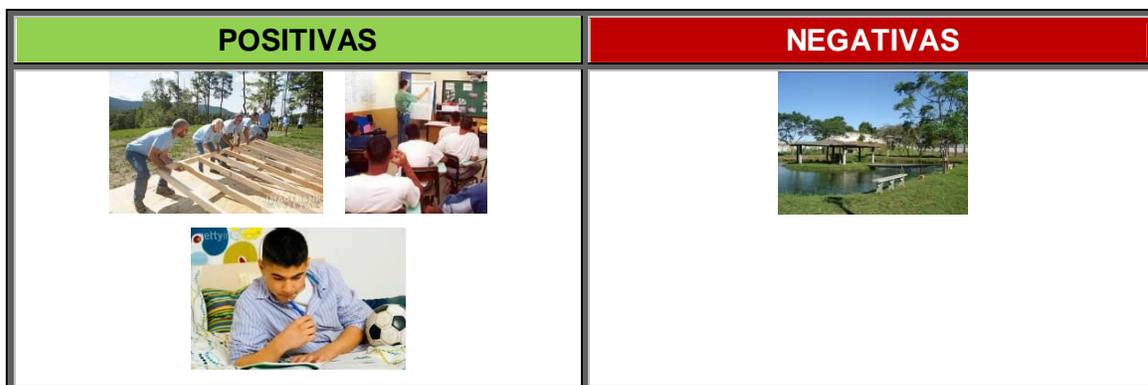
A *Instituição A – adaptada para o uso* apresentou o maior índice de associações negativas, sendo fortemente comparada à ambientes prisionais, juntamente com a manifestação de rejeição completa do ambiente através da escolha quase que unânime do mesmo grupo de imagens (Quadro 6, imagem marcada por retângulo vermelho). Positivamente foi relacionada como ambiente escolar, e como um local de ajuda para mudar de vida.



Quadro 6: Imagens recorrentes na Instituição A

Já na *Instituição B – construída para o uso* praticamente não houve expressão de correlações negativas, a única apresentada foi representada por uma imagem exemplificando como o adolescente acha que deveria ser um centro de internação, seguida da afirmação que o local em que ele está é “*uma cadeia*”. As demais associações remetem à visão da instituição como local de ajuda a mudar de vida e de valores.

As imagens escolhidas estão no Quadro 7.



Quadro 7: Imagens recorrentes na Instituição B

A *Instituição C – uso provisório* foi a única associada ao ambiente familiar, mas ainda assim, as associações referentes ao ambiente escolar e de ajuda foram mais recorrentes. Teve também um bom número de associações negativas que variavam entre prisão e inferno, porém não houve em nenhum momento a rejeição do ambiente.

As imagens mais recorrentes estão registradas no Quadro 8, abaixo:



Quadro 8: Imagens recorrentes na Instituição C

Foi adotado o mesmo procedimento de análise dos dados utilizados na pergunta anterior, obtendo-se então o Gráfico 2, que deixa clara a quantidade superior de associações positivas obtida pela Instituição B.

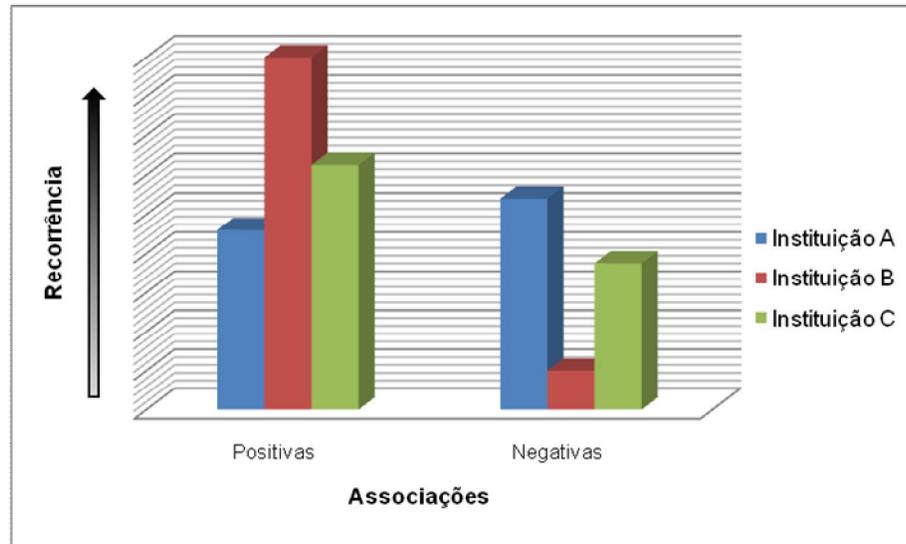


Gráfico 2- Recorrência de associações negativas e positivas

3.3.3.2 – Caracterização Vivencial

A seguir é apresentada a síntese dos resultados obtidos com as entrevistas realizadas junto aos socioeducadores. Os dados foram tratados separadamente por instituição.

- **Instituição A (adaptada para o uso):** foram entrevistados 8 socioeducadores, quatro de cada turno:

Os entrevistados não souberam identificar os ambientes onde ocorreria um comportamento mais harmônico entre os adolescentes. Segundo eles o comportamento varia de acordo com o humor, o tipo de atividade e o interesse que esta desperta, bem como a quantidade de adolescentes envolvidos na ação. Porém ressaltaram que nos alojamentos dificilmente ocorrem conflitos.

Foi possível identificar que os adolescentes respeitam os espaços uns dos outros sendo o espaço individual constituído de cama, mesa de cabeceira e local onde guardam os pertences pessoais. Tal respeito é expresso por pedidos de permissão para sentar na cama do outro, bem como para pegar objetos emprestados. O alojamento também é identificado como um território pertencente ao grupo que o ocupa sendo este território também respeitado pelos de fora, que só entram com permissão de um dos “donos”.

Quando perguntados sobre os ambientes de conflitos, todos foram unânimes em dizer que qualquer lugar na instituição pode gerar conflito. Porém conseguiram identificar onde são freqüentes:

- **Quadra:** atividade esportiva, de grande contato físico, momento que estão reunidos em maior número;
- **Salas de aula:** devido ao desinteresse na atividade, excesso de brincadeiras, e eventual falta de habilidade do professor em lidar com as especificidades do grupo;
- **Sala de TV:** momento de descontração, onde a maioria dos adolescentes estão reunidos. As brigas surgem por brincadeiras exageradas, discussões pessoais ou diferenças trazidas de fora da instituição.

Foi relatado também que os adolescentes não sabem respeitar os espaços da instituição, sujando os espaços comuns, quebrando mecanismos de acionamento dos equipamentos de banheiro que porventura estejam ao alcance de suas mãos. Porém foi relatado que a partir do momento que o tempo em que ficavam fechados dentro dos alojamentos diminuiu, através da criação de diversas atividades em outras dependências da unidade, o comportamento agressivo reduziu significativamente.

➤ **Instituição B:** foram entrevistados 8 socioeducadores, quatro de cada turno:

Assim como na instituição anterior, o comportamento dos adolescentes foi associado ao humor e o grau de interesse na atividade que está sendo realizada. Esta instituição possui um espaço físico amplo, que proporciona maior deslocamento dos adolescentes entre as diversas edificações da unidade, favorecendo um dos fatores determinantes do comportamento positivo: a saída do núcleo para realizar atividades como oficinas e esporte.

Mais uma vez a sala de aula aparece como ambiente de conflito, porém foi destacado que o que desencadeia o comportamento agressivo é a atitude dos professores junto aos adolescentes, por estarem muitas vezes despreparados para lidar com este público.

Foi relatada a existência de liderança de um adolescente sobre outro, comportamento este que é combatido assim que identificado através de conversas, ou até mesmo de troca de alojamento. Nos alojamentos também foi constatada uma tendência ao respeito mútuo, a possibilidade de demarcar ou construir os territórios individuais de forma satisfatória.

Um fato interessante relatado por dois dos agentes entrevistados foi o comportamento de negação do ambiente da instituição por parte de adolescentes vindos de outros centros socioeducativos com características semelhantes ao da *Instituição A*, mais

próximos tipologicamente de instituições prisionais. Eles interpretavam como um “desrespeito” à sua auto-imagem de marginal, o fato de terem sido colocados em um lugar aparentemente de segurança muito frágil. Tal sentimento gerou, a princípio, um comportamento destrutivo, que depois foi controlado, à medida que o adolescente passou a aceitar o novo espaço concebido pra ele.

Instituição C (uso provisório): foram entrevistados 8 socioeducadores, de turnos diferentes:

Nesta instituição também houve a associação do comportamento dos internos principalmente ao estado emocional e a reflexos das relações com os familiares. Na identificação dos locais de maior incidência de conflitos, foram citados:

- **Quadra poliesportiva:** voltada atividades agitadas e de grande contato físico, bem como pela proximidade com a rua, incitando, segundo os socioeducadores, a vontade de sair da instituição;
- **Sala de televisão:** o local é inapropriado, sendo muito pequeno para comportar todos os internos, e, por conta do desconforto, costumam surgir alguns conflitos;
- **Alojamento:** por ser um ambiente de média permanência, sendo os conflitos relacionados principalmente a efeitos negativos de conversas com familiares.

O relacionamento harmônico entre os adolescentes é visível principalmente nas oficinas e na escolarização, que ocorrem em ambientes próprios e normalmente conseguem prender a atenção e o interesse dos adolescentes.

Dentro dos alojamentos foi relatada a possibilidade de configurar seus territórios individuais, sendo estes respeitados pelos demais. Existe também a configuração de territórios coletivos dentro dos alojamentos, definidos pela organização em local específico, de objetos de uso coletivo. O espaço coletivo do alojamento é respeitado pelos demais.

Na fala dos socioeducadores dessa instituição ficou claro que, para eles, o bom comportamento dos adolescentes está associado principalmente à realização de atividades durante todo o dia, mantendo a mente do adolescente ocupada.

▪ **Considerações finais sobre o estudo de caso:**

Os dados levantados nesta fase da pesquisa deixaram claro que existe uma diferença de percepção do espaço institucional pelos adolescentes relacionado ao tipo de ambiente oferecido.

Observou-se que a grande diferença tipológica existente entre as instituições analisadas influencia diretamente nas atividades oferecidas aos adolescentes e conseqüentemente numa vivência mais ou menos opressora do dia-a-dia institucional. Ficou claro que essa diferença afeta a percepção do adolescente de estar ou não em um ambiente socioeducativo.

Percebeu-se que o maior número de sentimentos e imagens positivas expressados pelos adolescentes estava vinculado a vivência de uma estrutura física oposta à imagem prisional. Com isso pode-se afirmar que o afastamento do aspecto prisional é fundamental para o entendimento do processo vivenciado como sendo socioeducativo e não algo simplesmente punitivo e excludente.

A partir desse entendimento, as características físicas levantadas no estudo de caso serão analisadas no capítulo seguinte sob um viés fenomenológico, buscando identificar os elementos da arquitetura causadores de conflito e ou que figurem como positivos para o sucesso do processo socioeducativo.

CAPÍTULO 4 – ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos com o estudo de caso permitiram conhecer a realidade das instituições estudadas, fornecendo dados para o entendimento de como se dão as relações entre o adolescente e o ambiente vivenciado durante o processo socioeducativo, bem como suas principais características físicas.

Para compreender melhor como essas características levantadas podem vir a prejudicar ou facilitar o processo socioeducativo, mostrou-se necessário a análise dos dados levantados à luz do referencial teórico desenvolvido.

A pesquisa junto à psicologia ambiental mostrou que existem algumas necessidades espaciais que são inerentes ao ser humano e que, quando não disponíveis no ambiente podem causar sérios efeitos à sua conduta social e até a sua saúde física e mental. Portanto, as análises realizadas considerarão os aspectos ambientais da seguinte forma:

SÍNTESE DOS ASPECTOS AMBIENTAIS			
NECESSIDADE HUMANA	NÍVEIS DE CONTROLE	FORMAS DE EXPRESSÃO	ELEMENTOS DE CONTROLE
1. Privacidade	Interação com o próximo	Solidão	Paredes, aberturas, disposição dos espaços e equipamentos, arranjo da mobília, acústica, quantidade de espaço, dimensões das salas ¹¹
		Isolamento	
	Informações transmitidas ao próximo	Intimidade	
		Anonimato	
2. Territorialidade	Primário	Reserva	Muros limítrofes, grades, peitoris, portas, portões, paredes divisórias, cercas, marcas no chão, soleiras ¹²
		Ocupação	
		Defesa	
	Secundário	Sinalização	
		Personalização	
		Ocupação temporária	
Público	Tatuagens, piercing		
Interacional			
Corporal			

¹¹ Almeida, 1995 pp.28

¹² Idem 6, pp.27

SINTESE DOS ASPECTOS AMBIENTAIS – CONT.			
NECESSIDADE HUMANA	NÍVEIS DE CONTROLE	FORMAS DE EXPRESSÃO	ELEMENTOS DE CONTROLE
3. Identidade	Auto-imagem	Atitudinal, cultural	Acabamentos, textura, adornos, configuração formal, arranjo da mobília, quantidade de espaço ¹³
	Imagem de um grupo		
4. Ambiência	Funcionalidade	Atividades realizadas	Conforto acústico, térmico, visual e antropométrico, além dos materiais, texturas, cores ¹⁴
	Significado	Valores e preferências	
	Durabilidade e Segurança	Características físicas	

Tabela 9: Síntese dos aspectos estudados

Além desses aspectos, é preciso lembrar que a análise buscará identificar o rebatimento das características dos ambientes levantados nas questões referentes à criação de laços de apego e apropriação, bem como elementos que possam configurar potenciais criadores de estresse para os usuários.

Assim, primeiramente será apresentada a análise da relação dos adolescentes com o espaço institucional, seguido dos conflitos e potenciais arquitetônicos identificados. Também serão apresentadas análises referentes às adequações ambientais realizadas pelos adolescentes, bem como considerações sobre aspectos de segurança.

4.1 – SOBRE A RELAÇÃO ADOLESCENTE X AMBIENTE INSTITUCIONAL

Os dados referentes à Dimensão Vivencial mostraram que o contexto arquitetônico influencia o estado psicológico dos adolescentes internados. Nas instituições que apresentavam maiores semelhanças físicas às instituições penais foram encontrados adolescentes com os índices de sentimentos negativos mais altos.

Mostrou também que grande parte dos adolescentes entende o ambiente institucional como um local de segunda chance, de aprendizado e onde encontraram pessoas dispostas a apoiá-los.

¹³ Almeida, 1995, pp.28

¹⁴ Idem 8, pp.30

Apesar desse entendimento, esses adolescentes não dissociam o ambiente institucional do prisional, mesmo quando a instituição se afasta formalmente desse tipo de estabelecimento. Esta associação pode estar ligada a questões mais subjetivas do que físicas, ocorrendo devido ao fato de não poderem sair do perímetro da instituição e principalmente, de estarem sob o olhar constante dos socioeducadores.

Verificou-se também que a presença de grades incomoda muito os adolescentes, mas não tanto quanto a rotina de atividades imposta e o sentimento de falta de autonomia nas decisões tomadas na sua vida institucional.

Foi constatado que os ambientes com características prisionais contribuem para a solidificação, por parte do adolescente, de uma identidade de “marginal perigoso”, fazendo com que o fato de se encontrar em um centro cujo nível de contenção é maior seja encarado como um reconhecimento do seu nível de periculosidade. Esse fato mostra principalmente a real necessidade de se estudar um novo modelo que possa efetivamente quebrar esta identidade negativa, e ajudar a construir outra dissociada da marginalidade.

Para o melhor entendimento de alguns aspectos da relação Adolescente-Espaço Institucional, os principais pontos identificados foram agrupados de acordo com a esfera fenomenologia do qual fazem parte. Essa discussão inicial possibilitou a identificação de como os conflitos e potencialidades que serão apresentados adiante, afetam a vivência do espaço pelos internos.

a) quanto à privacidade: o adolescente internado passa por uma situação onde existe a necessidade de vigilância constante por parte dos socioeducadores no intuito de evitar fugas e agressões contra demais internos e contra ele mesmo. Portanto, os níveis de privacidade permitidos são extremamente sutis, ou quase inexistentes.

Existe ainda uma tendência à completa desconsideração deste aspecto ambiental por parte da estruturação física da unidade. Os ambientes de maior permanência possuem características que impossibilitam o controle mínimo da interação por parte do adolescente, sendo este controle realizado pelos socioeducadores.

O adolescente dificilmente consegue estabelecer momentos de isolamento ou reserva, tanto no uso dos quartos/alojamentos, quanto no uso da sala de televisão.

b) quanto à territorialidade: percebeu-se que em todas as instituições existe a estruturação de uma espacialidade definida pelo conjunto *cama – mesa de cabeceira/espço improvisado para pertences pessoais*, (Figura 09) que é organizada por cada adolescente como forma de configurar o seu território dentro do alojamento. Esse território é reconhecido e respeitado pelos demais usuários do ambiente.



Figura 11: territórios existentes e criados pelos internos.

Outro território configurado e respeitado pelos demais é o pertencente a um grupo de adolescentes que ocupa um alojamento. Os não pertencentes a esse território não cruzam a barreira da porta sem pedir licença mesmo esta estando aberta e o recinto vazio, comportamento esse repetido inclusive pelos socioeducadores em algumas situações.

c) quanto ao espaço pessoal: não foram encontrados muitos problemas com relação à manutenção do espaço pessoal dos adolescentes. As instituições apresentaram, em sua maioria, ambientes que permitem que os adolescentes regulem os níveis de aproximação interpessoal. Apenas na condição de uso de uma das salas de TV esse aspecto se mostrou comprometido, uma vez que o local possui tamanho inferior ao necessário para abrigar confortavelmente a totalidade dos adolescentes que fazem uso dela de forma simultânea.

d) quanto à identidade: a possibilidade de estabelecer territórios definidos para si permite com que o adolescente se aproprie deste espaço imprimindo nele características que o torna ligado à sua imagem. Porém os elementos utilizados para essa apropriação possuem pouca diversidade e nem sempre podem ser escolhidos totalmente ao gosto do adolescente. A falta de flexibilidade nos espaços de uso constante do adolescente, como quarto e sala de TV, faz com que ele passe a manter uma relação de distanciamento do espaço no qual esta inserido, havendo situações de completa negação do mesmo.

Outro fator ligado à identidade é a mensagem passada pelos ambientes institucionais, que podem intensificar ou quebrar uma imagem já pré-estabelecida do adolescente como marginal perigoso e sem possibilidade de recuperação. Percebeu-se que quanto mais longe da imagem de presídio se torna o ambiente institucional, mais o adolescente consegue enxergar a si como um ser humano passível de ser recuperado.

e) quanto à ambiência: esse fator ambiental é o que possuiu mais variação dentro do universo estudado. Foram encontradas situações em que o uso dos ambientes encontrava-se comprometido devido à ausência de controle térmico, lumínico e acústico, bem como devido à degradação causada pelo uso de materiais inadequados ou de baixa qualidade, resultando em equipamentos e estruturas danificadas, sujas, e com problemas de conservação.

O uso de cores, outro fator que atua sobre a ambiência, se mostrou negligenciado principalmente nos ambientes de maior permanência, onde eram utilizados tons de cinza, ocre, verde acinzentado, bege ou branco.

f) quanto à apropriação:

Verificou-se que os ambientes institucionais estudados não permitem que o adolescente se aproprie satisfatoriamente dos espaços por ele vivenciados, ficando demonstrado através da negação do espaço institucional declarada por quase todos os adolescentes.

Percebeu-se também que apesar dessa negação existe um reconhecimento pelos adolescentes de ser merecedor do ambiente tal qual se apresenta, principalmente nas instituições que possuem maiores características prisionais. Isso pode ser interpretado como a manifestação de apego a uma imagem de marginal, com a qual é possível conseguir respeito e admiração dentro do grupo social ao qual pertenciam antes da internação. O apego a essa imagem não conduz diretamente às manifestações de apego ao ambiente

institucional, mas transparece na forma do reconhecimento de fazer parte de um mundo onde a passagem por ambientes de internação funciona como um degrau em direção à consolidação do comportamento marginal.

A fragilidade de mecanismos que possibilitem a apropriação de espaços por meio da satisfação dos aspectos ambientais descritos acima exerce, ainda, efeito negativo sobre a relação do usuário com o espaço, afetando a realização das atividades previstas na rotina socioeducativa.

g) quanto ao estresse ambiental:

Não foi objetivo desta pesquisa utilizar instrumentos que possibilitassem o reconhecimento de fatores estressores, bem como de suas estratégias compensatórias ou de enfrentamento.

Porém os dados levantados revelaram alguns fatos que podem ser considerados significativos na promoção do sentimento de estresse pelo adolescente:

- A mudança drástica nas características do ambiente de vivência, que é alterado de um meio completamente aberto e sem limites, para um completamente fechado, com regras a serem seguidas e vigilância intensiva;
- O contato com pessoas estranhas, cujos hábitos, gostos e comportamentos são desconhecidos;
- A ruptura com o sistema de valores, comportamentos e rotinas vivenciados no meio externo, como parte da promoção da ressocialização;
- Convivência em um ambiente onde a incidência de conflito é latente.

Constatou-se que todo o processo de ressocialização, a começar dos procedimentos que dão origem à institucionalização do adolescente, figura como um grande gerador de estresse. Se não forem tomadas medidas no sentido de diminuir esse choque, podem ocorrer reações contrárias à socialização.

h) quanto à habitabilidade:

Dos ambientes institucionais estudados, apenas um apresentou características que representam a tendência existente no pensamento socioeducativo de se aproximar a espacialidade da instituição do ambiente doméstico.

A configuração de núcleos, definidos por quarto, sala, banheiro e área externa, é declaradamente adotada como forma de buscar uma aproximação simbólica do elemento casa, como forma de proporcionar uma experiencição de qualidade dos espaços vivenciados pelos adolescentes.

Essa nova estruturação tem com objetivo contribuir para que a vivência dos aspectos relatados anteriormente ocorra de forma plena. Reconhece ainda que o longo período de permanência do adolescente dentro da instituição reflete, por parte dos adolescentes, na tentativa de estruturá-lo de forma a manter os nexos simbólicos trazidos da vida antes da internação, que permitem uma ordenação de sua vivência e sua estrutura psicológica.

4.2 – SOBRE CONFLITOS ARQUITETÔNICOS:

A teoria dos conflitos arquitetônicos, desenvolvida por Malard (1992), defende a idéia de que é através da negatividade que se pode conhecer a essência de algo. Portanto é correto afirmar que ao identificar um aspecto negativo em um determinado ambiente, encontra-se também a chave para compreender o que falta para que este possa atender a todas as necessidades, sejam elas formais ou psicológicas, de seus usuários.

Segundo a autora, os conflitos arquitetônicos emergem durante o processo de uso de um espaço. Portanto, com base nos dados levantados tanto na etapa de caracterização física, como de entrevistas e observação, foram encontrados 24 conflitos arquitetônicos nos ambientes analisados (Tabela 10, pp.91).

Após a identificação das características ambientais negativas, procedeu-se com a definição das relações de conflito de forma a deixar claro como essas características afetam negativamente à relação com o ambiente.

CONFLITO	ASPECTO AMBIENTAL PREJUDICADO				CARACTERÍSTICA ARQUITETÔNICA GERADORA DO CONFLITO
01			I	A	Semelhança física com instituições prisionais
02				A	Inexistência de áreas verdes externas
03	P	T	I	A	Espaço físico restrito
04			I	A	Relação interior x exterior comprometida
05				A	Inadequação dos materiais escolhidos na construção e acabamento
06				A	Baixa qualidade dos materiais utilizados
07		T	I	A	Impossibilidade de intervenção no ambiente
08	P		I	A	Uso excessivo de grades
09				A	Pé direito excessivamente alto
10	P	T		A	Ambientes sub-dimensionados
11				A	Ambientes pintados com cores monótonas
12	P		I	A	Uso de grades para limitar ambientes
13	P			A	Sala de aula articulando circulação de demais salas
14	P			A	Sobreposição de uso quarto/banheiro
15	P			A	Janelas do banheiro baixas e voltadas para circulação dos quartos
16	P		I	A	Acionamento de equipamentos (torneira, chuveiro, descarga, luz) externo ao ambiente
17				A	Banheiro sem janelas
18	P			A	Banheiro sem porta
19	P			A	Janelas com localização, acionamento e dimensões inapropriadas
20				A	Pontos de luz mal localizados e em número insuficiente
21	P	T		A	Visibilidade de outros quartos através de um pátio central e grade no lugar de portas
22	P	T	I	A	Mobiliário fixo de concreto
23	P	T	I	A	Mobiliário insuficiente para atender o número de usuários
24		T		A	Mobiliário inadequado para as atividades desenvolvidas no ambiente
Legenda: P – Privacidade; T – Territorialidade; I – Identidade; A – Ambiência.					

Tabela 10: Características arquitetônicas geradoras de conflitos
 Adaptada de Almeida, 2001, pp.136

Utilizou-se para isso a mesma estrutura desenvolvida por Malard (1992), onde cada conflito identificado é apresentado antecedido da relação dos aspectos ambientais mais prejudicados, e seguido da característica arquitetônica levantada contraposta com as necessidades previstas para atingir o sucesso da ressocialização.

Dessa forma tem-se:

01 – [I / A] Semelhança com ambientes prisionais X proposta de trabalho voltado para socioeducação, inserção de novos valores e comportamentos, agindo sobre a auto-imagem de marginal do adolescente.

As características inerentes à ambientes prisionais porventura adotadas, como uso de grades, ambientes fechados, escuros, com pouca ventilação, contribuem para a criação de um ambiente opressor, que afeta os usuários de forma negativa, podendo levar até a doenças físicas e psíquicas.

A carga de significados que a imagem de uma instituição de internação possui perante os internos e a sociedade dificulta o entendimento de que o adolescente está passando por um processo educativo e não punitivo. Com relação ao interno, pode gerar revolta e atitudes de negação do ambiente e da rotina proposta. Com relação à sociedade causa um fortalecimento da imagem do interno como marginal não recuperável, prejudicando o processo de reinserção deste adolescente em meio aberto.

02 – [A] Inexistência de áreas verdes externas X necessidade de espaços diversos de qualidade, para relaxamento, reflexão e atividades fora das unidades.

Segundo Peron (2002) as áreas verdes são associadas a ambientes que promovem a restauração psicológica e física da pessoa, ajudando a restabelecer a sua capacidade de resposta aos fatos enfrentados na vida. A existência de espaços com essas características é necessária, pois o adolescente encontra-se em condições de estresse muito alto, devido ao processo de reclusão.

A possibilidade de ter contato com espaço externo ao alojamento proporciona sensação de bem-estar e possibilita a movimentação do adolescente dentro da instituição, aumentando as possibilidades de espaços de vivência.

03 – [P / T / I / A] Espaço físico restrito X diversidade de espaços e possibilidade de expansão.

Algumas instituições, por terem sido adaptadas para o uso, possuem espaços muito restritos. Isso dificulta futuras expansões que porventura sejam necessárias para melhorar o atendimento ao adolescente.

Essa restrição pode dificultar o trabalho socioeducativo uma vez que impossibilita atividades diferentes das mínimas atendidas pelo espaço existente.

A restrição espacial quando associada ao número excessivo de usuários pode vir a potencializar conflitos por conta da dificuldade de definir e manter territórios, regular os níveis de privacidade e manter distâncias pessoais que respeitem a constituição de seu espaço pessoal. Dificulta também a estruturação de uma identidade baseada na apropriação de um mínimo de espaço por parte do adolescente.

A negação desses aspectos favorece a despersonalização dos usuários e aumenta a possibilidade de conflitos.

04 – [I / A] Relação interior-exterior comprometida X integração entre os espaços internos e externos, proporcionando ganho na qualidade do uso dos ambientes.

Em condição de privação de liberdade, o adolescente vivencia muitas vezes um espaço que não possui ligação visual com as áreas externas da unidade, bem como existe restrição no uso de espaços como quadra e outros equipamentos externos.

Os locais de maior permanência como salas de atividades, alojamentos, salas de aula, são muitas vezes abertos para o interior da edificação, negando qualquer acesso, por menor que seja ao meio externo.

Essa desconexão com o espaço exterior pode gerar comportamentos depressivos, apatia, falta de perspectiva no usuário, além de contribuir para o embotamento sensorial do mesmo.

05 – [A] Inadequação dos materiais escolhidos na construção e acabamento X segurança no uso dos ambientes para os adolescentes e funcionários.

Foi verificado que em certas instituições a escolha dos materiais utilizados na construção dificulta o trabalho com os adolescentes porque muitas vezes possibilitam a criação de armas brancas. Isso mostra que a escolha dos materiais empregados nesse tipo

de edificação deve ser cuidadosa, atentando para que sejam capazes de resistir às investidas dos adolescentes.

O uso de materiais como telha cerâmica, janelas com peças desmontáveis, tijolos furados não preenchidos por concreto, elementos destacáveis para sustentação de grades, equipamentos sanitários não revestidos por concreto encontrados em alguns ambientes, são soluções relatadas como inadequadas para este tipo de instituição.

06 – [A] Baixa qualidade dos materiais utilizados X ambientes conservados, não necessitando de manutenção constante.

Os materiais utilizados são muitas vezes de baixa qualidade o que aumenta o custo com manutenção. O grande número de peças quebradas, canos entupidos, fiação elétrica mal feita, paredes com infiltração contribuem para piorar o aspecto das instalações, tornando o ambiente muitas vezes, impróprio para o uso.

Além disso, a demora na reposição ou conserto dos elementos e peças danificadas passa um sentimento de negligência para com o usuário, contribuindo para que este se sinta a margem do próprio processo de ressocialização, intensificando sentimentos de desvalorização e revolta.

Vale ressaltar que parte dos elementos encontrados em estado de degradação foram danificados pelos próprios adolescentes, em provável atitude de negação do ambiente. Porém, grande parte dos problemas tem efetivamente origem na execução da obra e na escolha de materiais de baixa qualidade.

07 – [T / I / A] Impossibilidade de intervenção no ambiente X personalização, apropriação e ajustes às necessidades pessoais de cada usuário.

Conflito verificado principalmente nos dormitórios devido à falta de mobiliário mínimo necessário a gama de atividades desenvolvidas dentro do ambiente, o que torna difícil a criação natural de pequenas parcelas territoriais utilizadas para a organização do mundo pessoal do adolescente.

Percebeu-se que os adolescentes, naturalmente estabelecem cotas territoriais para si, através da marcação de espaços no chão, à frente ou ao lado da cama, com toalhas sobre as quais colocam seus objetos de uso pessoais, fotos, um ou outro livro, produções de artesanato, ou algum outro objeto permitido. Essa apropriação improvisada de territórios pode gerar conflitos indesejados dentro do dormitório visando à posse de um território

melhor para a colocação dos objetos, ou por invasões ocasionais devido ao posicionamento dos objetos no chão, geralmente em local de passagem.

Dessa forma, deve-se então assumir a necessidade de personalização dos espaços, inerente a qualquer ser humano, e incorporá-la ao programa do quarto, de forma a criar parcelas territoriais equivalentes para todos seus ocupantes. Essa estratégia pode ajudar não apenas na organização do ambiente, uma vez que as parcelas territoriais já estariam previamente definidas de forma igualitária, evitando possíveis conflitos, como também na observação do mundo que o adolescente cria dentro desse território definido pela instituição como pertencente a ele.

Evita-se também, uma descaracterização do eu do interno, muito comum dentro de instituições totais, tentando assim não dificultar o trabalho da equipe técnica no que diz respeito ao entendimento individual do adolescente, das suas necessidades e anseios, o que comprometeria parte do trabalho socioeducativo.

08 – [P / I / A] Uso excessivo de grades X ambientes voltados para a ressocialização.

Existe a necessidade de promover a contenção dos adolescentes e a segurança tanto dos funcionários como dos internos. Porém, percebeu-se que existe um uso exagerado de grades dentro da área interna das instituições, provocado pela muitas vezes, pela fragilidade de segurança externa. Esse uso excessivo contribui para a associação dos espaços analisados a ambientes prisionais, gerando o mesmo problema de identidade relatado no conflito número 01. Também dificulta o controle térmico dos ambientes, causa excesso de ruídos e desfavorece a regulação dos níveis de interação entre os adolescentes.

09 – [A] Pé direito muito alto X conforto térmico e acústico do ambiente.

Mais uma vez, como estratégia adotada para aumentar a segurança interna da unidade, é utilizado o pé-direito excessivamente alto visando evitar fugas pelo teto. Porém essa configuração cria ambientes com uma das dimensões desproporcional às outras e à escala humana. Essa desproporção pode aumentar a sensação de confinamento, além de causar desconforto lumínico, térmico e acústico, devido à altura da localização das aberturas, bem como do ponto de luz.

10 – [P / T / A] *Ambientes sub-dimensionados X atendimento da demanda de usuários de forma confortável.*

Muitas vezes encontramos ambientes que dimensionalmente não atendem ao número de usuários. Isso dificulta a realização das atividades propostas contribuindo para gerar conflitos na escolha e na manutenção dos lugares conseguidos, promovendo ainda desconforto pelo alto nível de invasão dos espaços pessoais ocasionado pelo excesso de proximidade entre os usuários.

11 – [A] *Ambientes pintados de cores monótonas X criação de ambientes agradáveis e estimulantes.*

Sabe-se que as cores exercem influência sobre o humor dos usuários de um ambiente. Algumas dessas instituições ainda possuem um padrão cromático onde são utilizados excessivamente tons de cinza, branco, ocre, verde acinzentado e bege para pintar os ambientes de permanência dos adolescentes. Isto pode ser decorrência da falta de planejamento do uso das cores e da necessidade de manutenção e ainda por interferências dos adolescentes, sujando ou rabiscando.

12 – [P / I / A] *Uso de grades para limitar ambientes X necessidade de privacidade e controle térmico, lumínico e acústico.*

Em alguns casos foi percebido uso de grades como elementos divisórios entre ambientes de longa permanência e outros de menor permanência. Isso se mostrou altamente prejudicial para o conforto de quem utiliza ambos ambientes, pois são freqüentes as interferências causadas pelos ruídos das diferentes atividade desenvolvida. Proporciona ao ambiente institucional maiores características prisionais.

13 – [P / A] *Sala de aula articulando circulação para demais salas X necessidade de ambiente calmo para a realização da atividade.*

Em alguns casos notou-se que a sala de aula se encontrava posicionada próximo a áreas de grande circulação entre os ambientes das unidades, ou configurava ela mesma um grande hall de circulação para outras salas.

Esse tipo de estrutura prejudica o andamento das atividades desenvolvidas, pois promove diversos fatores de dispersão.

14 [P / A] *Sobreposição de uso quarto/banheiro X necessidade de privacidade e conforto para uso de ambos ambientes.*

Foi encontrado conflito de uso entre quarto e banheiro por este se localizar completamente dentro do quarto, por vezes dividido apenas por uma mureta de 90 cm, que pouco limita o acesso visual. Outros elementos comuns ao uso do banheiro, como odores e sons, podem igualmente ser fator de incômodo para os demais usuários.

Além disso, o banheiro é um ambiente no qual são realizadas atividades que exigem diferentes níveis de privacidade, mas pelo menos uma delas (satisfação das necessidades fisiológicas) é compreendida como a que exige maior privacidade, ficando gravemente comprometida neste modelo de ocupação, principalmente por se tratarem de menores.

15 [P / A] *Janelas do banheiro baixas e voltadas para a circulação que leva aos quartos X privacidade e controle térmico desejados para o uso do banheiro.*

O problema mais grave encontrado foi a existência de janelas baixas, localizadas próximas à área do banheiro, voltadas para o corredor de circulação da unidade. A esse corredor têm acesso outros internos, socioeducadores e demais pessoas que precisam circular entre determinados ambientes da instituição. Essa janela, isolada apenas por barras de ferro, compromete fortemente a privacidade de quem está no banheiro por permitir visão completa do ambiente, podendo constranger o menor, já em situação de privação.

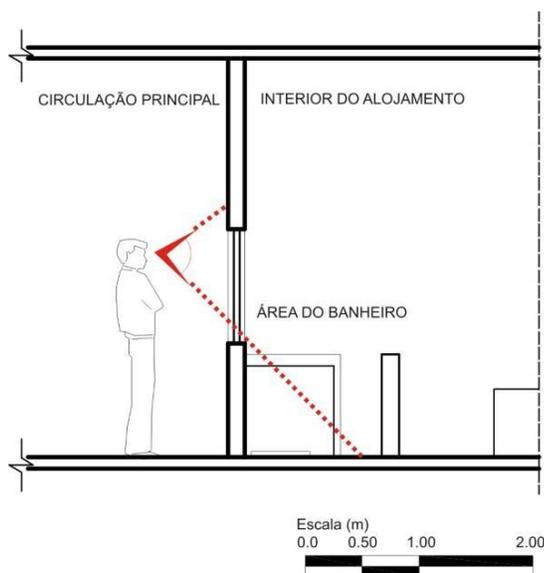


Figura 12: corte ilustrativo da relação janela do banheiro / corredor de circulação.

16 – [P / I / A] *Acionamento de equipamentos (torneira, chuveiro, descarga, luz) externo ao ambiente X autonomia no uso dos equipamentos.*

Por motivos de segurança, em algumas instituições o acionamento dos equipamentos destinados à higiene e à iluminação é realizado pelos socioeducadores, de fora dos quartos. Isso compromete o mínimo de autonomia dos adolescentes na satisfação de suas necessidades imediatas, podendo exacerbar a sensação de dependência e submissão, característica do processo socioeducativo.

17 – [A] *Banheiro sem janelas X necessidades de higiene e salubridade do ambiente.*

Foi percebida a ausência de janelas, qualquer outra abertura, elemento ou equipamento que promovesse a ventilação de alguns ambientes, comprometendo a higiene do local.

18 – [P / A] *Banheiro sem porta X necessidade de controle ambiental e de acesso.*

Nos banheiros separados dos quartos, percebeu-se a ausência de portas ou qualquer outro elemento que isolasse o ambiente. Provavelmente por razão de segurança. Entretanto, a ausência de dispositivo que beneficie a ventilação adequada, induz a uma contaminação exagerada do quarto por odores e sons característicos.

19 – [P / A] *Janelas com localização, acionamento e dimensões inapropriadas X necessidade de conforto térmico e lumínico, sonoro e acesso visual ao exterior da edificação.*

A maioria das janelas encontradas estão localizadas fora do campo de visão do usuário e constituídas por um vão aberto próximo ao teto e isolados por grades ou barras de ferro apresentando ou não de algum elemento de vedação fixo. Essa configuração promove a falta de controle das condições climáticas gerando desconforto na utilização do ambiente. Também foram encontradas janelas que abriam para outros ambientes internos à edificação, o que resultava no fechamento da mesma, para evitar contato entre diferentes setores da instituição.

Ambas as situações fazem com que os ambientes se tomem excessivamente opressores. A estratégia de isolamento do interno em relação à cidade, não justifica a completa negação, por exemplo, do exterior da edificação, áreas livres delimitadas até

mesmo por muros altos, porém que beneficiem sensações de tranquilidade e introspecção, benéficas para o processo de ressocialização.

20 – [A] Pontos de luz mal localizados e em número insuficiente X boa qualidade de iluminação para realização de tarefas noturnas.

Em alguns casos os pontos de luz são localizados sobre a porta de entrada do quarto, embutidos em um vão isolado internamente por grade, com acesso externo para efetuar eventuais trocas e reparos. Essa localização do único ponto de luz não atende a todos os leitos dos quartos coletivos e mesmo nos individuais se mostra inadequado, prejudicando a realização de atividades noturnas.

21 – [P / T / A] Visibilidade de outros quartos através de um pátio central e grade no lugar de portas X necessidade de privacidade e conforto térmico e lumínico do ambiente.

A disposição dos quartos em torno de um pátio central dificulta as relações de privacidade. Por serem todos fechados por grade, essa disposição é adotada na tentativa de facilitar a vigilância, porém acaba prejudicando, uma vez que permite a livre comunicação entre os adolescentes dificultando a contenção de desavenças ou articulações de manobras de evasão. Além disso, prejudica o processo de regulação das interações, principalmente entre os adolescentes, bem como dificulta o controle térmico, lumínico e acústico desses ambientes.

22 – [P / T / I / A] Mobiliário de concreto X flexibilidade de leiautes, e adequação à atividade desenvolvida.

Na maioria das unidades são encontrados mobiliários feitos de concreto, em ambientes destinados à realização de diferentes tarefas simultâneas, como as salas de recreação e algumas salas de aula. Esse modelo de estrutura não deixa margens para futuras alterações com vistas a adequar à diversidade de atividades que possa ser proposta.

Essa medida é adotada como forma de garantir maior segurança no uso da sala, porém, dificilmente existe um estudo cuidadoso da disposição desses mobiliários, fazendo com que muitas vezes comprometam a plena realização das atividades do ambiente. A falta de planejamento visando a sua adequação às necessidades dos usuários faz com que se tornem extremamente desconfortáveis.

23 – [P / T / I / A] *Mobiliário insuficiente para atender o número de usuários X conforto no uso do ambiente e realização das atividades propostas.*

Outro problema encontrado é a insuficiência numérica do mobiliário para atender as diferentes atividades, gerada ou pela adoção de mobiliário fixo, que limita o número de usuários, ou pela dificuldade orçamentária para repor peças danificadas. Em apenas uma situação a falta de mobiliário estava aliada ao excesso de usuários (Figura 11), porém na situação, o espaço não era adequado para a atividade que estava sendo desenvolvida. Cabe ressaltar que para o sucesso da ressocialização é imprescindível que a demanda de usuários seja efetivamente atendida. Portanto, não apenas o controle do número de usuários deve ser feito, assim como a verificação de que, para eles, existe mobiliário suficiente para atender satisfatoriamente suas necessidades para a realização das atividades.

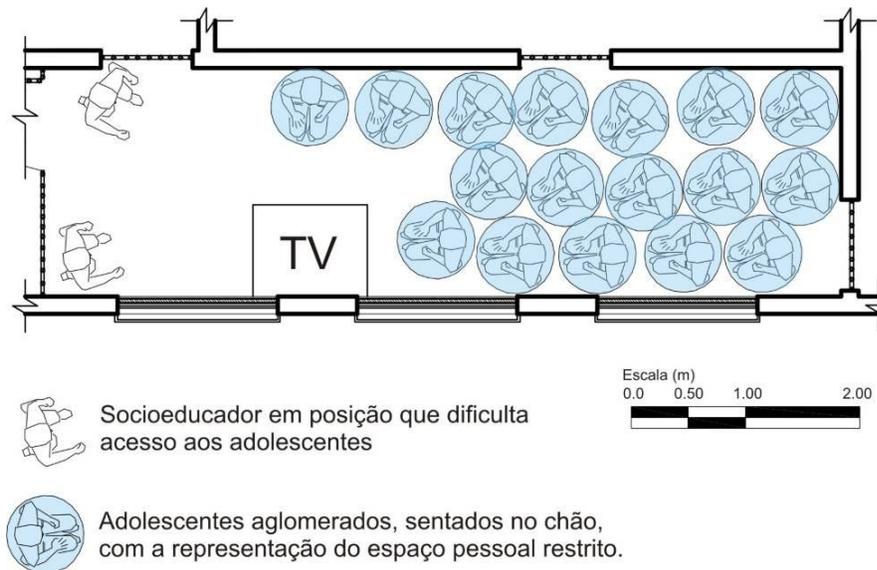


Figura 13: Ilustração da ocupação do conjunto STV4, simulando a pior situação de ocupação (17 adolescentes)

24 – [T / A] *Mobiliário inadequado para as atividades desenvolvidas no ambiente X realização plena das atividades propostas.*

Em alguns casos observou uma inadequação do mobiliário à atividade desenvolvida no ambiente, principalmente em se tratando de trabalhos específicos, como pintura, dinâmicas de grupo necessárias à terapia ocupacional, bem como no atendimento pelos demais técnicos.

A inadequação aparece ainda na falta de um conforto mínimo para a realização de atividades de longa duração, como assistir televisão, cuja falta de estofamento no banco de

concreto cria brechas na segurança através da permissão de levar o colchão do quarto para a sala, para melhorar o conforto.

4.3 – SOBRE POTENCIAIS ARQUITETÔNICOS

Assim como do reconhecimento de aspectos negativos pode-se retirar informações que contribuem para o entendimento do que deve ser alterado, da identificação de elementos positivos pode-se saber quais características devem ser mantidas em determinado ambiente.

Através do entendimento da relação que os adolescentes estabeleciam com as unidades, contatou-se que existiam características nessas unidades que favoreciam uma ligação positiva com o adolescente e que beneficiavam, portanto, a ressocialização. Dessa forma, tais características foram entendidas como *potencializadoras* do processo socioeducativo. Foram identificados 13 potenciais arquitetônicos, listados na Tabela 11.

POTENCIAL	ASPECTO AMBIENTAL BENEFICIADO				CARACTERÍSTICA ARQUITETÔNICA GERADORA DO POTENCIAL
	P	T	I	A	
01	P	T	I	A	Espaços amplos e sem semelhança com ambientes prisionais
02				A	Boa relação exterior x interior em todos os ambientes
03				A	Abundância de áreas verdes
04			I	A	Uso mínimo de grades de ferro
05				A	Diversidade de cores de revestimento externo
06	P			A	Mecanismos de acionamento de equipamentos (torneira, chuveiro, descarga, luz) internos ao ambiente
07	P			A	Janelas localizadas a 1,10 do chão, de dimensão adequada para iluminar e ventilar o ambiente e com mecanismos de acionamento que permitem o controle do conforto lumínico e térmico do ambiente
08				A	Pontos de luz localizados no centro do teto, e em quantidade suficiente
09	P			A	Condições de uso adequados do banheiro e do quarto
10	P			A	Restrição no acesso visual de outros quartos
11	P			A	Porta de metal com visor
12	P	T	I	A	Mobiliário solto do chão
13	P			A	Mesa de apoio para atividade de escrita ou leitura dentro do quarto
Legenda: P – Privacidade; T – Territorialidade; I – Identidade; A – Ambiência.					

Tabela 11 - Características arquitetônicas geradoras de potencial
Adaptada de Almeida, 2001, pp.136

Vale ressaltar que muitos dos potenciais figuram como características opostas às apresentadas pelos conflitos, porém não devem ainda ser encarados como uma solução imediata.

Com base na identificação dos potenciais bem como dos aspectos ambientais mais influenciados, foi realizado o detalhamento, objetivando o melhor entendimento da forma como atuam no contexto analisado. Desta forma tem-se:

01 – [P / T / I / A] Espaços amplos e sem semelhança com ambientes prisionais

Foram encontradas instituições que apresentavam características que diferiam das comumente encontradas em ambientes prisionais. Elas possuíam espaços mais abertos, grande quantidade de espaços verdes, uma setorização mais clara das atividades desenvolvidas, funcionando quase como uma mini-cidade, onde existe um local funcionalmente semelhante a uma casa, e distribuídos pelo terreno, locais para escolarização, oficinas, prática de esporte, prática religiosa e refeição.

Essa diversidade e a diferenciação do ambiente de realização das atividades diárias, quebra a sensação de estar o tempo todo limitado ao uso de um único espaço fechado.

Favorece também a criação de uma imagem institucional voltada para a sociedade e não para a punição. O distanciamento da imagem de espaço prisional gerado ou pela utilização de espaços que não foram construídos para esta finalidade ou pela utilização de ambientes mais abertos, já adequados aos novos preceitos, proporciona maior reconhecimento do ideal socioeducativo, tanto pelos adolescentes quanto pela sociedade em geral.

02 – [A] Boa relação exterior x interior

Percebeu-se que em instituições que apresentavam aberturas que possibilitavam a visualização do exterior na maioria dos ambientes de permanência, bem como possuíam o fluxo organizado de forma a transitar por ambientes fechados e abertos, favoreciam um melhor comportamento do adolescente.

Além disso, essa permeabilidade pode ser utilizada como estratégia para criar lugares de reflexão e restauração dentro dos ambientes mais usados, proporcionando uma vivência mais positiva dentro dos núcleos de alojamento.

03 – [A] Abundância de áreas verdes

Encontrada através da existência de jardins, canteiros, árvores, e áreas para hortas, sendo cuidadas em sua maioria pelos próprios adolescentes

Esse contato com o verde contribui para a restauração do equilíbrio emocional. Pode ser tanto visual, através de um jardim avistado de uma janela, quanto físico, por meio de jardins, hortas de acesso seguro aos adolescentes.

04 – [I / A] Uso mínimo de grades de ferro

O mínimo uso de grades de ferro proporciona uma quebra com o paradigma prisional, direcionando para a criação de uma nova imagem para essas instituições. Foi observado que nas instituições que tinham menor incidência do uso de grades, os adolescentes a reconheciam mais facilmente como um local de ajuda e segunda chance.

05 – [A] Diversidade de cores de revestimento externo

Foram encontradas instituições que utilizavam diferentes cores para identificar as diversas unidades que compunham o conjunto edificado.

O uso diversificado de cores tanto em ambientes externos como internos promove sensação de bem-estar no ambiente, funcionando também como estímulo positivo à ressocialização.

06 – [P / A] Mecanismos de acionamento de equipamentos (torneira, chuveiro, descarga, luz) internos ao ambiente

Em algumas instituições foram encontrados os mecanismos de acionamento de lâmpadas, torneiras, chuveiros e descargas próximos ao equipamento utilizado ou ao alcance do adolescente, permitido o seu controle. Não foram evidenciados atos de vandalismo, justificados pela estratégia pedagógica adotada com os adolescentes, bem como pela mínima conotação prisional.

07 – [P / A] Janelas localizadas a 1,10 do chão, de dimensão adequada para iluminar e ventilar o ambiente e com mecanismos seguros de acionamento que permitem o controle do conforto lumínico e térmico do ambiente

A existência de janelas que possibilitam a relação visual do adolescente com o exterior, melhora a relação com o ambiente interno, diminuindo a sensação de enclausuramento e aprisionamento.

A existência de dispositivos de controle das condições ambientais inseridos no próprio corpo da janela contribui para melhorar as condições de higiene e adequação do ambiente, bem como reduz a necessidade de utilizar luz artificial durante o dia.

08 – [A] Pontos de luz localizados no teto, e em quantidade suficiente para iluminar adequadamente o ambiente

Esta condição foi encontrada em alguns dos ambientes, confirmando a realização de atividades de leitura e jogos no início da noite, beneficiando o processo de ressocialização

09 – [P / A] Condições de uso adequados do banheiro e do quarto

Foram encontradas três configurações que permitiam o uso adequado do banheiro, resguardando a privacidade dos adolescentes.

- **Modelos DBC1 ao DBC4¹⁵:** Quarto coletivo com banheiro, sendo este separado do quarto por paredes que vão até o teto, configurando um ambiente isolado do quarto, apesar de estar contido dentro do seu perímetro. No caso, o fato de existir parede alta não pareceu refletir negativamente nas questões de segurança;
- **Modelos D1 / B1¹⁶:** Quarto coletivo sem banheiro, sendo este localizado em ambiente distinto e de uso coletivo. Possui elementos de uso simultâneo, como duas pias, e divisórias isolando parcialmente as áreas destinadas ao banho e bacia sanitária.
- **Modelo DB2¹⁷:** Quarto individual, com o banheiro localizado no fundo do ambiente, próximo à abertura da janela externa, localizada no alto da parede, e separado do quarto por uma mureta de aproximadamente 1,50m.

10 – [P / A] Restrição no acesso visual de outros quartos

Foram encontrados quartos dispostos lateralmente, ou em semi-círculo, voltados ou para uma circulação ou para a sala de TV, sem confrontar outros quartos.

¹⁵ Ver apêndice 05.

¹⁶ Idem anterior.

¹⁷ Idem anterior.

Essas disposições evitam que os adolescentes tenham contato visual, garantindo certa privacidade, sem prejuízo da segurança.

11 – [P / A] Porta de metal com visor

Essa tipologia de porta foi encontrada em substituição às grades, em alguns dos ambientes. Proporciona maior privacidade dos usuários e confere controle do conforto térmico e acústico dos ambientes.

12 – [P / T / I / A] Mobiliário solto do chão

Foi verificada que na maioria das salas de aula/oficinas, são utilizados mobiliários convencionais, como carteiras escolares, conjunto mesa/cadeira para aluno e professor. A utilização de mobiliário solto promove uma melhor adequação às variadas tarefas que podem surgir no decorrer do período de uso. Nesses espaços, ficou claro que o controle do comportamento do adolescente se dá pela intensa supervisão dos socioeducadores.

13 – [P / A] Mesa de apoio para atividade de escrita ou leitura dentro do quarto

Foram encontradas mesas construídas em concreto, acompanhadas de banco de mesmo material dentro de quartos coletivos. Esse equipamento adicionado ao quarto permite um acréscimo de qualidade ao uso do ambiente, pois funciona como superfície para realização de estudos, jogos, e como suporte para objetos pessoais.

4.4 – SOBRE ADAPTAÇÕES AMBIENTAIS:

Quanto um ambiente não oferece as condições mínimas necessárias para o seu uso, o indivíduo realiza adaptações para torná-lo apto às suas necessidades.

Durante o estudo, verificou-se a recorrência de algumas adaptações feita pelos adolescentes nos espaços analisados. Essas adaptações podem fornecer pistas sobre quais elementos estão faltando no ambiente, o que existe de desnecessário e até conflitante.

São elas:

a) Varais de estender roupas localizados dentro do quarto: a criação de varais através da negociação entre adolescente e socioeducador para permitir a fixação de cordas nas paredes para estender roupas dentro do quarto, evidencia a falta de local adequado para tal, próximo do olhar do adolescente, garantindo certa segurança do parco patrimônio.

A utilização do quarto para esta atividade cria um ambiente bagunçado, interferindo na auto-imagem e principalmente na segurança de seus usuários.

b) Panos pendurados nas janelas voltadas para a circulação: foram encontrados sobre aberturas que separam o banheiro da área de circulação interna. É utilizado obviamente para limitar o acesso visual ao banheiro, numa tentativa de conseguir maior privacidade. Funciona também para promover melhor conforto térmico na utilização do chuveiro isolando, mesmo que precariamente, das correntes de ar.

c) Espaços para guardar objetos pessoais improvisados: aos adolescentes é permitido manter alguns objetos de uso pessoal, como sabonetes, escova de dente, pasta, algumas peças de roupa e sapato dentro do alojamento. Por não encontrarem espaços mais adequados, são criadas estratégias que podem comprometer o uso do quarto e ocasionais conflitos, como a utilização de toalhas estendidas no chão ou caixas de sapatos colocadas a frente da cama. Quando o espaço é ainda mais restrito, os objetos são organizados sobre a cama, dificultado o uso durante a noite.

d) deslocamento dos colchões para a sala de TV: foi observado na maioria dos ambientes voltados a este fim. Essa estratégia visa melhorar o conforto na utilização do espaço ou complementar os equipamentos existentes (em geral bancos de concreto) no caso da inexistência de assentos em quantidade suficiente para os usuários.

4.5 – SOBRE OS SISTEMAS DE SEGURANÇA

Além da identificação dos elementos expostos acima, fez-se necessário também o entendimento de algumas estratégias de segurança identificadas nas instituições analisadas. As questões relativas à segurança dessas instituições são de grande importância, pois é através dela que a rotina das atividades de ressocialização pode ser

garantida. Devem, pois, serem estudadas de forma mais aprofundada da que será tratada nesta pesquisa. Não se pode esquecer que o adolescente se encontra internado contra sua vontade, portanto serão grandes as tentativas de fuga ou de rejeição dos procedimentos socioeducativos adotados.

Porém tanto o Estatuto, quanto a SINASE deixam claro que os elementos de segurança têm a função apenas de conter o adolescente e não podem figurar com meio de opressão ou humilhação, devendo ser entendidos como instrumentos de proteção para o adolescente.

O que se fará a seguir é apenas um relato sobre as medidas encontradas fazendo uma breve análise dos efeitos sobre os aspectos ambientais estudados.

A segurança é feita através do monitoramento vinte quatro horas por dia dos internos pelos socioeducadores, por meio de um sistema que coordena todas as atividades e movimentos de cada adolescente. A este não é permitido se deslocar fora da área do alojamento sem a companhia de um socioeducador. Existem também, equipes destinadas ao acompanhamento das atividades internas ao alojamento.

Cinco estratégias ambientais de controle e segurança foram percebidas:

- a) Uso de grades, adotadas pela sua resistência e possibilidade de deixar visível o interior do ambiente;
- b) Uso dos materiais resistentes à quebra e fogo, para reduzir danos à estrutura e risco de ferimento ao interno ou socioeducador;
- c) Louças sanitárias cobertas por concreto, para evitar a quebra dos equipamentos e o uso dos cacos como arma;
- d) Luminárias e chuveiros embutidos na laje e protegidas por grade para evitar o acesso, a quebra e o uso como armas;
- e) Utilização apenas de um cano para saída de água, em substituição de chuveiro e torneira, de novo para diminuir a possibilidade de criação de armas brancas.

Essas estratégias afetam principalmente a imagem da instituição (que parece “desprezar” o espaço e por extensão o próprio interno), e de auto-imagem (por estimular a idéia de que o adolescente “não merece” algo melhor), interferindo diretamente no processo socioeducativo.

- **Considerações finais sobre o enfoque fenomenológico.**

A análise dos dados pelo viés fenomenológico deixou claro os elementos de configuração arquitetônica que podem prejudicar ou potencializar o processo de ressocialização, se mostrando de grande ajuda para o aprofundamento do entendimento da relação estabelecida entre o adolescente e o ambiente institucional.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES

O presente trabalho espera representar um avanço no entendimento da dinâmica do uso dos espaços de instituições de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei. Através da proposta de um estudo que levou em conta a análise de questões voltadas para a interpretação subjetiva desses espaços pelos seus principais usuários, os adolescentes, pôde-se avançar um pouco mais sobre um campo que até hoje tem sido pouco explorado dentro da arquitetura socioeducativa, cuja definição ainda está sendo moldada face às novas propostas de tratamento desses adolescentes.

Ao reconhecer a importância do efeito do contexto espacial na estruturação das relações sociais e comportamentos, direcionando a avaliação da relação dos adolescentes com o ambiente institucional através de um viés fenomenológico, pôde-se desenvolver um aprofundamento de questões que já vinham sendo discutidas pelas demais áreas de conhecimento envolvidas no tratamento desses adolescentes, como direito, psicologia, assistência social, direitos humanos, mas que ainda não tinham sido avaliadas de forma sistemática dentro do campo arquitetônico.

As duas perguntas formuladas como ponto de partida para a pesquisa caminharam na direção de tornar evidente a necessidade de encontrar uma nova tipologia para abrigar um modelo de ressocialização que vem se mostrando mais eficiente do que os aplicados anteriormente, baseados unicamente na punição muitas vezes física, dos internos.

Os métodos utilizados para o desdobramento dessas questões se mostraram eficientes e satisfatórios, uma vez que permitiram:

A) Através da construção do referencial teórico, conhecer a evolução do pensamento socioeducativo, proporcionando o reconhecimento dessa mudança no paradigma do tratamento dos adolescentes em direção à promoção de alterações de valores sociais e comportamento, se afastando de um processo meramente punitivo e de exclusão. Juntamente com o entendimento das relações Pessoa-Ambiente, levando em conta as peculiaridades dos espaços institucionais, foi possível elencar os aspectos dessa relação que deveriam ser considerados na avaliação dos ambientes em questão e que poderiam de alguma forma, contribuir para a melhoria dos trabalhos de ressocialização;

B) Através do estudo de caso, conhecer a realidade dessas instituições, e da relação que os adolescentes internados estabelecem com elas. O conjunto de métodos e técnicas utilizados se mostrou apropriado para o levantamento da diversa gama de dados necessários para uma interpretação que levasse em conta a opinião dos usuários. Dessa forma, destaca-se que:

- As **entrevistas com grupos focais** foram importantes para promover a aproximação com o adolescente, dentro do próprio espaço institucional e observar seu comportamento durante a realização do procedimento. Foi fundamental para compreender a relação que os adolescentes estabeleciam com as diversas tipologias analisadas, tornando evidente a influência da configuração espacial no estado psicológico do interno, bem como na criação de uma imagem mais positiva ou negativa do processo de socialização;
- Com as **entrevistas realizadas com os diretores, socioeducadores e técnicos**, obteve-se um maior entendimento do processo de socialização e evidenciar os problemas enfrentados.
- A **caracterização física** dos espaços prioritários para o processo de ressocialização tornou possível estabelecer e confirmar, quais elementos poderiam ser a origem de conflitos ou potenciais arquitetônicos dos ambientes estudados.

Entende-se então que sua aplicação das diferentes estratégias foi essencial para compreensão do universo socioeducativo, na relação com a arquitetura que lhe dá suporte.

Dessa forma, ficou evidente que a qualidade do espaço oferecido exerce forte efeito sobre os adolescentes internados, afetando o estado psicológico e comportamento. Na diferença de resultados encontrados nos grupos focais ficou evidente que quanto mais perto essa arquitetura se encontra da imagem de um estabelecimento prisional, mais o adolescente sofre com sentimentos de revolta, depressão, falta de esperança, reforçando o seu auto-reconhecimento como um marginal perigoso, diminuindo as chances de vislumbrarem esse período na instituição como um aprendizado para uma nova vida, com novos valores e comportamentos.

Percebeu-se também que o adolescente se relaciona de duas formas com o espaço físico da instituição. Ou se apropria das parcelas espaciais (conjunto cama/mesa de cabeceira) destinadas a ele de forma a definir para si territórios particulares, que reflitam

suas aspirações e identidade, ou reagem negativamente sobre o espaço oferecido por meio de interferências que deterioram o meio, resultado do não-reconhecimento daquela espacialidade como algo, que momentaneamente pertence a ele.

Constatou-se que quanto mais particular o espaço se torna, maiores são as incidências dos conflitos arquitetônicos decorrentes da identificação de elementos arquitetônicos que possam ser associados a espaços prisionais. Essas características, aliadas à falta de mobilidade típica dessas instituições, dificulta a relação com o adolescente que passa a se comportar de forma mais agressiva.

O levantamento e a análise dos conflitos arquitetônicos foram importantes, pois permitiu perceber que a maioria dos problemas encontrados tem origem na discordância entre o projeto do espaço e proposta pedagógica adotada, bem como do desconhecimento das reais necessidades dos usuários dessas instituições, em termos de segurança e de estruturação da vivência dos espaços.

Os maiores problemas encontrados são resultados da adaptação de estruturas não pensadas para os fins socioeducativos, onde geralmente são encontrados elementos que promovem o enclausuramento dos espaços como forma de garantir a segurança mínima necessária. Dessa forma podem-se destacar, dentre a lista dos conflitos apresentada no capítulo anterior, características como:

- o uso excessivo de grades limitando os ambientes;
- o uso de aberturas, posicionadas em locais desfavoráveis para ventilação, iluminação e ligação visual entre exterior e interior dos ambientes;
- uso de materiais de acabamento e mobiliário inadequados, pouco resistentes, e em número insuficiente;
- a não observância dos aspectos ambientais identificados na pesquisa, como sendo inerentes ao ser humano, devendo ser, dentro do possível, levados em conta na configuração dos espaços.

Destaca-se que os elementos identificados como mais conflituosos são aqueles que promovem o enclausuramento dos espaços, e os relativos à privacidade, que dificultam a estruturação dos níveis de interação entre os adolescentes.

Claro que em se tratando de um ambiente de internação, já era de se esperar que esses aspectos figurassem como os mais prejudicados. Existe a necessidade de contenção do adolescente, que não ficaria na unidade por vontade própria; essa necessidade de

contenção entra em conflito com a nova política de atendimento que prima pela ressocialização através de meios que garantam maior mobilidade do adolescente dentro do espaço físico da instituição. Esta aparente contradição permanecerá até que se encontre a correspondência adequada entre os programas pedagógicos praticados e as soluções físico-construtivas adotadas, visando atender a uma mesma política de ressocialização, mais atenta às necessidades do adolescente.

No âmbito das instituições visitadas, a identificação dos potenciais evidenciou estratégias espaciais que já vêm sendo adotadas com sucesso, podendo indicar o caminho que deve ser seguido para a formulação de uma arquitetura que facilite a ressocialização.

Os elementos potencializadores desse processo que merecem destaque são aqueles que permitem a desvinculação do ambiente prisional como:

- o menor uso de barras de ferro como alternativa de isolamento dos ambientes;
- uma relação mais adequada entre os espaços internos e externos dentro da instituição, principalmente nos locais de maior permanência;
- a disponibilidade de espaços multifuncionais que realmente permitam diferentes apropriações simultâneas para execução de tarefas diversas;
- e principalmente, espaços que forneçam condições de salubridade e habitabilidade.

O processo de identificação dos conflitos e potencialidades foi essencial para a identificação dos elementos de projeto que podem vir a se mostrar mais apropriados para qualificar positivamente os ambientes de internação. Esses elementos que serão relatados a seguir não devem ser encarados como diretrizes espaciais a serem adotadas, mas sim como pontos que devem ser levados em conta na hora de conceber essas arquiteturas. São eles:

1) Criação de vínculos de confiança entre adolescentes e agentes do processo socioeducativo:

É necessária a criação de espaços que atuem como locais de identificação positiva para o adolescente, capazes ajudar na reconstrução do seu eu; ambientes percebidos como seguros e que denotem a preocupação da instituição para com a recuperação do adolescente, como forma de estabelecer importantes vínculos de confiança entre os internos e os agentes do processo socioeducativo.

2) Observação de elementos de segurança adequados à nova política de ressocialização:

Os elementos que garantem a segurança figuram como peça chave para a estruturação dessa relação de confiança, garantindo a condução adequada das atividades socioeducativas.

Para o pleno desenvolvimento dos procedimentos pedagógicos de ressocialização, verificou-se que escolha por uma arquitetura que apresente uma maior segurança externa da instituição, no sentido de impedir evasão ou invasão dos seus limites pelo ou para o meio aberto (a cidade), é a solução para possibilitar a utilização de um nível de contenção menor nas áreas internas.

Sugere-se adotar um sistema progressivo de segurança que vá do meio mais privativo para o meio mais externo das unidades, como exemplificado na Figura 14. Além disso, deve-se levar em conta a necessidade de cada nível ser dotado de alguma estrutura que possibilite o seu isolamento das demais áreas da instituição.

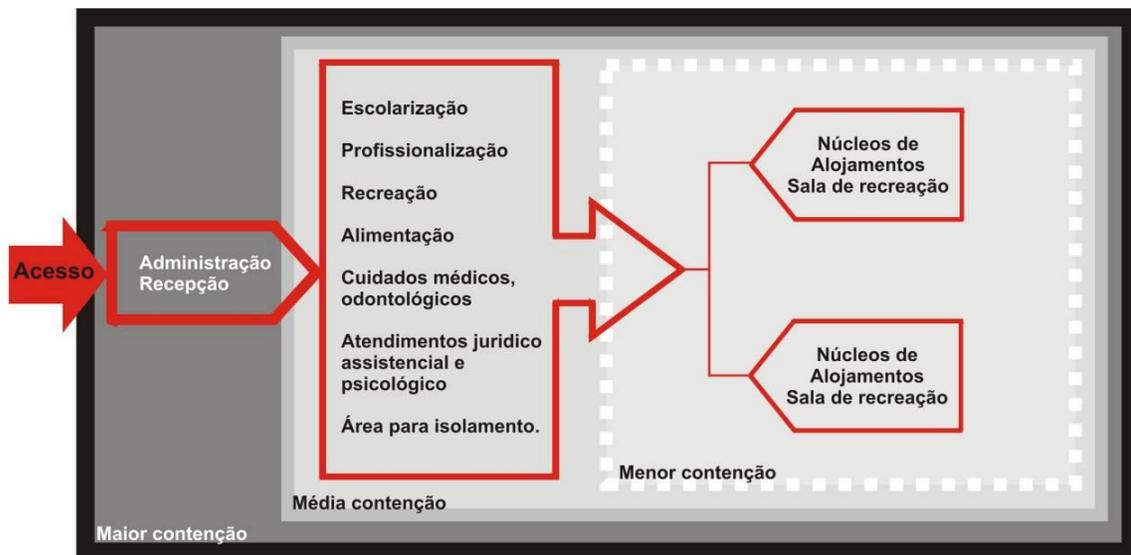


Figura 14: graduação dos níveis de contenção ideais. De acordo com o novo modelo visando socialização.

A organização dos espaços deve assegurar que os adolescentes não tenham nenhuma forma de contato visual, a partir dos ambientes mais privativos e de maior permanência, com o entorno imediato da instituição, como forma de evitar comunicações externas ou a compreensão da organização diária dos procedimentos administrativos que dão suporte ao processo socioeducativo, entendidos como horário de entrada e saída de

funcionários, periodicidade do recebimento de materiais, alimentos, posicionamento do policiamento externo.

3) Observar as necessidades espaciais dos usuários:

A pesquisa levantou uma série de necessidades espaciais advindas das relações Pessoa-Ambiente determinadas pelos aspectos ambientais utilizados no estudo. Dessa forma, os ambientes de maior permanência dos adolescentes, devem oferecer condições para satisfazer as necessidades relativas à:

- **Privacidade** mínima no uso de equipamentos como vaso sanitário, chuveiro, bem como a possibilidade de regular o nível de interação com os demais adolescentes, podendo optar por momentos de reserva, mesmo estando em ambientes coletivos com salas de televisão;
- Reestruturação da **Identidade** do adolescente, trazendo-a para longe da imagem de marginal, observando para isso, não a despersonalização do mesmo para a adoção de uma identidade comum a todos na instituição. Deve ser dada a possibilidade de que, através da apropriação de espaços determinados para cada um deles, eles possam se identificar como parte de uma estrutura maior que servirá de respaldo para a construção de uma nova identidade pessoal, diferente da marginalizada;
- Possibilidade de apropriação de **Territórios**, representados por parcelas mínimas que podem ser estruturadas pela organização espacial da instituição, mas que figurem como um universo que pode ser defendido e identificado como pertencente a um determinado adolescente, como forma de permitir que ele consiga estruturar sua vivência com a nova espacialidade utilizada, bem como com os demais usuários;
- Garantia de que é possível regular os níveis de contato com o seu **Espaço Pessoal**, evitando invasões indesejadas, como forma de evitar reação de despersonalização, o que poderia levar a atitudes agressivas indesejáveis;
- Observar as características referentes à qualidade da **Ambiência** apresentada pelos espaços, atentando para o uso de cores vivas, possibilidade de controle térmico, lumínico e acústico, o uso de materiais, revestimentos e mobiliário adequados às atividades desenvolvidas, bem como às características físicas dos usuários.

5.1 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Não foi objetivo dessa pesquisa, criar sugestões de espacialização que pudessem solucionar os conflitos identificados. O que se procurou foi aprofundar no entendimento de quais elementos devem ser levados em conta na hora de se projetar ambientes voltados para a socioeducação de adolescentes em conflito com a lei.

Vale ressaltar que a realidade apresentada nos estudos de caso é referente ao dado momento, com um determinado grupo de indivíduos e que, por conta disso, pode sofrer alterações. Avaliar o comportamento humano é tarefa difícil, e deve ser levado em conta que a alta rotatividade dos adolescentes, como dos funcionários, faz com que as relações interpessoais, que afetam o comportamento assim como o ambiente, sofram alterações que não puderam ser levadas em conta neste trabalho, devido seu tempo de execução.

Porém esse fator serve apenas de ressalva para enfatizar que pesquisas qualitativas com esse tipo de abordagem deveriam ser práticas regulares como forma de garantir a constante renovação das informações necessárias para uma melhor estruturação das políticas de atendimento do adolescente em conflito com a Lei.

A realização desta pesquisa deixou evidente que, para se trabalhar com arquitetura socioeducativa, deve-se, além de possuir um olhar técnico atento às questões programáticas, estruturais e construtivas, ser capaz de considerar toda a gama de relações subjetivas que são estabelecidas durante o processo de socialização e que vão afetar da mesma forma que são afetadas, a internação do usuário com o ambiente.

Percebeu-se que a promoção de relações de privacidade, territorialidade, espaço pessoal, identidade e ambiência adequadas, podem ser peças fundamentais para o estabelecimento de formas sadias de apropriação do espaço institucional, contribuindo para que o adolescente se sinta parte de um processo socializador que o enxerga como um ser humano capaz de construir pra si um futuro longe da criminalidade.

Por fim, ficou claro que existe a necessidade de que a arquitetura favoreça um trabalho preventivo com relação aos possíveis momentos de conflito, muito comuns nesse tipo de instituição, atuando no sentido de favorecer o trabalho dos socioeducadores, mas sem prejudicar os procedimentos junto aos adolescentes.

Constatou-se que, perante a legislação estudada, o único direito do qual o adolescente está privado é a convivência com o meio social aberto, sendo resguardada uma série de outros direitos, entre eles o tratamento humano, voltado para a educação em detrimento à punição. Ficou claro também, que se por um lado os adolescentes possuem uma série de direitos, que direcionam para uma arquitetura mais aberta, menos opressiva,

existe também a real necessidade da contenção ou manutenção dos adolescentes no ambiente institucional, uma vez que eles foram encaminhados contra a vontade e muitos deles demoram a compreender a importância que a permanência nas instituições pode ter para a sua vida futura longe da criminalidade.

Ficou confirmada a existência de disparidade conceitual provocada pela falta de revisão nos princípios norteadores de projeto. Existe ainda o reconhecimento de certas soluções arquitetônicas, notoriamente ultrapassadas, como únicas soluções, fato este, gerado provavelmente por limitações orçamentárias para investir em pesquisas, protótipos, e reestruturações mais profundas em edificações criadas para abrigar uma parcela da população que é reconhecidamente desconsiderada pela sociedade.

Deve-se ainda fazer um breve comentário sobre a necessidade de uma modificação no pensamento da sociedade em relação a esses jovens e os programas de ressocialização, completamente desacreditados. Uma revisão tipológica, que permitisse maior visibilidade de como acontece esse processo de ressocialização facilitaria um reconhecimento social da validade dos procedimentos, bem como da recuperação do adolescente, facilitando a sua reinserção na sociedade.

Finalmente, ressalta-se que a solução deve caminhar na direção de se encontrar o ponto de equilíbrio entre os direitos dos adolescentes internados e as estratégias de contenção e organização adequadas para a manutenção da ordem necessária ao desenvolvimento das atividades diárias dentro da instituição, bem como na disponibilização de uma estrutura que permita a integração da sociedade como co-participante deste processo.

5.2 – RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Ainda existe muito a ser discutido sobre a questão dos espaços destinados à socioeducação de adolescentes em conflito com a Lei, de forma que o assunto está longe de ser esgotado com os resultados obtidos nesta pesquisa de mestrado. Faz então necessária a sugestão das seguintes investigações relacionadas ao tema:

- Aprofundamento da análise das relações Pessoa-Ambiente estabelecidas nos demais ambientes dessas instituições como forma de completar a avaliação, considerando também os demais usuários omitidos nesta pesquisa;

- Criação de checklist a partir dos conflitos e potencialidades levantados como forma de identificar as necessidades de reforma de instituições já existentes;
- O desenvolvimento de estudos que permitam a elaboração de um instrumento efetivo de controle de qualidade dos espaços oferecidos que leve em conta não apenas dados dimensionais e programáticos, mas conteúdos subjetivos como os abordados nesta pesquisa;
- Aplicação de estudos semelhantes em instituições de comprovado sucesso na reabilitação dos adolescentes em conflito com a lei para verificar as diferenças espaciais apresentadas e seus efeitos sobre os usuários.
- Desenvolvimento de pesquisas que levantem as características arquitetônicas de instituições semelhantes em outras partes do mundo;
- Produzir pesquisas de teor mais longitudinal avaliando o desenvolvimento dos processos de ressocialização ao longo do período de uso das edificações, tendo como base os resultados alcançados com os egressos.

BIBLIOGRAFIA

ABARCA, Amalio Blanco. El Estrés Ambiental. In BURILLO, Florencio Juménez, ARAGONÉS, Juan Ignacio (org.). **Introducción a La Psicología Ambiental**. Madrid, Editora Alianza, 1991. p. 111-111

ALMEIDA, Maristela Moraes de. **Análise das Interações entre Homem e o Ambiente – estudo de caso em agência bancária**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

ALMEIDA, Maristela Moraes de. **Da Experiência Ambiental ao Projeto Arquitetônico: um estudo sobre o caminho do conhecimento na arquitetura**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1973

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Trad. Marco Estevão e Renato Aguiar. 3ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BINS ELY, Vera Helena Moro. **Avaliação de Fatores Determinantes no Posicionamento de Usuários em Abrigos de Ônibus a Partir do Método da Grade de Atributos**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

BINS ELY, Vera Helena Moro, BENAMY, Turkienicz, GONTIJO, Leila, VOYÉ. Integração das Diretrizes Energéticas no Processo de Concepção Arquitetônica. In: RIO, Vicente del; DUARTE, Cristiane Rose; RHEINGANTZ, Paulo Afonso, (org.) **Projeto do lugar colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ PROARQ, 2002, 392p.

BINS ELY, Vera Helena Moro, OLIVEIRA, Elena Maria Duarte, SAVI, Aline Eyng, AMBONI, Juliano Darós. **A Percepção e o Comportamento dos Jovens em Instituição de Internação – Um estudo de caso**. Anais do XI Encontro Nacional e V Encontro Latino Americano de Conforto no Ambiente Construído. Ouro Preto, Minas Gerais, 2007.

BINS ELY, Vera Helena Moro, SAVI, Aline Eyng, OLIVEIRA, Elena Maria Duarte, AMBONI, Juliano Darós. **Estudo Ergonômico em Centro de Internação de Adolescentes Infratores**. Anais do 7º Ergodesign - &º Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces Humano-Tecnologia: Produtos, Informação, Ambiente Construído, Transporte. Balneário Camboriú, Santa Catarina, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério da Saúde, 1990.

CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília, 2006.

CRUZ, Roberto Moraes, ALCHIERI, João Carlos, JUNIOR, Jamir J. Sardá. **Avaliação e Medidas Psicológicas: Produção do conhecimento e da intervenção profissional**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

DAUFEMBACK, Valdirene. **Condições de Aprisionamento e Condições de Aprendizagem de Encarcerados**. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-graduação em Psicologia, UFSC: Florianópolis, 2005.

DEMARTINI, Juliana. **Contribuições Arquitetônicas para Centros de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi)**. Dissertação de Mestrado: PósARQ, UFSC: Florianópolis, 2007.

DOMÉNECH, Serafin Mercado. Evaluacion de Ambientes Institucionales uma Perspectiva Cognoscitiva. *In* MARTÍNEZ, Javier Guevara, DOMÉNECH, Serafin Mercado. **Temas Seletos de Psicologia Ambiental**. Fundación Unilibre, XXXx

FISCHER, Gustave-N. **Psicologia Social do Ambiente**. Trad. Armando Pereira da Silva. Instituto Piaget, Lisboa: Editora SIG – Sociedade Industrial Gráfica Ltda, 1994.

Fundação do Bem-Estar do Menor: **Política Nacional do Bem-Estar do Menor**. 1964.

GIFFORD, Robert. **Environmental Psychology. Principles and Practice**. Massacgussetts: Allyn and Bacon Inc., 1987.

GIULIANI, Maria Vittoria. O lugar do apego nas relações pessoa-ambiente. *In*TASSARA, Eda T. de Oliveira, RABINOVICH, Elaine Pedreira, GUEDES, Maria do Carmo (eds). **Psicologia e Ambiente**. São Paulo: EDUC –Editora da PUC-SP, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Manicomios, prisões e conventos**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOMES, Romeu. A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa, in MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 24ª Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1994.

GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura**. Trad. Berta Waldman-Villá e Joan Villá. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975.

HALL, Edward T. **A Dimensão Oculta**. Trad. Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

ITTELSON, William H.; PROSHANSKY, Harold M.; RIVLIN, Leane G.; WINKEL, Gary H.. **An Introduction to Environmental Psychology**. New York: David Dampsey Editorial Associate, 1974, 406p.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 2ª São Paulo: Ed. Editora Atlas, 1990.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da cidade**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

MALARD, Maria Lucia. **Brasilian Low Cost Housing: interactions and conflicts between residents and dwellings**. Tese de doutorado apresentada ao Department of Architectural Studies: University of Sheffield, 1992.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa,**

elaboração, análise e interpretação de dados. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. Atlas, 1990.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção.** Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Ed: Martins Fontes, 1999.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Diretrizes para Elaboração de Projetos e Construção de Unidades Penais no Brasil.** Brasília – DF, 1995.

MOORE, Gary T. Estudos de Comportamento Ambiental. *In* SNYDER, James C., CATANESE, Anthony. **Introdução à Arquitetura.** Rio de Janeiro: Campus, 1984. Trad.: Heloise Frederico.

MOSER, Gabriel. **A Psicologia Ambiental: Competência e Contornos de uma Disciplina. Comentários a Partir das Contribuições.** *Psicologia USP*, 16(1/2), 279-294.

NETO, Otávio Cruz. **O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação.** *In* Minayo, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 24^a Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1994.

NETTO, J.Teixeira Coelho. **A Construção do Sentido na Arquitetura.** 5^a edição, São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

OKAMOTO, Jun. **Percepção Ambiental e Comportamento: Visão holística da Percepção Ambiental na Arquitetura e na Comunicação.** São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

OLIVEIRA, Aíla Seguin Dias Aguiar de. **Acessibilidade Espacial em Centro Cultural: Estudo de Casos.** Dissertação de Mestrado: PósARQ, UFSC: Florianópolis, 2006.

OLIVEIRA, Elena Maria Duarte de. **Centro de Apoio ao Adolescente Infrator.** Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federa de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2004.

ORNSTEIN, Sheila, BRUNA, Gilda, ROMÉRO, Marcelo. **Ambiente Construído e Comportamento: avaliação pós-ocupação e qualidade ambiental.** São Paulo: Nobel: FAUUSP: FUPAM, 1995.

PERON, Erminiela. Preferencias Ambientales y Capacidad restauradora de los Lugares, *in* MIRA, Ricardo Garcia, CAMESELLE, José M., MARTINEZ, José Romay. **Psicología y Medio Ambiente: aspectos psicosociales, educativos y metodológicos.** Unidad de Investigación persona-Ambiente – Universidad de Santiago de Compostela, 2002.

QUEIROZ, José J. (coord). **O Mundo do Menor Infrator.** São Paulo: Cortez Editora, 1964.

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Trad. João Minhoto Marques e Maria Amália Mendes. Lisboa: Editora Gradiva, 1992.

REHAL, Saddek. **Word and Images for exploration and communication of concepts in the early stages of the design task.** Proceedings of the Participatory Design Conference, 2002.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness.** London: Pion Limited, 1980.

SANTOS, Ana Lúcia Vieira dos, DUARTE, Cristiane Rose. Casas invivíveis: um estudo dos espaços da população de rua do Rio de Janeiro. In: **Projeto do Lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/PROARQ, 2002.

SOMMER, Robert. **Espaço Pessoal: as bases comportamentais de projetos e planejamentos**. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: EPU, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

SZÜCS, Carolina Palermo (org). **Recomendações e alternativas para novos projetos de habitação popular a partir da avaliação das interações entre usuário e moradia**. Relatório final de pesquisa. FINEP/BID, Florianópolis, 1999.

TRINDADE, Jorge. **Delinquência Juvenil: compêndio transdisciplinar**. 3ª Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2002.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Editora Difel, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Editora Difel, 1980.

VIDAL, Tomeu y VALERA, Sergi. Privacidad y territorialidad. In: ARAGONÉS, J.I. y AMERICO, M. (coord) **Psicologia Ambiental**. PP. 123-148. Madid: Pirâmide.

Internet:

LIMA, Suzann Flávia Cordeiro de. **Arquitetura penitenciária: a evolução do espaço inimigo**. *Arquitextos* 059: Texto especial 299. Abril, 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/esp299.asp>>, Acesso em 29/01/2006.

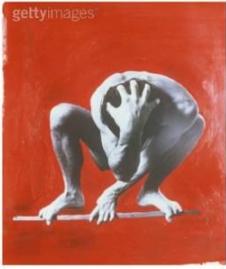
Nações Unidas. **Diretrizes de Riyadh – Princípios das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil (1990)**. Disponível em: <<http://www1.umn.edu/humanrts/instreet/j2ungpid.htm>>. Acesso em: maio/2007

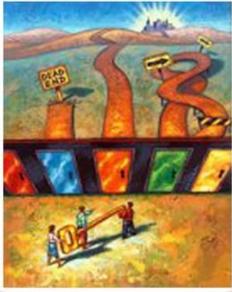
Nações Unidas. **JDL Rules – Regras das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade (1990)**. Disponível em: <http://www.unhchr.ch/html/menu3/b/h_comp37.htm>. Acesso em: maio/2007

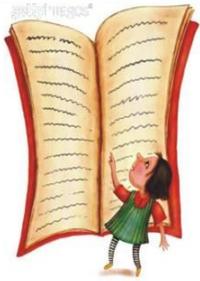
Nações Unidas. **Regras de Beijing – Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e Juventude(1985)**. Disponível em: <http://www.unhchr.ch/html/menu3/b/h_comp48.htm>. Acesso em: maio/2007

APÊNDICE 01 – IMAGENS GRUPO FOCAL

PERGUNTA 01

			
Luta	Depressão	Confinado	Estressado
			
Emudecido	Preso	Vigiado	Perdido
			
Preso	Manipulado	Desamparado	Controlado
			
Estressado	Despresado	Solidão	Estorvo

			
Liberdade	Preso	Preso	Escolhas
			
Atormentado	Tempo	Familia	Futuro
			
Caminho	Caminho	Liberdade	Acolhido
			
Julgado	Manipulado	Liberdade	Vergonha

			
Esperança	Esperança	Acolhido	Amigos
			
Futuro	Caminho	Chance	Liberdade
			
Oportunidade	Esperança	Esperança	Liberdade
			
Apoio	Apoio	Família	Esperança

PERGUNTA 02

			
Prisão	Casa	Escola	Prisão
			
Rejeição	Aprendizado	Aprendizado	Local de acolhimento
			
Local de reflexão	Local de cooperação	Profissionalização	Escola

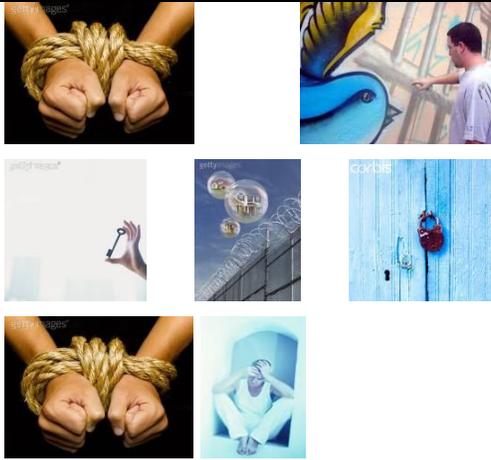
APÊNDICE 02 – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM GRUPO FOCAL

Roteiro da Entrevista com Grupo Focal	
Instituição	Ficha nº:
	Data:
Roteiro: 1 – Distribuir as imagens sobre uma mesa; 2 – Cada adolescente deve escolher três imagens que representem seu sentimento em relação ao fato de estar naquela instituição [relação com a instituição], e explicar o porquê da escolha; 3 – Cada adolescente deve escolher uma imagem que caracterize a instituição [imagem da instituição], e explicar o porquê da escolha.	
Observações:	

APÊNDICE 03 – SÍNTESE DO RESULTADO DOS GRUPOS FOCAIS:
SENTIMENTO DO ADOLESCENTE

SENTIMENTO DO ADOLESCENTE – INSTITUIÇÃO A - adaptada para o uso		
CATEGORIAS	DADOS DO GRUPO FOCAL	IMAGENS
POSITIVAS	<p>Sentimento de pertencimento</p> <p>União dos adolescentes Fizeram uma família Sente apoio dos técnicos e direção</p>	 
	<p>Reflexão</p> <p>Quando eu sair vou virar essa página e esquecer tudo que eu já fiz no passado Pensando na vida, momento pra refletir e ter uma segunda chance; Pai e mãe levando o filho- o que pretende depois de sair Momento de refletir o mal que causou pros outros;</p>	   
	<p>Perspectiva de futuro</p> <p>Pensa lá fora com a família, Esperança de vitória no final; Subir na vida, batalhar pra subir Final do tempo tem uma luz, boa; Escolhido por Deus pra mudar de vida; Sair e ter uma família;</p>	    
	<p>Desejo de liberdade</p> <p>To indo embora já, tem só um fiapo segurando eu aqui, Liberdade, quando eu sair, Ansioso pela liberdade, Portas pra abrir e fechar; Liberdade, um dia chega Ficar feliz que nem ele, livre;</p>	     
	<p>Ligação com o espaço da instituição</p> <p>Aqui dentro jogando futebol pra passar o tempo Diferença de centro internação e cadeia,</p>	

SENTIMENTO DO ADOLESCENTE – INSTITUIÇÃO A – cont.

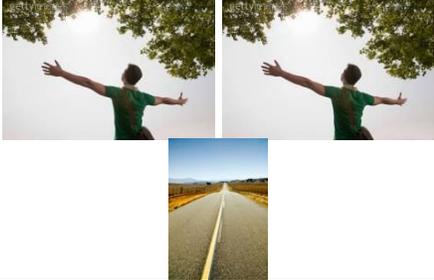
CATEGORIAS	DADOS DO GRUPO FOCAL	IMAGENS
NEGATIVAS	<p>É a mesma coisa que ta preso Passarinho preso na gaiola Preso, privado da liberdade Chave pra liberdade Preso, Tranca de aço, um dia cai, liberdade Preso; tranca Eu to preso,</p>	
	<p>Tranca dura Fica preso, na tranca;</p>	
	<p>Sente um bicho atrás da grade; Dentro da cela fica pensando coisa ruim; Vontade de botar fogo</p>	
	<p>Dentro da cela, sozinho, solitário Alojamento, passando a noite, pensando na vida, Aprendi a ler livro pra passar o tempo Pensativo, na dúvida Depressão, cheio de problema; Tempo demora a passar; O tempo não passa; esperando Jogando bola, para de pensar coisa ruim; Sente de mãos atadas- o dia que foi preso – é doloroso; ficar preso é ruim demais; Muita treta; Encontrou grade, tristeza, saudade; Atividade - o tempo passa rápido.</p>	

SENTIMENTO DO ADOLESCENTE – INSTITUIÇÃO A – cont.

	CATEGORIAS	DADOS DO GRUPO FOCAL	IMAGENS
NEGATIVAS	Ausência de autonomia	Manipula igual marionete, n pode fazer nada o que quer, Aqui dentro a gente ta na mão da justiça Tem que medir o que fala; Uma marionete do diabo – fora do controle da vida;	
	Saudade	saudade da família Lembrar de lá fora Saudade Saudade da família;	
	Ausência de privacidade	Sendo filmado 24, onde a gente vai tem gente filmando, Sente vigiado; La fora tem gente vigiando;	

SENTIMENTO DO ADOLESCENTE – INSTITUIÇÃO B - construída para o uso

	CATEGORIAS	DADOS DO GRUPO FOCAL	IMAGENS
POSITIVAS	Sentimento de pertencimento	Amizade	
	Reflexão	Caminho pro bem ou mal Duas saídas – uma boa outra ruim Escolha de caminho	
	Perspectiva de futuro	Nova chance Quer montar uma família Sair da vida errada Projeto de uma vida melhor, Tem esperança de conseguir a liberdade Desejo de ter uma família quando sair Tem esperança de conseguir sair;	

SENTIMENTO DO ADOLESCENTE – INSTITUIÇÃO B – cont.		
CATEGORIAS	DADOS DO GRUPO FOCAL	IMAGENS
POSITIVAS	Desejo de liberdade Quer a liberdade Quer liberdade Longo caminho pra trilhar até a liberdade	
	Ligação com o espaço da instituição Esporte – momento feliz Sente tranquilidade quando ta jogando bola.	
NEGATIVAS	Aprisionamento Preso Preso Preso – não tem como sair	
	Imobilidade Algemado pelas coisas que fazem	
	Revolta	
	Falta de perspectiva Escada pro céu – liberdade ou morte. Horas passam devagar Vê a liberdade mas não consegue alcançar, Aflito e triste dentro da cela – sozinho com os pensamentos Tempo não passa	
	Ausência de autonomia	-----
	Saudade	-----
	Ausência de privacidade Filmado, observado	

SENTIMENTO DO ADOLESCENTE – INSTITUIÇÃO C - uso provisório		
CATEGORIAS	DADOS DO GRUPO FOCAL	IMAGENS
POSITIVAS	Sentimento de pertencimento	<p>União faz a força</p> <p>Acolhido e incentivado a melhorar;</p> <p>Tranquilo com amigos nesta;</p> <p>Convívio positivo – muito diálogo;</p> <p>Acolhedor – galinha protegendo os pintinhos.</p> 
	Reflexão	<p>Vergonha</p> <p>A cabeça mudou bastante</p> <p>Envergonhado dos atos do passado</p> <p>Caminho bom - ruim –escolha;</p> <p>Fazendo força pra voltar atrás e fazer o bem;</p> <p>Insignificante perante Deus;</p> <p>Mudar a vida</p> 
	Perspectiva de futuro	<p>Lutar pra ganhar a vida</p> <p>Montar família</p> <p>Continuar a estudar;</p> 
POSITIVAS	Desejo de liberdade	<p>Vontade de ser livre</p> <p>Liberdade</p> <p>Chave para a liberdade</p> <p>Sente falta da liberdade;</p> 
	Ligação com o espaço da instituição	<p>Gosta de jogar bola</p> <p>Meu anjo me protegendo</p> <p>Jogar bola pra passar o tempo</p> <p>Não é cadeia</p> 
NEGATIVAS	Aprisionamento	<p>Preso</p> <p>Preso</p> <p>Quer ser livre</p> <p>Quer a liberdade</p> <p>Preso sem família</p> <p>Preso – quer a chave do portão lá de baixo</p> 

SENTIMENTO DO ADOLESCENTE – INSTITUIÇÃO C – cont.

	CATEGORIAS	DADOS DO GRUPO FOCAL	IMAGENS
NEGATIVAS	Imobilidade	Trancado Amarrado, sem poder fazer nada; Trancado Trancado Trancado	
	Revolta	Não querer obedecer as regras O lugar deixa nervoso	
	Falta de perspectiva	Depressão na cela, Depressão, pensando em estar lá fora O tempo demora a passar Se sente depressivo na cela Desespero Escada sem fim para a liberdade – desmotivado	
	Ausência de autonomia	Tem que seguir regras Boneco nas mãos dos agentes;	
	Saudade	Saudade da família	
	Ausência de privacidade	Vigiado Vigiado	

APÊNDICE 04 – SÍNTESE DOS RESULTADOS GRUPO FOCAL: IMAGEM DA INSTITUIÇÃO

IMAGEM – INSTITUIÇÃO A - adaptada para o uso		
CATEGORIAS	DADOS DO GRUPO FOCAL	IMAGENS
POSITIVAS	ESCOLA	 
	CASA	-----
	LOCAL DE AJUDA	<p>Mudança de vida Mudança de vida Mudança de vida Mudança de vida Esperança</p>    
NEGATIVAS	INFERNO	<p>Maldição</p> 
	PRISÃO	<p>To cercado, com arame farpado É que aqui nós ta preso sem poder sair, sem ver lá fora Escola fechada</p>     
	REJEIÇÃO	<p>Se fosse pra depender de nós esse lugar pegava era fogo Se fosse pra depender de nós esse lugar pegava era fogo Se fosse pra depender de nós esse lugar pegava era fogo A única coisa que presta aqui é a escola</p>   

IMAGEM – INSTITUIÇÃO B - construída para o uso

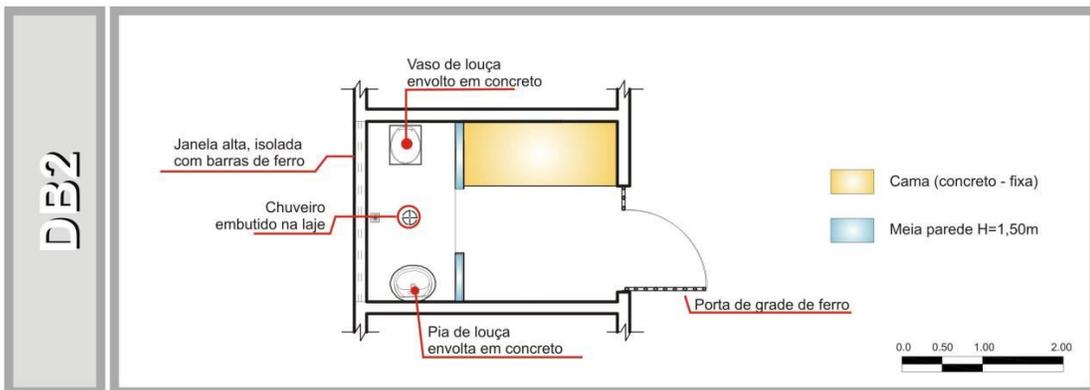
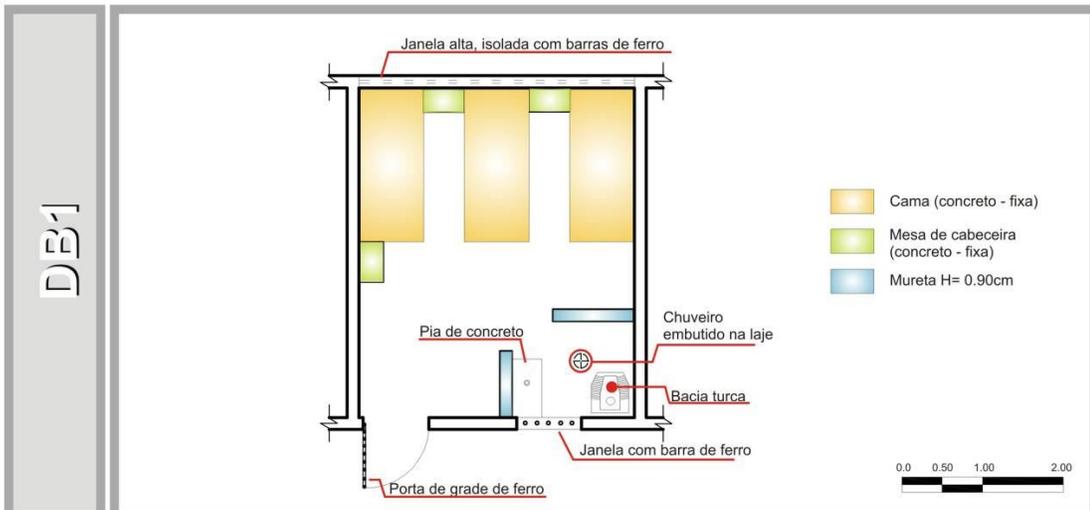
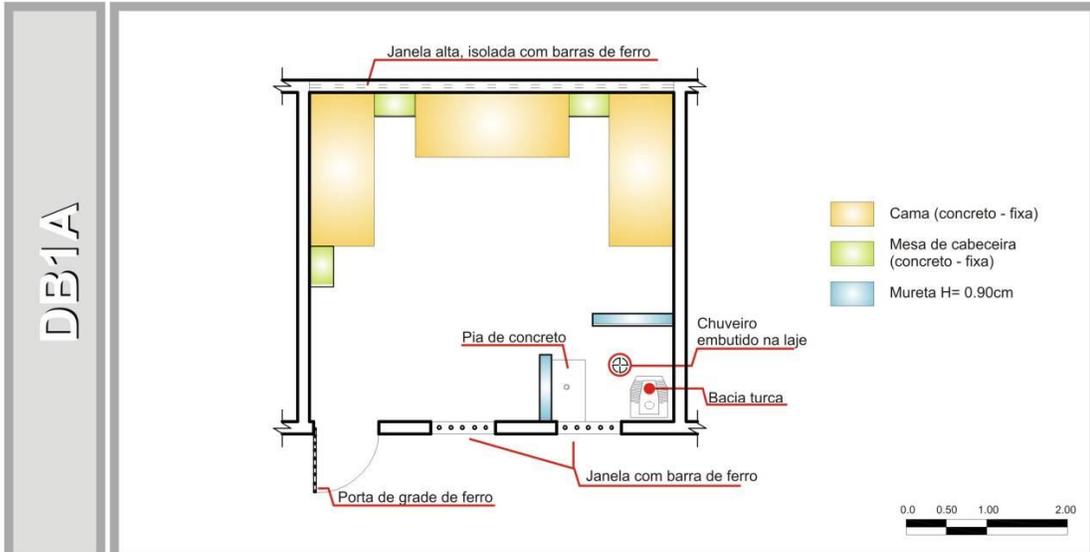
IMAGEM – INSTITUIÇÃO B - construída para o uso		
CATEGORIAS	DADOS DO GRUPO FOCAL	IMAGENS
POSITIVAS	ESCOLA Escola Aprender Aprende a conviver com as diferenças Convívio em grupo Pensar em mudar de vida	
	CASA -----	-----
	LOCAL DE AJUDA Ajuda / caminho Oportunidade Reflexão Ajuda Ajuda / trabalho em grupo	
NEGATIVAS	INFERNO -----	-----
	PRISÃO Cadeia é onde ele ta Centro de internação é o que ele vê na foto	
	REJEIÇÃO -----	-----

IMAGEM – INSTITUIÇÃO C - uso provisório

CATEGORIAS	DADOS DO GRUPO FOCAL	IMAGENS
POSITIVAS	<p>ESCOLA</p> <p>Escola de vida O caminho para uma profissão Escola Escola Escola</p>	   
	<p>CASA</p> <p>Família</p>	
	<p>LOCAL DE AJUDA</p> <p>Pensando nos problemas que você da passando Reescrevendo Local de ajuda Local de ajuda</p>	 
NEGATIVAS	<p>INFERNO</p> <p>Inferno De vez em quando inferno, Briga</p>	 
	<p>PRISÃO</p> <p>Passarinho dentro do ovo até estourar ou para o lado positivo ou negativo Passarinho engaiolado Preso</p>	  
	<p>REJEIÇÃO</p> <p>-----</p>	<p>-----</p>

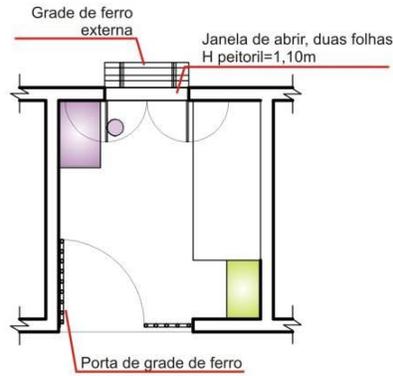
APÊNDICE 05 – TABELAS DOS CROQUIS DOS AMBIENTES

CROQUIS - conjunto dormitório/banheiro



CROQUIS - conjunto dormitório/banheiro

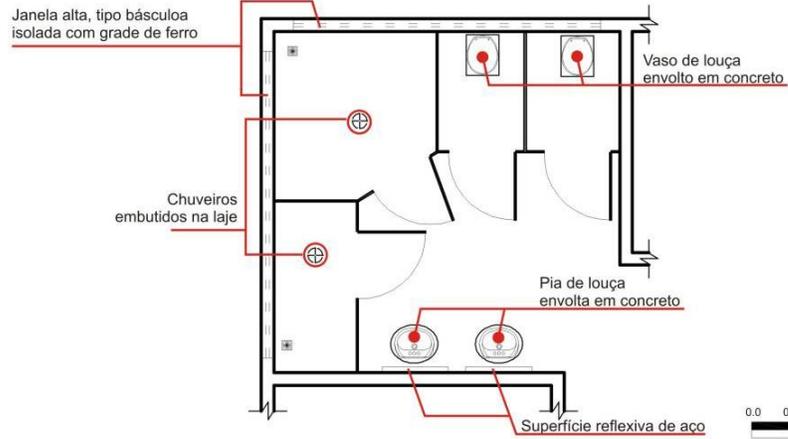
D1



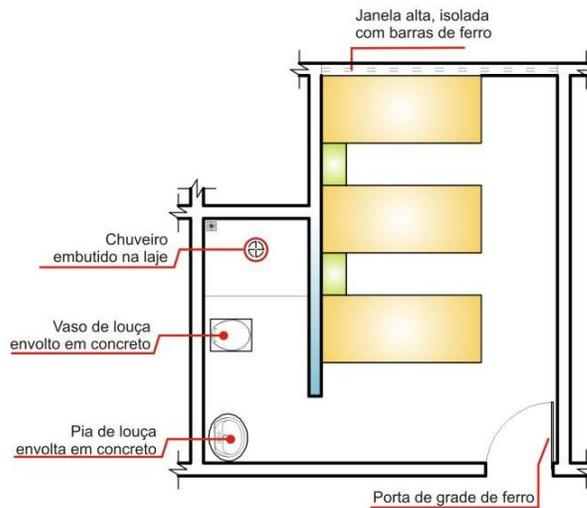
- Cama (concreto - fixa)
- Prateleiras (concreto - fixa)
- Mesa de estudos



B1



DBC1

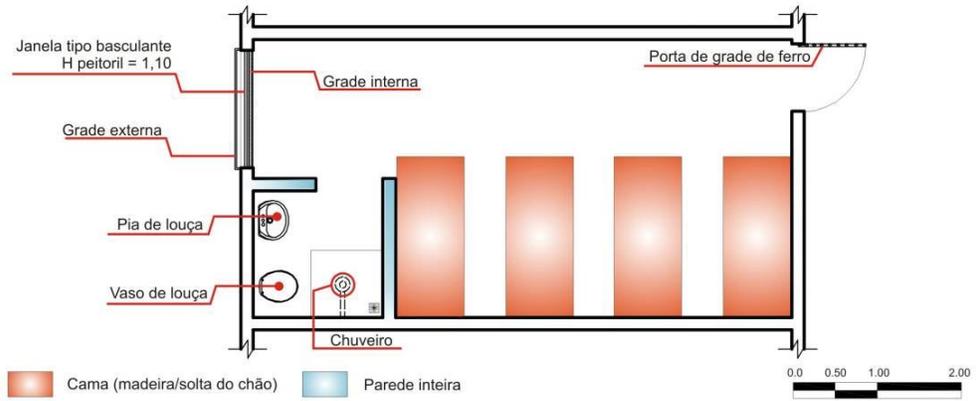


- Cama (concreto - fixa)
- Prateleiras (concreto - fixa)
- Parede inteira

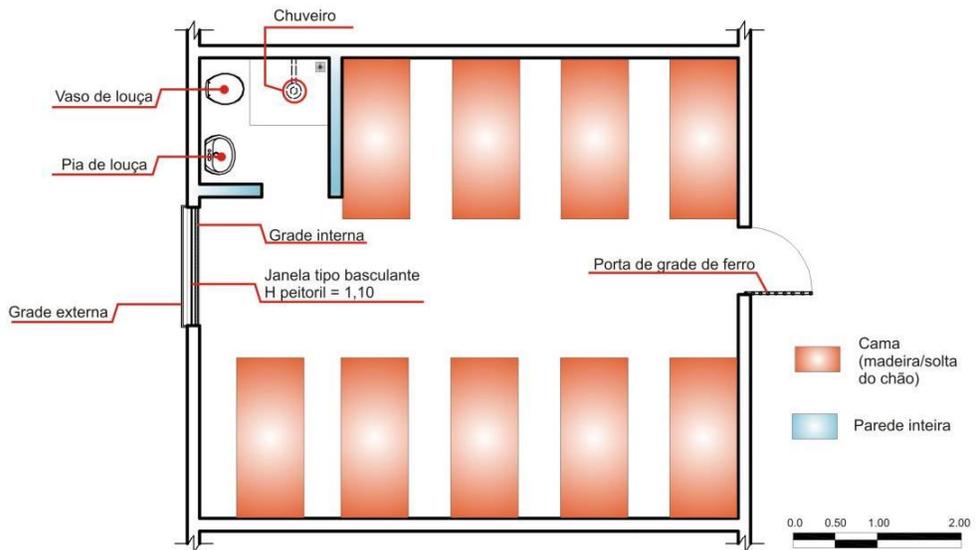


CROQUIS - conjunto dormitório/banheiro

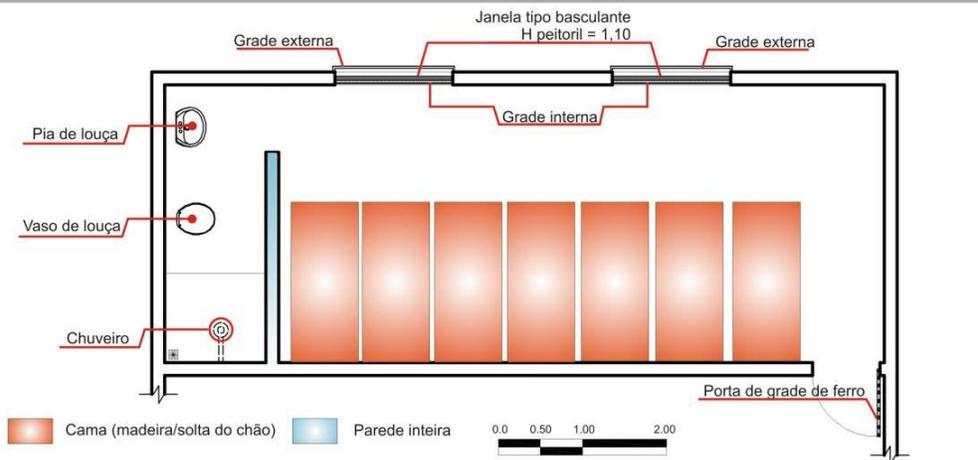
DBC2



DBC3

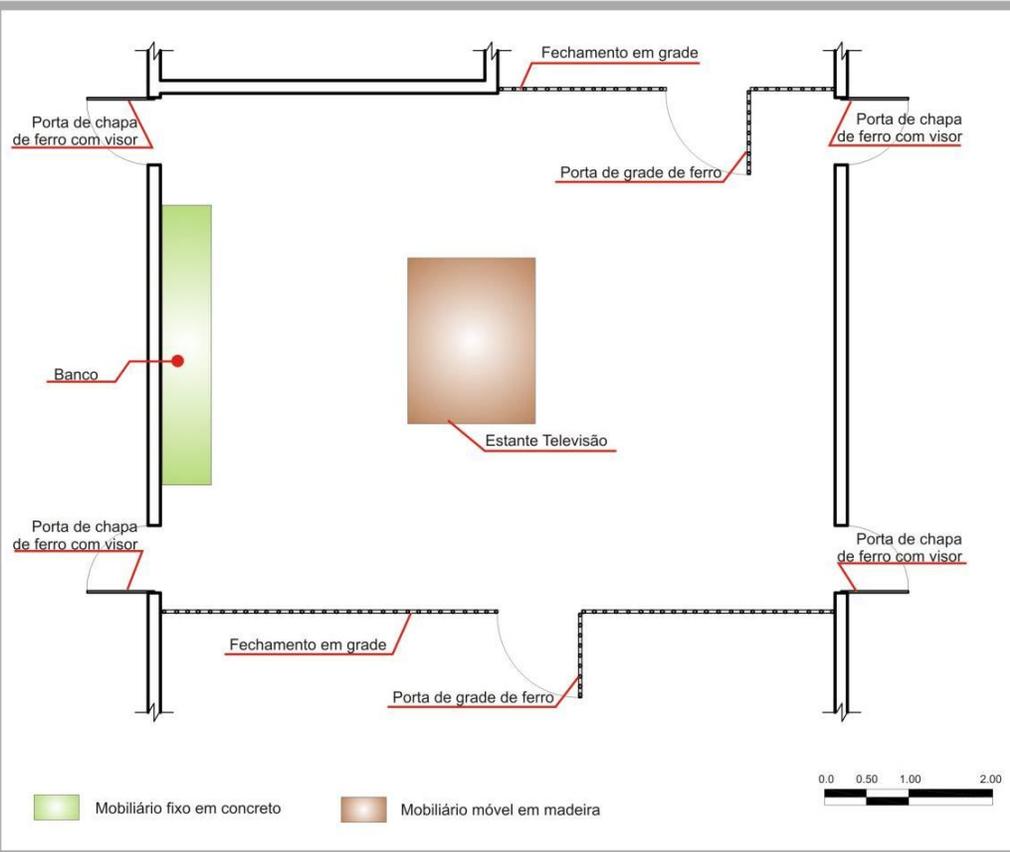


DBC4

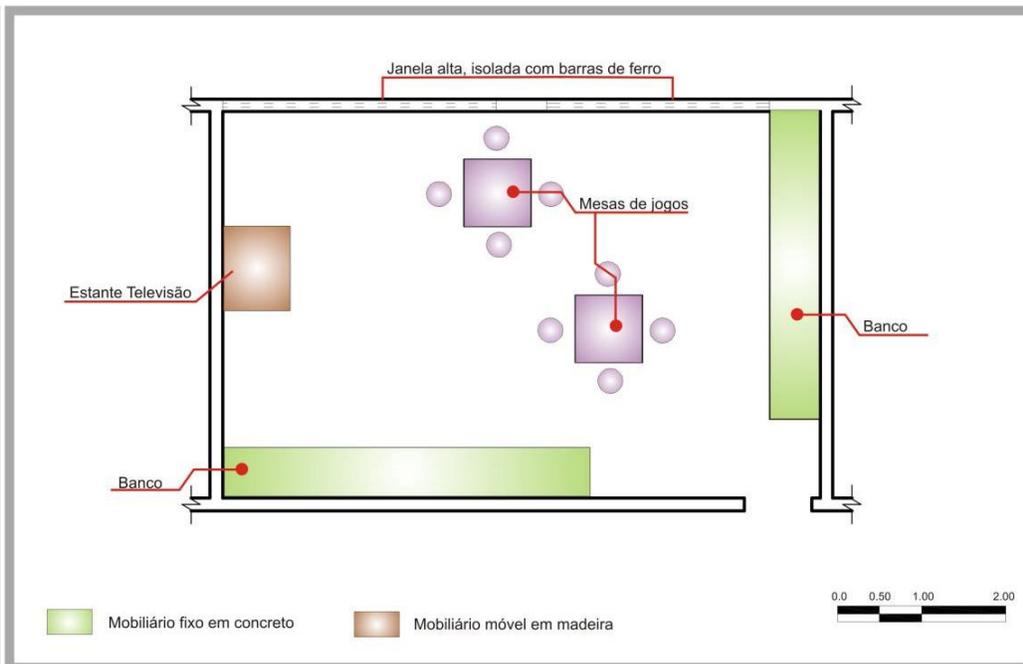


CROQUIS - conjunto sala de TV/Atividades

STV1

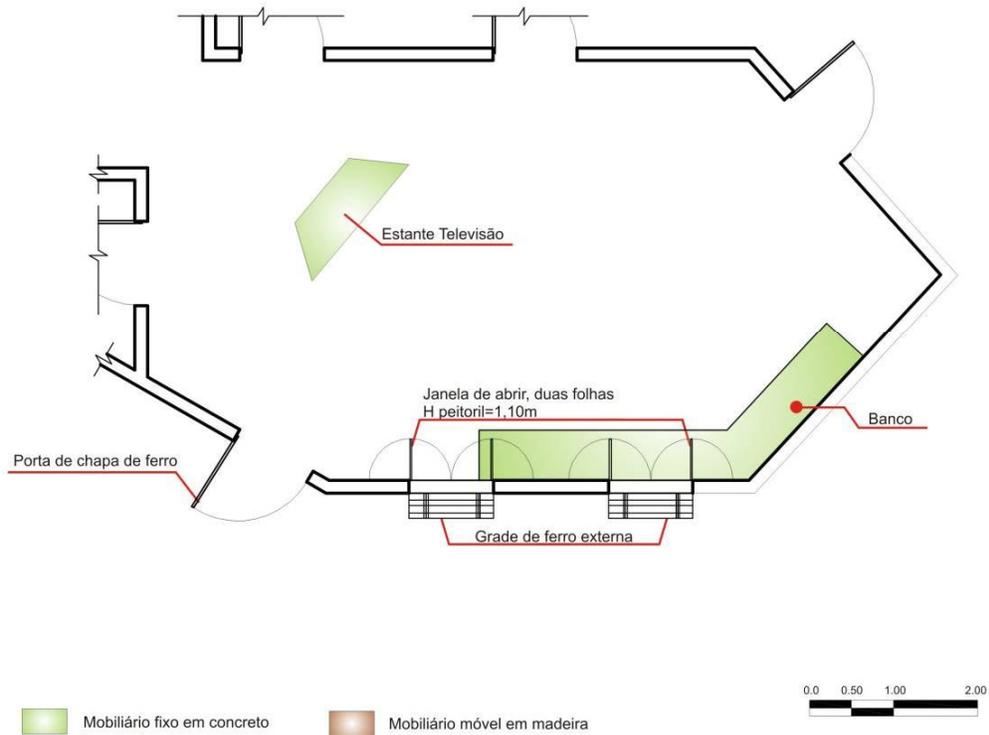


STV2

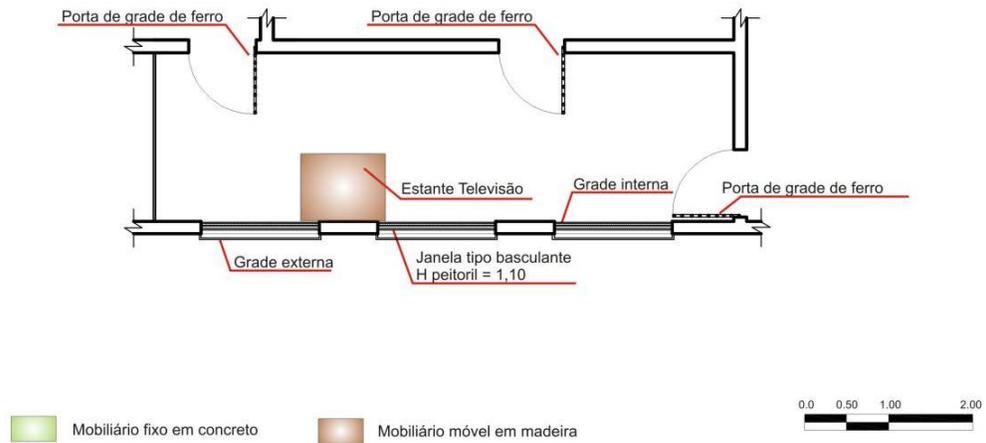


CROQUIS - conjunto sala de TV/Atividades

STV3

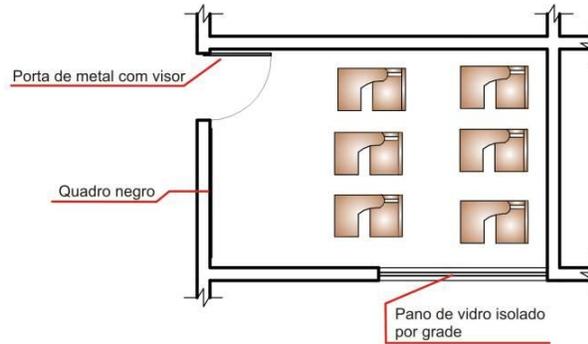


STV4

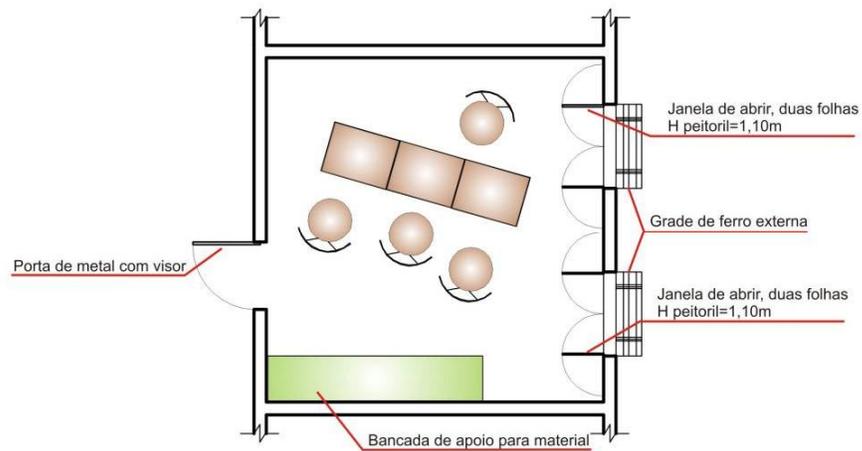


CROQUIS - conjunto sala de Aula/Oficinas

SA1

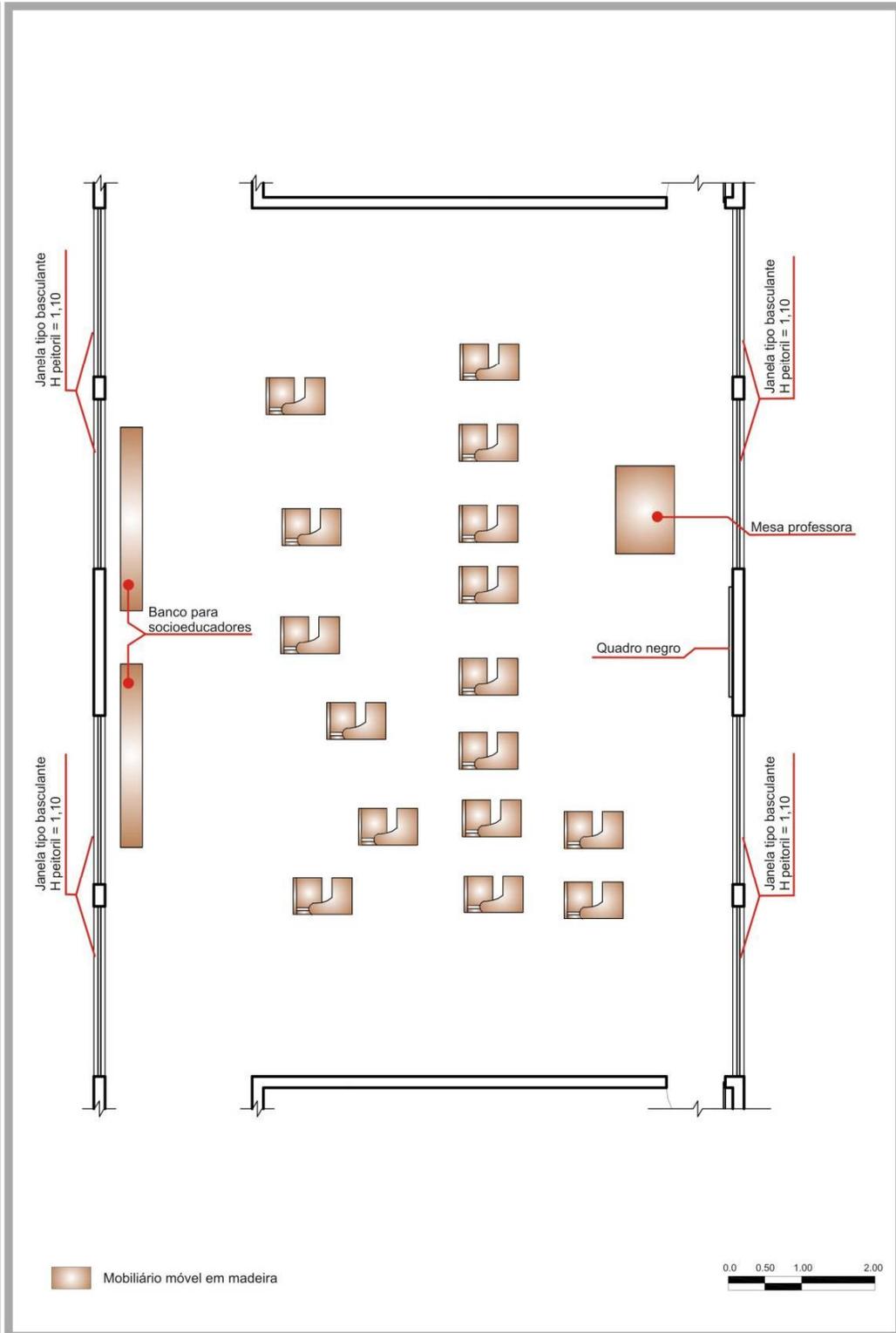


SA2



CROQUIS - conjunto sala de Aula/Oficinas

SAB



APÊNCIDE 06 – ROTEIRO DA ENTREVISA COM SOCIOEDUCADORES

Roteiro da Entrevista – Socioeducadores e Instrutores	
Instituição	Ficha nº: Data:
Cargo	Tempo na instituição
Formação	Lida diretamente com os adolescentes sim () não ()
<p>Roteiro:</p> <p>1 – Em que aspecto você atua em relação ao adolescente?</p> <p><input type="checkbox"/> Jurídico <input type="checkbox"/> Educacional <input type="checkbox"/> Terapêutico</p> <p>2 – Quais são as atividades que você desenvolve com os adolescentes? Periodicidade:</p> <p>3 – Elas são realizadas em grupo ou individualmente?</p> <p>4– Acha o espaço que você utiliza adequado para as atividades?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim – em que aspecto?</p> <p><input type="checkbox"/> Não – em que aspecto?</p> <p>5 – O que poderia ser feito para melhorar? Porque e como?</p> <p>6 – Acha que o espaço no qual trabalha possui características que favorecem o processo socioeducativo? Por quê?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim – quais?</p> <p><input type="checkbox"/> Não – por quê?</p>	
frente	

7 – Em que ambiente e/ou atividade é percebida maior harmonia entre os internos?

8 – Você atribui esta harmonia a quê?

Condições do espaço – exemplifique

Outros

9 – Existe conflito entre os internos?

Sim Não

10 – Em que ambiente da instituição geralmente eles ocorrem?

11 – Você atribui esses conflitos a quê?

Condições do espaço – exemplifique:

Outros – exemplifique:

Observações:

verso

APÊNDICE 07 – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A EQUIPE TÉCNICA

Roteiro da Entrevista – Equipe Técnica	
Instituição	Ficha nº: Data:
Cargo	Tempo na instituição
Formação	Lida diretamente com os adolescentes sim () não ()
<p>Roteiro:</p> <p>1 – Em que aspecto você atua junto ao adolescente?</p> <p><input type="checkbox"/> Jurídico <input type="checkbox"/> Educacional <input type="checkbox"/> Terapêutico</p> <p>2 – Quais são as atividades que você desenvolve com os adolescentes? Periodicidade:</p> <p>3 – Elas são realizadas em grupo ou individualmente?</p> <p>4 – Acha o espaço que você utiliza adequado para as atividades?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim – em que aspecto?</p> <p><input type="checkbox"/> Não – em que aspecto?</p> <p>5 – O que poderia ser feito para melhorar? Porque e como?</p> <p>6 – Acha que o espaço no qual trabalha possui características que favorecem o processo socioeducativo? Por quê?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim – quais?</p> <p><input type="checkbox"/> Não – por quê?</p>	
<p>Observações:</p>	

APÊNDICE 08 – SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

INSTITUIÇÃO A – adaptada para o uso			
CATEGORIAS	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS	OBSERVAÇÕES
Espaço Físico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambientes são seguros; ▪ Mobiliário de concreto garante a segurança; ▪ Grades – necessárias para conter o adolescente; ▪ Comporta numericamente os adolescentes envolvidos nas atividades; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pouca diversidade de espaços acessíveis aos adolescentes – não permite diversidade de atividades; ▪ Ambientes escuros, pouco ventilados; ▪ Manutenção precária; ▪ Ambientes sem cor; ▪ Pouca informação visual de qualidade – monotonia; ▪ Espaços muito fechados – parece cadeia; ▪ Pouca diversidade de espaços para os adolescentes se movimentarem; ▪ Ausência de espaços adequados para os atendimentos técnicos (terapia ocupacional); ▪ Ambientes para as atividades ou fechados ou abertos demais; ▪ Mobiliário restrito por limitação no tipo de material permitido. 	
Imagem da instituição	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Querendo ou não é a casa deles; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Distante de ser socioeducativo porque passa a imagem de cadeia; 	
Comportamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diminuiu os momentos de contenção – comportamento melhorou; ▪ Respeitam os espaços individuais – cama e mesa de cabeceira; ▪ Respeitam espaços de grupos – alojamentos; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Geralmente Quadra, escola, sala de TV; ▪ Às vezes refeitório, oficinas e raramente nos alojamentos; ▪ Discussões por motivos pessoais; ▪ Brincadeiras exageradas; ▪ Diferenças trazidas de fora da instituição; ▪ Destroem o ambiente; ▪ Não gostam de estudar; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Depende do humor do adolescente; ▪ Depende da atividade; ▪ Depende da quantidade de adolescentes; ▪ Não tem noção de valores; ▪ Depende do interesse na atividade realizada; ▪

INSTITUIÇÃO B – construída para o uso			
CATEGORIAS	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS	OBSERVAÇÕES
Espaço Físico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambiente tranqüilo, bonito; ▪ Espaços Amplos – facilita a vigia, acalma os adolescentes; ▪ Uso de cores alegres; ▪ Favorece a relação com o adolescente; ▪ Territórios bem delimitados nos alojamentos pelo conjunto camalocal para guardar objetos pessoais; ▪ Amplo: favorece a reflexão; ▪ Melhora a receptividade do adolescente; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilização de materiais inadequados nas edificações – telhas cerâmicas, grades metálicas muito frágeis; ▪ Espaços coletivos grandes – muito deslocamento dos agentes; ▪ Estrutura de contenção frágil; ▪ Dificulta a segurança; ▪ Banheiro externo à cela – ruim para os momentos de castigo; ▪ Sala de TV desconfortável por conta do mobiliário de concreto – uso colchões para melhorar; ▪ Visibilidade do portão de acesso da unidade; ▪ Possibilidade de controle visual externo por parte dos internos; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Corpo técnico pequeno para muito espaço. ▪ Preferência por tipologia de pavilhão – esta é ideal para o público feminino.
Imagem da instituição		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estrutura frágil – desmoraliza o adolescente; 	
Comportamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oficinas; quadras; ▪ Ser uma possibilidade de sair do núcleo; ▪ Ser um trabalho realizado em equipe; ▪ Respeitam os espaços alheios; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escola e refeitório; ▪ Existe liderança; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Independe do lugar; ▪ Varia com humor do adolescente; ▪ Postura dos professores; ▪ Diferenças pessoais;

INSTITUIÇÃO C – uso provisório			
CATEGORIAS	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS	OBSERVAÇÕES
Espaço Físico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambiente não remete ao prisional; ▪ Adequado ao perfil dos adolescentes que atende; ▪ Tranquilo; bonito. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Muito pequeno; ▪ Não oferece suporte para a realização de todas as atividades; ▪ Sala de aula servindo de acesso para salas de atendimento; ▪ Infra-estrutura provisória; ▪ Atividades realizadas em locais adaptados; ▪ Falta infra-estrutura adequada para os agentes; ▪ Quadra muito perto da rua; ▪ Espaços muito abertos; 	
Imagem da instituição	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não se aproxima de ambiente prisional 		
Comportamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oficinas, escolarização; ▪ Mente ocupada, bom comportamento; ▪ Compartilham objetos dentro dos alojamentos; ▪ Estabelecem seus territórios; ▪ Respeitam os territórios alheios 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quadra: atividade agitada, perto da rua – da vontade de sair, ▪ TV: local inapropriado, adolescentes ficam aglomerados, aumentando a possibilidade de conflito; ▪ Alojamento: por ficarem muito tempo lá; ou por conversas com os familiares que trazem os problemas de fora. 	

APÊNDICE 09 – PLANILHA DE CARACTERIZAÇÃO

Planilha de Caracterização				
Ficha nº	Instituição			Data da visita:
Ambiente:				
Ocupantes				
Uso/Atividade				
Mobiliário				
Dispositivos de segurança				
Dispositivos de controle térmico e lumínico				
Conflitos arquitetônicos visíveis				
Impacto preliminar sobre o/os aspectos				
<input type="checkbox"/> Privacidade	<input type="checkbox"/> Territorialidade	<input type="checkbox"/> Espaço Pessoal	<input type="checkbox"/> Identidade	<input type="checkbox"/> Ambiência
Observações complementares				

